



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L Nº 47

SÁBADO, 25 DE MARÇO DE 1995

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1995

Autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, no valor de até US\$ 17,941,200.00, equivalentes a doze milhões de Direitos Especiais de Saque.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Sergipe nos termos da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito externo junto ao Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura - FIDA, no valor de até US\$ 17,941,200.00 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e um mil e duzentos dólares norte-americanos), equivalentes a doze milhões de Direitos Especiais de Saque.

Parágrafo único. Os recursos, advindos da operação de crédito externo referida neste artigo, destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Apoio às Populações de Baixa Renda no Semi-Árido de Sergipe - PRÓ-SERTAO.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- a) **devedor:** Governo do Estado de Sergipe;
- b) **credor:** Fundo Internacional para Desenvolvimento da

Agricultura - FIDA;

c) **garantidor:** República Federativa do Brasil;

d) **valor:** equivalente a SDR 12.000.000,00 (doze milhões de Direitos Especiais de Saque), correspondentes a US\$ 17.941,200.00 (dezessete milhões, novecentos e quarenta e um mil e duzentos dólares norte-americanos);

e) **juros:** oito por cento fixos, contados a partir de cada desembolso sobre os saldos devedores do principal;

f) **contragarantia:** os definidos no parágrafo único do art. 2º da Lei Estadual nº 3.322, de 26 de abril de 1993, que autorizou a operação de crédito;

g) **condições de pagamento:**

- **do principal:** em trinta prestações semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 1997, e a última em 15 de junho de 2012;

- **dos juros:** semestralmente vencidos, em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

Art. 3º O exercício da autorização concedida por esta Resolução, fica condicionado ao efetivo cumprimento das disposições contidas no art. 167, I e II e § 1º, da Constituição Federal.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de março de 1995. - Senador José Sarney, Presidente.

SUMÁRIO

1 - ATA DA 26ª SESSÃO, EM 24 DE MARÇO DE 1995

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagem do Presidente da República

Nº 96, de 1995 (nº 323/95, na origem), comunicando o recebimento da Mensagem nº 54, de 1995, que participava a aprovação da retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1994.

1.2.2 - Parecer

Referente à seguinte matéria:

Projeto de Decreto legislativo nº 93, de 1994 (nº 373, na Casa de origem), que aprova o texto do Tratado Constitutivo da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, celebrado em Madri, em 7 de outubro de 1992.

1.2.3 - Requerimentos

- Nº 402, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs Senadores, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada por 15 Senadores, destinada a, no prazo de até 15.12.95, apurar as denúncias sobre agentes cor-

EXPEDIENTE

Senado Federal

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS
Diretor-Geral do Senado Federal

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo do Cegraf

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS
Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 550 exemplares

ruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento.

- Nº 403, de 1995, de autoria do Senador Carlos Bezerra, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 17, 20, 24 e 27 do corrente. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 404, de 1995, de autoria do Senador Bení Veras, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 23 e 24 do corrente. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 405, de 1995, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, solicitando que seja considerada como licença autorizada os dias 23 e 24 do corrente. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 406, de 1995, de autoria do Senador Sérgio Machado, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 23 e 24 do corrente. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 407, de 1995, de autoria do Senador José Alves, solicitando que seja considerada como licença autorizada o dia 17 de março corrente. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 408, de 1995, de autoria do Senador Lauro Campos, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 20, 23 e 24 de fevereiro e os dias 02 e 03 do corrente mês. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 409, de 1995, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 24 e 27 do corrente mês. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 410, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo intitulado **Controle do Judiciário**, do eminente Ministro Carlos Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, publicado no **Jornal do Brasil**, em sua edição de 22 de março de 1995.

- Nº 411, de 1995, de autoria do Senador Mauro Miranda, solicitando que seja considerado como licença autorizada o dia 27 de março do corrente. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 412, de 1995, de autoria da Senadora Benedita da Silva, solicitando que sejam considerados como licença autorizada os dias 13, 20, 24 e 27 do corrente mês. **Votação adiada** por falta de quorum.

- Nº 413, de 1995, de autoria do Senador José Sarney, solicitando a criação de uma Comissão Temporária, integrada por quinze membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar, na Câmara dos Deputados, a tramitação das propostas de emendas à Constituição, de iniciativa do Presidente da República.

1.2.4 - Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 36, de 1995, de autoria do Senador

Roberto Freire, que cria a Comissão de Ciência e Tecnologia.

1.2.5 - Comunicação da Presidência

Abertura de prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 36/95, lido anteriormente.

1.2.6 - Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

1.2.7 - Comunicação

Da Senadora Emilia Fernandes, de ausência do País, no período de 28 de março a 6 de abril de 1995.

1.2.8 - Comunicações da Presidência

Designação dos membros da Comissão Temporária, criada pelo Requerimento nº 201/95, destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno do Senado Federal.

Reiterando decisão anterior, tomada quando da apreciação do Requerimento nº 297, de 1995, concernente ao critério de remeter à Comissão Temporária, dele resultante todas as proposições que tivessem por objetivo alterar ou modificar a Lei Interna.

1.2.9 - Discurso do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON - Considerações sobre as reformas do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Utilização do horário político dos partidos para o debate das reformas do Governo em cadeia nacional.

1.2.10 - Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador Eduardo Suplicy e indeferida pela Presidência, relativamente à nulidade da votação do Requerimento nº 401/95, que adiou a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 13/91 - Complementar, tendo usado da palavra para contraditar o Senador Bernardo Cabral.

1.2.11 - Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ROMEU TUMA, como Líder - Apuração das responsabilidades referentes ao vazamento de informações sobre decisões confidenciais do Banco Central.

SENADOR EDUARDO SUP LICY, como Líder - Considerações sobre decisão da Mesa que restringe o ingresso dos assessores dos Senadores ao plenário da Casa.

SENADOR ROBERTO REQUIÃO - Críticas ao Ministro da Agricultura, José Eduardo Vieira.

SENADOR VALMIR CAMPELO, como Líder - Repúdio às críticas do Senador Roberto Requião ao Ministro da Agricultura, José Eduardo Vieira.

SENADOR BERNARDO CABRAL, como Líder - Considerações sobre matéria publicada no **Jornal de Brasília**, edição de hoje, acerca do enfraquecimento da base parlamentar do Governo

no Congresso Nacional, face o fisiologismo dos pequenos partidos.

SENADOR ELCIO ALVARES, como Líder do Governo – Resposta ao Sr. Bernardo Cabral, acerca da relação entre o Presidente da República e os partidos políticos na proposta mudancista do Governo.

SENADOR EDISON LOBÃO, como Líder – Preocupação com as manifestações populares contrárias ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorridos recentemente em várias regiões do País. Solidariedade ao Presidente da República.

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Esclarecimentos sobre a posição do Partido Progressista no alinhamento com o Governo, na efetivação das mudanças Constitucionais.

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA, Como Líder –

Apoio ao alinhamento do PP com a Liderança do Governo no Senado, no intuito de participar, efetivamente, das reformas constitucionais.

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1994 (nº 229/91, na Casa de origem), que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, após usar da palavra o Sr. Eduardo Suplicy, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JADER BARBALHO, como Líder – Preocupação com o clima de instabilidade política, decorrente das recentes manifestações populares contrárias ao Presidente Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR GERALDO MELO, como Líder – Reflexões sobre a posição política do Presidente Fernando Henrique Cardoso, frente às manifestações populares ocorridas na última semana.

SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Críticas às medidas governamentais na área econômica. Contrário à pregação sistemática do Governo sobre a imperatividade das reformas constitucionais como única solução para o Brasil.

SENADOR HUGO NAPOLEÃO, como Líder – Solicitando à Mesa, a transcrição nos Anais do Senado da exposição do ex-Presidente Itamar Franco, quando sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O desenvolvimento do setor das comunicações no Brasil durante a gestão de S.Ex.^a à frente do Ministério das Comunicações.

SENADOR RONALDO CUNHA LIMA, como Líder – Refutando a notícia publicada na imprensa, acerca de irregularidades na destinação de verbas para a reconstrução das cidades atingidas pelas enchentes no Estado da Paraíba.

SENADOR EDISON LOBÃO, como Líder – Proximidade do novo período orçamentário e o exame da proposta para 1996, pelo Congresso Nacional. A problemática do orçamento das Forças Armadas e a necessidade de verbas para a sua modernização.

SENADOR JOÃO FRANÇA – Aplauso ao Ministro Paulo Renato Sousa, da Educação, por ter a intenção de modificar o concurso vestibular.

O SR. PRESIDENTE – Falecimento do Sr. Demóstenes Martins, grande homem público de Mato Grosso do Sul.

1.3.2 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES

– Atas da 10^a, 23^a e 24^a Sessões, publicadas no DCN (Seção II), dos dias 4, 23 e 24 de março, respectivamente.

3 – ATOS DO PRESIDENTE

– Nºs 21 e 63, de 1995 (Apostila).

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

– Nºs 254 a 257, de 1995

5 – ATA DE COMISSÃO

– 3^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 21.03.95.

6 – MESA DIRETORA

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 26^a Sessão, em 24 de março de 1995

1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs. Teotônio Vilela Filho, Jefferson Peres, Geraldo Melo, Edison Lobão e Ramez Tebet

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Arlindo Porto – Bernardo Cabral – Cassido Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emilia Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Arruda – José Bianco – José Fogaça – José Sarney – Julio Campos – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo C. Lima – Teotônio Vilela – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 51 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1^o Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 96, de 1995 (nº 323/95, na origem), de 23 do corrente, comunicando o recebimento da Mensagem nº 54, de 1995, que participava a aprovação da retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1994.

PARECER

PARECER Nº 91, DE 1995

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 93, de 1994 (nº 373, na Casa de origem), que "aprova o texto do Tratado Constitutivo da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, celebrado em Madri, em 7 de outubro de 1992."

Relator: Senador Humberto Lucena

Nos termos da Constituição, Federal art. 49, I, e das disposições regimentais à tramitação da presente matéria, encaminha-se a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o presente Projeto de Decreto Legislativo nº 93/94 que "aprova o texto do Tratado Constitutivo da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, celebrado em Madri, em 7 de outubro de 1992.

Acompanha o texto original do Acordo ora examinado Exposição de Motivos do Exmº Sr. Ministro das Relações Exteriores, na qual são arroladas as razões que levaram à sua negociação e firma. Desta manifestação, cabe destacar o seguinte:

"No que se refere à importância e à oportunidade da assinatura do referido Tratado, permito-me assinalar que as questões de ordem pública interna, como bem sabe Vossa Excelência, pelo seu conteúdo abrangente, ultrapassam as fronteiras nacionais, não mais podendo ser enfrentadas sem a colaboração e a troca de experiências dos países amigos, entre os quais destacam-se os de língua de origem latina, com amplas e profundas afinidades com o Brasil. Atribui-se, assim a significativa relevância às reuniões periódicas de Ministros da Justiça dos países ibero-americanos, nas quais o Brasil passará, doravante, a se fazer representar."

Verifica-se ser o ato internacional aqui considerado claro exemplo de "Acordo-quadro", o que no Direito dos Tratados é conceituado com o ato de disposição de vontade entre Estados soberanos que, no entanto, não gera obrigações imediatas e objetivamente vinculantes aos seus signatários, pois, indica tão somente, em linhas gerais, objetivos comuns a serem atingidos pelas partes.

Conclui-se, derradeiro, verificados os aspectos da Exposição de Motivos, *ut supra*, serem inequívocas a oportunidade e conveniência para o Brasil em aderir ao presente Projeto de Decreto Legislativo que "Aprova o texto do Tratado Constitutivo da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos, celebrado em Madri, em 7 de outubro de 1992."

Pelo exposto, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 93/94, nos termos da proposta original.

Sala das Comissões, 23 de março de 1995. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente, **Humberto Lucena**, Relator – **Geraldo Melo** – **Romeu Tuma** – **Guilherme Palmeira** – **Benedita da Silva** – **Mauro Miranda** – **Hugo Napoleão** – **Bernardo Cabral** – **Edison Lobão** – **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 402, DE 1995

Senhor Presidente,

De conformidade com o § 3º do art. 58 da Constituição Federal, e o disposto no art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, integrada por 15 Senadores, destinada a, no prazo de até 15-12-95, apurar as denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do **Impeachment** e a CPI do Orçamento, conforme documentação anexa.

Justificação

Durante a CPI que investigou as acusações do Sr. Pedro Collor contra o Sr. Paulo César Farias e a que apurou as denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, ambos em entrevistas concedidas à revista *Veja*, diversos parlamentares manifestaram-se favoráveis à criação de outra CPI destinada a examinar a atuação

dos agentes corruptores.

No encerramento da chamada CPI do Orçamento, apresentei requerimento, aprovado por unanimidade, solicitando a "instalação imediata da CPMI destinada a apurar a ação dos corruptores". Como outros parlamentares, inclusive em discursos, defendi, sempre, a criação dessa CPI, o que, no entanto, por circunstâncias políticas, não ocorreu.

A restauração dos valores morais, iniciada com a CPI do **Impeachment**, tem de prosseguir e, por isso, é imprescindível a investigação dos fatos apontados nas duas CPI já solicitadas. A Nação não compreende que, após tantas notícias, nada tenha sido apurado e, muito menos, que corruptos e corruptores não tenham sido punidos.

A preocupação em combater os corruptores, sem os quais não haveria corruptos, teve resultados altamente positivos no governo do Presidente Itamar Franco, quando os preços de muitas obras caíram, aproximadamente, 30%. O superfaturamento em obras públicas é uma forma de corrupção indiscutível, que não aconteceria sem o comprometimento de setores da Administração.

A CPI do **Impeachment** e a do Orçamento afastaram e puniram alguns corruptos, mas os corruptores estão, ainda, impunes e, o que é pior, em plena atividade, razão pela qual considero imprescindível e moralizadora a imediata instalação da CPI que estamos propondo.

Brasília, 14 de março de 1995. – Senador **Pedro Simon**.

RELAÇÃO DOS SENADORES

Que subscreveram o requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias sobre agentes corruptores, feitas durante a CPI do Impeachment e a CPI do Orçamento:

Pedro Simon – **Roberto Requião** – **Roberto Freire** – **Lauro Campos** – **Beni Veras** – **Carlos Bezerra** – **Coutinho Jorge** – **Júnia Marise** – **Darcy Ribeiro** – **Esperidião Amin** – **Benedita da Silva** – **Sebastião Rocha** – **Casildo Maldaner** – **José Eduardo Dutra** – **Eduardo Suplicy** – **Epitácio Cafeteira** – **Ademir Andrade** – **Marina Silva** – **Emília Fernandes** – **Arlindo Porto** – **Lucídio Portella** – **Jefferson Peres** – **Humberto Lucena** – **Flaviano Melo** – **José Fogaça** – **Jader Barbalho** – **Onofre Quinan** – **Romeu Tuma** – **Ernandes Amorim** – **Valmir Campelo**.

**RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO
PARLAMENTAR MISTA
DE INQUÉRITO**

Criada através do Requerimento nº 151/93-CN, destinada a "apurar fatos contidos nas denúncias do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referentes às atividades de parlamentares, membros do Governo e representantes de empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União".

Presidente: Senador **Jarbas Passarinho**
Vice-Presidente: Deputado **Odacir Klein**
Relator: Deputado **Roberto Magalhães**

BRASÍLIA, JANEIRO DE 1994

5. 4 – Requerimentos aprovados pelo Plenário da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar irregularidades na Comissão de Orçamento, que passam a integrar o texto consolidado do Relatório da referida CPMI

Em reunião da CPMI – Orçamento, de 21 de janeiro de 1994, seus integrantes decidiram, por maioria de votos, aprovar os requerimentos de nºs 1, 2, 3-AT, de autoria do nobre Senador **Pedro Simon**, e nº 56/94-DVS, de autoria do nobre Deputado **Nelson Trad**.

Requerimento nº 01/94-AT

Através do requerimento supra, o ilustre Senador Pedro Simon formulou proposição no sentido de que

"Nenhuma obra pública será iniciada sem que esteja prevista no Plano Plurianual e no Orçamento do exercício correspondente ao seu início.

Iniciada uma obra pública, os recursos para a sua conclusão serão incluídos nos planos plurianuais e orçamentos dos anos subsequentes, de acordo com o cronograma de sua execução a ser juntado à proposta encaminhada ao Legislativo.

A não inclusão nos planos e orçamentos, o retardamento da execução do cronograma, a paralisação da obra ou a não liberação dos recursos a ela destinados implicará em responsabilidade do agente infrator.

A suspensão ou paralisação de qualquer obra pública prevista no Plano plurianual e no orçamento anual dependerá de autorização legislativa, com a revisão do plano e do orçamento, se for o caso.

Não será autorizada a paralisação de obra cuja execução tenha atingido 80% (oitenta por cento) de seu cronograma.

O Poder Executivo encaminhará, juntamente com a proposta orçamentária para o Exercício de 1995, relatório sobre as obras públicas paralisadas, as suspensas e as em andamento, informando o estágio em que se encontra a execução do cronograma de cada uma."

Requerimento nº 02/94-AT

Através deste requerimento o Senador Pedro Simon propôs

"Seja acrescentado ao Parecer do Relator, Deputado ROBERTO MAGALHÃES, moção recomendando ao Governo Federal a instituição do Sistema Federal de Controle Interno, com seu titular sendo aprovado pelo Senado Federal e exercendo mandato de dois anos; renovável por um período."

Requerimento nº 03/94-AT

O requerimento, também de autoria do Senador Pedro Simon, objetiva

"Seja incluída, no parecer do Relator desta CPMI, Deputado ROBERTO MAGALHÃES, a recomendação para a instalação imediata da CPMI destinada a apurar a ação dos corruptores."

Em relação ao Requerimento nº 3, inobstante objetivar a instalação de outra CPMI, esta destinada a apurar a ação de corruptores, o ilustre Relator, Deputado Roberto Magalhães, nada opôs, acrescentando:

"acredito que a CPMI dos corruptores já está criada e em vias de instalação."

Requerimento nº 56/94 - dvs

Através do requerimento supracitado, de autoria do nobre Deputado Nelson Trad, foi formulada proposição de remessa da documentação relativa ao Sr. Deputado Roberto Jefferson à Mesa da Câmara dos Deputados para as medidas que julgar cabíveis, aprovado nos seguintes termos:

"Esse motivo leva-nos a recomendar a remessa da documentação pertinente à Mesa da Câmara dos Deputados para as medidas que julgar cabíveis."

O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para que seja constituída a Comissão Parlamentar de Inqué-

rito, nos termos do art. 145 do Regimento Interno.

Será publicado para que produza os devidos efeitos.

Pará a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída, a Presidência fará oportunamente as designações, de acordo com as indicações que receber das lideranças.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 403, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição e para os fins do disposto no art. 13, § 1º, do Regimento Interno, requiro sejam considerados como licença autorizada os dias 17, 20, 24 e 27 do corrente, quando estive afastado dos trabalhos da Casa, a fim de atender compromissos ligados ao meu mandato.

Sala das Sessões, 24 de março de 1995. – Carlos Bezerra.

REQUERIMENTO Nº 404, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a minha ausência dos trabalhos da Casa, nos dias 23 e 24 do corrente, por motivo de viagem ao meu Estado, a convite do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso.

Sala das Sessões, 23 de março de 1995. – Senador Beni Veras

REQUERIMENTO Nº 405, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno, do Senado Federal, requiro que seja considerada como licença autorizada minha ausência do Plenário desta Casa, nos dias 23 e 24, do corrente mês, para fazer parte da comitiva oficial que acompanhará o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao Estado do Ceará.

Sala das Sessões, 23 de março de 1995. – Senador Lúcio Alcântara.

REQUERIMENTO Nº 406, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 55, III, da Constituição e para os fins do disposto no art. 13, § 1º do Regimento Interno, requiro sejam considerados como licença autorizada os dias 23 e 24 do corrente mês, quando comporei a Comitiva Presidencial em visita ao Estado do Ceará.

Sala das Sessões, 23 de março de 1995. – Senador Sérgio Machado.

REQUERIMENTO Nº 407 DE 1995

Senhor Presidente,

Solicito, nos termos do artigo 55, item III da Constituição Federal e do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerado como licença autorizada o dia 17 de março do corrente mês, quando estive ausente dos trabalhos da Casa, ocasião em que mantive contatos políticos no meu Estado – Sergipe.

Sala das Sessões, 20 de março de 1995. – Senador José Alves.

REQUERIMENTO Nº 408, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro seja considerada como licença autorizada nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência dos trabalhos da Casa nos dias 20, 23 e 24 de fevereiro e nos dias 2 e 3 do corrente mês.

Sala das Sessões, 24 de março de 1995. – Senador **Lauro Campos**.

REQUERIMENTO Nº 409, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro seja considerada como licença autorizada nos termos do art. 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência dos trabalhos da Casa, nos dias 24 e 27 de março de 1995, a fim de participar das solenidades de formatura da Universidade Federal de Sergipe e, como Presidente Regional do Partigo Progressista, de atividades político-partidárias inadiáveis.

• Sala das Sessões, 23 de março de 1995. – Senador **Antônio Carlos Valadares**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Os requerimentos que acabam de ser lidos dependem da presença da maioria da composição do Senado para a votação. Dada a inexistência de **quorum**, a votação dos requerimentos fica adiada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 410, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo intitulado "Controle do Judiciário", do eminente Ministro Carlos Velloso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, publicado no **Jornal do Brasil**, em sua edição de 22 de março de 1995.

Sala das Sessões, 23 de março de 1995. – Senador **Júlio Campos**.

Jornal do Brasil

Quarta-Feira, 22 de março de 1995

CONTROLE DO JUDICIÁRIO

Em conferência que proferi, em 1993, num Congresso de Magistrados, registrei que está na moda falar sobre o controle externo do Poder Judiciário e é interessante anotar que sempre que o judiciário profere decisão que desagrada a certos políticos o tema vem à baila, provocado por esses mesmos políticos, que, no fundo, o que desejam é mesmo controlar as decisões do Poder Judiciário, o que representaria um retrocesso de mais de duzentos anos e significaria o retorno à África de Idi Amim Dadá. O povo portanto, que fique atento, adverti, porque o enfraquecimento do Judiciário desfiguraria a cidadania, faria menor o indivíduo.

Não há dúvida de que as instituições brasileiras passaram por situação de crise: há crise na educação, no sistema de saúde, na previdência social, na economia, nas instituições políticas de modo geral. Em 1992, houve crise séria no Poder Executivo, que culminou com o **impeachment** do presidente da República. Depois, foi a vez do Poder Legislativo, que se viu às voltas com o que a mídia denominou de o escândalo da "máfia do orçamento", uma complicada história de apropriação de dinheiro público.

Ora, nesse quadro de crises, é natural que o Poder Judiciário também tenha a sua crise. Em conferência que preferi, no XI Congresso Brasileiro de Magistrados, em 1991, analisei vários dos problemas do Judiciário Brasileiro ("Problemas e Soluções na Prestação da Justiça", em Temas de Direito Público, Del Rey Ed. págs. 56 e segs.) A crise do Poder Judiciário, entretanto, não demanda controle externo, nem este seria a varinha mágica que daria solução aos problemas da Justiça.

A questão merece ser analisada em termos de direito público. Assim, anote-se que no sistema presidencial de governo, que, tendo em vista o seu modelo norte-americano, já foi denominado de sistema judiciário, em que a separação dos poderes é a sua ca-

racterística, o controle externo não seria possível. Admito que, num sistema parlamentar de governo, em que há o predomínio do Legislativo, e em que o Judiciário não seja um poder político, o controle do Judiciário por parte do parlamento seria admissível. É que, no sistema parlamentar de governo, o parlamento encarna a nação, representa a vontade popular. Num autêntico sistema parlamentar, nem seria possível uma constituição rígida, dado que, conforme foi dito, o parlamento representa a vontade do titular do poder constituinte. Na Inglaterra, onde o parlamentarismo é praticado na sua expressão mais pura, não há constituição escrita e o parlamento pode tudo. No parlamentarismo, o parlamento há de estar identificado com a vontade popular, lembre-se. Quando isto não ocorre, ou quando há dúvida de que isto não esteja ocorrendo, o chefe de estado, que é neutro, dissolve o parlamento e convoca o povo a escolher novos representantes.

Não é apropriado, portanto, invocar o exemplo de estados europeus, que têm Conselhos de Magistratura, cujos membros são designados pelo parlamento. Esses estados Itália, Espanha, Portugal e França adotam o sistema parlamentar de governo, dois deles de forma mitigada (Portugal e França). Ademais, nesses países, o Judiciário não chega a ser um poder político.

No sistema presidencial, já falamos, as coisas ocorrem diferentemente, já que a separação dos poderes dá-se com nitidez. A Constituição brasileira estabelece que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (C.F., art. 2º). A separação dos poderes, aliás, como garantia do sistema presidencial de governo, constitui limitação material ao poder constituinte derivado ou de revisão, assim cláusula pétrea (C.F., art. 60, § 4º, inc. III).

No presidencialismo, as funções estatais – legislativa, administrativa e jurisdicional – são exercidas por órgãos distintos e independentes, mas harmônicos entre si. Essa harmonia é conseguida na medida em que se prepara a doutrina que os norte-americanos denominam de *checks and balances*, freios e contrapesos, doutrina que institui colaboração entre os poderes e da qual resulta uma fiscalização mútua, para o fim de realizar justamente aquilo que Montesquieu propugnava a limitação do poder pelo poder. A doutrina dos freios e contrapesos, que a Constituição brasileira consagra, realiza o contrapeso do Poder Judiciário sem entretanto violar garantias concedidas a esse poder.

Há, ademais outros mecanismos de controle. É falsa, portanto a afirmativa no sentido de que o Poder Judiciário é um poder sem controle, como têm demonstrado as conferências e artigos, o Senador Josaphat Marinho, e o desembargador Antônio Carlos Amorim.

Esses controles, entretanto, não custa lembrar, não atentam contra a independência e a imparcialidade dos juizes, não atentam contra a separação dos poderes, que é garantia do sistema presidencial de governo. Já o controle externo que seria efetivado por membros de outros poderes, por pessoas estranhas ao judiciário, serviria apenas para abastardá-lo e não passaria, segundo o prof. Geraldo Facó Vidigal, de "uma idéia-travesti, engana quem a olha, mas, despida, é o que é; Hitler e Goebbels invejariam esta mentira que, se convenientemente repetida, se tomará o princípio do fim das liberdades públicas e das garantias individuais", porque é ela "a espada de Dâmocles que o penúltimo bastião da sociedade ergue sobre o último, que é, no Brasil, de longe, o melhor dos três poderes. A ameaça representará, na verdade, caso judiciário termine por se dobrado, o enterro definitivo do Estado democrático de direito no Brasil" (Geraldo Facó Vidigal, "Controle do Poder Judiciário, idéia nazista", **Folha de S. Paulo**, 25-4-94).

Todavia, o fato de não concordarmos com o "controle do judiciário não quer dizer que não reclamemos a instituição de um

Conselho Nacional da Magistratura, que realizaria um controle de qualidade do Judiciário, porque reconhecemos que o Judiciário tem os seus problemas, as suas mazelas, problemas que precisam ser equacionados, mazelas que precisam ser eliminadas. É dever dos juízes, dos advogados e dos juristas propugnar por um Judiciário melhor, por um Judiciário, mais transparente. É preciso, portanto, instituir o controle de qualidade da Justiça, mediante a criação do Conselho Nacional da Magistratura junto ao Supremo Tribunal ao qual caberia, principalmente supervisionar a administração superior do Judiciário, fiscalizar o andamento dos serviços judiciais, tomar efetiva e pronta a prestação jurisdicional, mediante a investigação e o exame das causas de emperramento da máquina judiciária, formulando propostas e soluções, afastando, se for caso, o juiz ou o servidor desidioso, punindo os juízes e servidores de má conduta.

O Conselho da Magistratura, cujas decisões poderiam ser revistas, jurisdicionalmente, pelo Supremo Tribunal Federal, seria presidido, pelo presidente do Supremo Tribunal e integrado por mais três ministros deste, por quatro ministros representantes dos tribunais Superiores – STJ, TSE, TST, STM –, por cinco desembargadores que representariam os tribunais estaduais, por um juiz representante, dos Tribunais Regionais do Trabalho.

O Conselho seria integrado, também por representante do Conselho Federal da OAB indicado por este ao STF, em lista tríplice cabendo a corte suprema a designação. Junto ao Conselho oficiaria o Procurador Geral da República. Os problemas do Judiciário seriam levados ao Conselho, especialmente, pelo representante da OAB, porque os advogados podem sentir e perceber mais de perto esses problemas. E mais: o Conselho Nacional da Magistratura teria um corregedor, o "investigador da Justiça", que seria um ministro do STF, que, enquanto corregedor, não teria função judicante, porque ficaria, em tempo integral, por conta do Conselho. Para que isto se efetive, seria criado mais um cargo de ministro do STF. Os membros do Conselho e o corregedor teriam mandato determinado, três anos, por exemplo. O Corregedor, nas correções e nas investigações, poderia requisitar juízes e membros do Ministério Público, federais ou estaduais. Assim, por exemplo, diante de denúncias ou representações contra órgãos jurisdicionais de certa região do país requisitaria juízes e representantes do Ministério Público de outras regiões, que o auxiliariam nas investigações. O corregedor seria o órgão executivo do Conselho. O Conselho, assim composto, poderia, respeitando a independência da magistratura, realizar o que denomino de controle de qualidade do Poder Judiciário, da magistratura e dos serviços da Justiça.

Em conclusão: controle externo do Judiciário, que abastardaria o Judiciário, não. Controle de qualidade do Judiciário, da magistratura e dos serviços da Justiça, efetivado pelo próprio Poder Judiciário, com auxílio de instituições idôneas, a ele diretamente ligadas, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público, sim.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Roberto Arruda.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 411, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerado como licença autorizada

o dia 27 de março do ano em curso, quando estarei em meu Estado tratando de interesses ligados ao exercício de meu mandato parlamentar.

Sala das Sessões, 24 de março de 1995. – Senador **Mauro Miranda**.

REQUERIMENTO Nº 412, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 13, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, licença autorizada por estar ausente de Brasília e da Casa, no corrente mês, nos dias 13 – Rio de Janeiro, 20 – Blumenau – SC, 24 – Belo Horizonte – MG e 27 – Rio de Janeiro, para atender compromissos políticos inadiáveis.

Sala das Sessões, 23 de março de 1995. – Senadora **Benedita da Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Os requerimentos que acabam de ser lidos dependem da presença da maioria. Como não há **quorum**, a votação dos requerimentos fica adia-

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Roberto Arruda.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 413, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, a criação de uma Comissão Temporária, integrada por quinze membros titulares e igual número de suplentes, destinada a acompanhar, na Câmara dos Deputados, a tramitação das propostas de emendas à Constituição, de iniciativa do Presidente da República.

O mandato da Comissão deverá vigorar até a apreciação final das matérias naquela Casa do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 24 de março de 1995. – Senador **José Sarney**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Roberto Arruda.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 36, DE 1995

Cria a Comissão de Ciência e Tecnologia

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os artigos 72, 77, 102 e 107 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 72

7) Comissão de Ciência e Tecnologia – CCT

Art. 77

g) Comissão de Ciência e Tecnologia, 13;

.....

Art. 102. A Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre:

.....

V – Outros assuntos correlatos.

Art. 107

a)

7) Comissão de Ciência e Tecnologia: às sextas-feiras, dez horas".

Art. 2º Inclua-se o artigo 102-A no Regimento Interno do Senado Federal, com a seguinte redação:

"Art. 102-A. À Comissão de Ciência e Tecnologia compete opinar sobre:

I – planejamento e execução de planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico;

II – estrutura institucional e instrumentos de fomento científico e tecnológico;

III – atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas e prioritárias inclusive seu acompanhamento e avaliação;

IV – formulação e implementação da política nacional de informática e automação;

V – medidas de modernização tecnológica do setor produtivo;

VI – aspectos científicos e tecnológicos das políticas social, industrial, de comércio e exterior e de desenvolvimento regional;

VII – outros assuntos correlatos."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Esta iniciativa não é de todo original. Ela parte da existência do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 1993, que o Senador Marco Maciel ofereceu a exame desta Casa, arquivado por força do disposto no artigo 332 do Regimento Interno. Dada a importância de seu conteúdo e à impossibilidade de seu desarquivamento, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 333 daquele instrumento, o Projeto está sendo reapresentado, no mesmo teor em que foi concebido, tendo em vista atender, na sua plenitude, ao que se pretende para a revitalização das discussões acerca da temática científica e tecnológica no âmbito do Senado Federal.

Estas últimas duas décadas do século XX têm promovido uma série de modificações no cenário da História universal, desde a reorganização geográfica à multipolaridade do poder decisório, agora respeitadas a individualidade e as peculiaridades de cada povo.

Tais modificações trouxeram uma nova visão acerca da ordem mundial, em especial no que se refere ao conceito e à prática da autodeterminação.

A crise da civilização industrial baseada exclusivamente no trabalho ocasionou o surgimento de uma civilização centrada no conhecimento e na posse e na circulação da informação.

Assim, ciência e tecnologia ocuparam um lugar de tal forma privilegiado, que a ausência de competição nesse irreversível processo de globalização em que se vive será desastrosa para o futuro das nações.

Nesse ponto, a questão que se coloca é, pois, a da integração, ou seja, a opção entre integrar-se ou ser integrado, entre competir ou ser excluído e, em decorrência, compelido a acatar as determinações dos sistemas que detêm a força competitiva.

Conhecimento e informação são a tônica do mundo atual. O fomento às atividades científicas e tecnológicas, a importância que se dá à investigação e a disseminação de seus resultados são fatores condicionantes a uma efetiva participação no contexto internacional.

O Senado Federal precisa oferecer evidências de que tais atividades encontram ressonância também nesta Casa do Poder Legislativo, a exemplo do que ocorre na Câmara dos Deputados.

Em 1985, foi criada aqui uma Comissão de Ciência e Tecnologia, que teve vida efêmera, de pouco mais de dois anos, até que o Regimento Interno, reformulado pelo surgimento da Constituição de 1988, remeteu suas atribuições à Comissão de Educação.

A partir de então, as estatísticas demonstram a ocorrência de um quadro sintomático. As proposições de cunho científico e

tecnológico perderam sua identidade, dispersando-se pelas demais Comissões Permanentes.

Ao se tomarem por base os dois últimos anos, verifica-se, em 1993, que de 10 projetos de nitida natureza científica e tecnológica, um foi despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, outro, à Comissão de Assuntos Sociais, três, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e cinco, à Comissão de Assuntos Econômicos.

Em 1994, foram seis as proposições de igual natureza técnico-científica, em exame. Uma foi despachada às Comissões de Educação e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, uma à Comissão de Assuntos Econômicos, duas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma à Comissão de Relações Exteriores e apenas uma à Comissão de Educação.

Em 1995, ainda não houve proposições referentes ao tema.

Um segundo quadro estatístico demonstra que, em 1993, a Comissão de Educação se encarregou de examinar 48 proposições legislativas. Delas, apenas uma se referia a assunto técnico-científico. Em 1994, também de 48 projetos que passaram por aquela Comissão, 11 tratavam de temas educacionais, 36, de radiodifusão (concessão de canais) e somente um versava a respeito de ciência e tecnologia. Em 1995, as dez propostas encaminhadas tratam de radiodifusão.

Cumprido salientar que esses dados foram extraídos da base de dados MATE (campo Indexação), alimentada pela Subsecretaria de Análise do Senado Federal.

Uma hipótese viável para a ocorrência desse descompasso reside exatamente na inexistência de uma Comissão Permanente específica que trate da matéria. O aspecto difuso conferido à Comissão de Educação não permite uma associação imediata de idéias concernentes ao assunto. De fato, cabe a ela examinar, além do conteúdo educacional, projetos acerca de telecomunicações (normalmente outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para o funcionamento de emissoras de rádio e de televisão) e os que versem sobre ciência e tecnologia, sob seus múltiplos aspectos. Seu campo de atuação é vasto, dada a particularidade e a própria complexidade de cada tema.

Uma segunda ordem de raciocínio, esta mais estrutural, diz respeito à pouca relevância assumida pelo poder público em relação às manifestações técnico-científicas, desde a formulação de políticas de governo à interpretação do preciso contorno da questão: se econômico, se social, se meramente jurídico, se educacional ou se especificamente técnico-científico.

A criação de uma Comissão própria isentaria o Senado Federal da responsabilidade de secundarizar o papel da atividade.

Mais que uma Comissão passiva, voltada apenas para o exame de matérias a ela distribuídas, nada impede – muito pelo contrário – que ela assuma um papel significativo de recuperação da importância que ciência e tecnologia possuem no mundo moderno, abrindo espaços para o debate, por meio de seminários temáticos e de encontros com a comunidade científica, produtores de informações e representantes do poder público, na busca de resultados que interfiram na inserção do Brasil no processo geral de globalização para o qual se volta todo o mundo civilizado, razão precípua de sua sobrevivência em meio ao avassalador processo de revitalização diária do conhecimento.

Sala das Sessões, 24 de março de 1995. – Senador **Roberto Freire**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 72. As Comissões permanentes, além da Comissão Diretora, são as seguintes: (*)

1. Comissão de Assuntos Econômicos – CAE
2. Comissão de Assuntos Sociais – CAS
3. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCI
4. Comissão de Educação – CE
5. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE
6. Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI

Art. 77. A Comissão Diretora é constituída dos titulares da Mesa, tendo as demais comissões permanentes o seguinte número de membros:

- a) Comissão de Assuntos Econômicos, 27;
- b) Comissão de Assuntos Sociais, 29;
- c) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 23;
- d) Comissão de Educação, 27;
- e) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 19;
- f) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, 23.

§ 1º O membro da Comissão Diretora não poderá fazer parte de outra comissão permanente.

§ 2º Cada Senador somente poderá integrar duas comissões como titular e duas como suplente.

Art. 102. A Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre:

I – normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional, salário-educação;

II – diversão e espetáculos públicos, criações artísticas, datas comemorativas e homenagens cívicas;

III – formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV – comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

V – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

VI – outros assuntos correlatos.

Art. 107. As reuniões das comissões permanentes realizar-se-ão:

a) se ordinárias, semanalmente, durante a sessão legislativa ordinária, nos seguintes dias e horários: (*)

1 – Comissão de Assuntos Econômicos: às terças-feiras, dez horas;

2 – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura: às terças-feiras, quatorze horas;

3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: às quartas-feiras, dez horas;

4 – Comissão de Assuntos Sociais: às quartas-feiras, quatorze horas;

5 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: às quintas-feiras, dez horas;

6 – Comissão de Educação: às quintas-feiras, quatorze horas.

b) se extraordinárias, mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados, observando-se, no que for aplicável, o disposto neste Regimento sobre a convocação de sessões extraordinárias do Senado.

c) as comissões parlamentares de inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para funcionamento das Comissões Permanentes.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a reunião de comis-

são permanente ou temporária não poderá coincidir com o tempo reservado à Ordem do Dia das sessões ordinárias do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno. Findo esse prazo, será despachado à Comissão Temporária, criada ao ser aprovado o Requerimento nº 201, de 1995, destinada a propor alterações no Regimento Interno desta Casa.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Roberto Arruda.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 1995

Altera o art. 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 118, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“§ 1º. A transmissão gratuita de rádio e televisão prevista neste artigo será destinada, até o final do corrente ano, ao debate das propostas de emendas constitucionais encaminhadas, pelo Poder Executivo, ao Congresso Nacional.

§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral e as Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados disciplinarão esse debate.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O amplo debate em torno das propostas de emendas constitucionais do Poder Executivo encaminhadas ao Congresso Nacional é do maior interesse público.

O objetivo da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, ao instituir a transmissão gratuita dos programas dos partidos políticos é, exatamente, o de promover o esclarecimento da opinião pública.

Considero, portanto, que a alteração proposta obedece ao espírito da Lei e reflete a grande preocupação pública do momento.

Sala das Sessões, 24 de março de 1995. – Senador **Pedro Simon**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 5.682 DE 21 DE JULHO DE 1971

Lei Orgânica dos Partidos Políticos

Art. 118. Os partidos terão função permanente através:

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O projeto será publicado e remetido a Comissão competente.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador José Roberto Arruda.

É lida a seguinte

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o disposto no art. 39, alínea "a", do Regimento Interno, me ausentarei do País, no período de 28 de março a 6 de abril de 1995, a fim de participar da Reunião do Comitê Preparatório da

IV Conferência Mundial sobre a Mulher, a realizar-se em Nova Iorque, por designação desta Casa.

Atenciosas saudações, – Emilia Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O expediente lido vai à publicação.

De acordo com as indicações das Lideranças e nos termos do art. 401, *in fine*, do Regimento Interno, a Presidência designa os membros da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 201, de 1995, e editado pelo Requerimento nº 292, de 1995, destinada a elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno do Senado Federal.

Titulares

Ney Suassuna
Coutinho Jorge
Nabor Júnior

Waldeck Ornelas
Hugo Napoleão
Odacir Soares

Lúcio Alcântara

Lucídio Portella

Luiz Alberto de Oliveira

José Roberto Arruda

Benedita da Silva

Suplentes

PMDB

Gilvan Borges
Mauro Miranda
Gerson Camata

PFL

Elcio Alvares
José Bianco
João Rocha

PSDB

Beni Veras

PPR

Epitácio Cafeteira

PTB

Marluce Pinto

PP

Osmar Dias

PT

José Eduardo Dutra

MEMBRO DA COMISSÃO DIRETORA

Renan Calheiros

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Na sessão ordinária do dia 10 do corrente mês, ao ser apreciado o Requerimento nº 297, de 1995, que pretendeu encaminhar o Projeto de Resolução nº 103, de 1991, à Comissão Temporária Interna de Reforma do Regimento Interno, a Presidência decidiu que, com a aprovação do requerimento pelo Plenário, a Mesa adotaria o critério de remeter àquela Comissão todas as proposições que tivessem por objetivo alterar ou modificar a Lei Interna.

Nesta oportunidade, para maior conhecimento dos Srs. Senadores, a Presidência julga por bem reiterar os termos daquela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero manifestar minha preocupação com as manifestações que vêm acontecendo e que envolvem o Presidente Fernando Henrique Cardoso e as reformas da Constituição.

Sr. Presidente, estamos vivendo uma hora muito importante, muito séria, de muita responsabilidade na história deste País. Entendo que as reformas da Constituição são importantes e necessárias.

É facilmente compreensível que há polêmicas; e a polêmica deve ser respeitada, os pontos divergentes devem ser respeitados. Isso é democracia. Até porque, para mudar a Constituição, são necessários 3/5 de seus membros em duas votações na Câmara e em

duas votações no Senado, com ampla divulgação. Portanto, não há de se dizer que se está atropelando os trabalhos, que surgirá uma medida provisória e que, de repente, amanhecemos com uma nova Constituição, tirando os direitos de quem quer que seja ou privatizando, ou terminando com a PETROBRAS e assim por diante. O debate é amplo, mas deve ser respeitoso.

Parece-me que manifestações, como, por exemplo, as que aconteceram no Rio de Janeiro e as que estão previstas para hoje, no Ceará, não são o melhor caminho.

O Senhor Fernando Henrique Cardoso é um homem de bem, é um homem digno, é um homem respeitável, é um homem que tem uma biografia, tem uma responsabilidade; é um homem capaz de voltar a atenção da América Latina, ao assumir a Presidência da República.

Vamos debater as questões. O Senhor Fernando Henrique Cardoso é homem de diálogo. Não tenho nenhuma dúvida de que se o Pedro Simon, o Brizola, o Lula, o PT, o PSDB, a CUT, quem quer que seja, quiser debater, quiser sentar-se à mesa com o Presidente da República, haverá de encontrar o diálogo.

Por isso, entendo que temos dois destinos, de hoje até o final do ano: ou iniciar-se um crescendo de manifestações – gente na rua, polícia, quebra-quebra, etc. –, ou promover-se um grande debate democrático.

Não creio, Sr. Presidente, que os projetos que estão sendo enviados pelo Senhor Fernando Henrique Cardoso sejam ideais – tenho muitas restrições em relação aos mesmos. No entanto, parece-me, de certa forma, pela lógica dos acontecimentos, que nesses projetos há muitos "bodes". O que são "bodes"? São matérias colocadas nos projetos e que podem ser tiradas durante as negociações. Não tenho nenhuma dúvida nesse sentido. Pela experiência que tenho, após uma longa vida pública, parece-me que essa é a lógica, num debate político no Brasil. Se se vai sugerir uma reforma na Previdência já dizendo que a aposentadoria deverá ser com 35, o Congresso mudará para 30.

Então, há o máximo de solicitações nos projetos para, na negociação, chegar-se a uma média de entendimento, que não será aquela que o Presidente quer e não será a que queremos, mas sim a que designa o bom senso e o equilíbrio.

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui fazer uma proposta – perdoe-me a sinceridade, mas parece o ovo de Colombo. A proposta que faço é a seguinte: todos têm interesse e todos têm vontade de conhecer, de debater as reformas da Constituição; partidos que são minorias, entidades e sociedade querem discutir. Proponho, Sr. Presidente, que, ao invés de acontecerem as manifestações de rua com o objetivo de expressar antipatia ao Presidente, se, de hoje até o final do ano – o que seria um avanço da democracia brasileira – a hora de rádio e de televisão destinada aos partidos políticos, semanalmente às quintas-feiras.

Vou concluir a elaboração desse projeto de lei, pedir urgência, no sentido de que esse horário seja dedicado, até o fim do ano, ao debate de temas relacionados com as reformas da Constituição. De que forma? De forma que a Justiça Eleitoral, juntamente com as Mesas do Senado e da Câmara, discutam como se deve proceder a esses debates. Votaremos para que, nesse espaço, nesse momento, nessa hora, sejam debatidos esses temas.

Assisti ontem ao programa do PCdoB, Partido pelo qual tenho muito respeito. A vida partidária – vamos falar de coração aberto – está difícil, complicada. Os programas partidários, a rigor, são quase iguais entre si, porque, sendo de extrema direita ou de extrema esquerda, todos querem combater a inflação, querem a democracia e conseguem até irritar a opinião pública.

Se conseguirmos esse espaço, que já existe; esse horário, que também já existe, sob a coordenação da Mesa do Congresso

Nacional e da Justiça Eleitoral, poderíamos debater, esclarecer, de um lado e de outro, as medidas, as propostas do Governo em relação às reformas da Constituição. Creio que se trata de uma boa maneira de o povo, em geral, ficar esclarecido sobre o assunto, ao invés de ser obrigado a assistir a uma propaganda paga por um determinado setor, por um sindicato, pelo Governo, pela PETROBRAS.

Parece-me que se trata da grande oportunidade de esclarecermos a opinião pública, discutindo, por exemplo, a questão da estabilidade. Colocaríamos: o problema da estabilidade é esse, mais esse, esse outro. Com relação a isso, há os que dizem que se devem extinguir as aposentadorias especiais, tem que se fazer isso e aquilo. Creio que, dessa forma, estamos propiciando ampla oportunidade para o debate. O Presidente do Senado, o Presidente da Câmara, a Mesa da Câmara, a Mesa do Senado e a Justiça Eleitoral esclarecerão essas matérias.

Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que leve à Mesa essa minha proposta. Estou concluindo a elaboração do projeto e devo entregá-lo à Mesa ainda hoje, pois é muito simples. O projeto dispõe: até o fim do ano, o espaço "x", destinado aos horários eleitorais, será utilizado para o debate das reformas da Constituição, propostas pelo Governo.

Parágrafo Único – O Tribunal Eleitoral, juntamente com as Mesas da Câmara e do Senado, orientarão, coordenarão, ou melhor, disciplinarão a matéria.

Perdoem-me, com toda sinceridade, pois a idéia não é minha, praticamente foi levada à minha casa. Hoje, de madrugada, quando eu estava fazendo *cooper*, uma senhora parou e disse: Por que V. Ex.^a não faz isso, Senador? Por que V. Ex.^a não propõe?

Meu amigo Elcio Alvares foi, juntamente comigo, Vice-Líder do Governo Itamar Franco. Agora não sou seu Vice-Líder, mas S. Ex.^a sabe que sou seu amigo, de mangas arregaçadas, para torcer que o Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso dê certo. Queremos que dê certo, e vai dar certo.

Hoje li uma notícia que representa um exemplo daquilo que devemos fazer e esclarecer. Lembra-se V. Ex.^a de que, no Governo Itamar Franco, não deixávamos passar, sem esclarecimento, qualquer notícia. No Governo Fernando Henrique Cardoso também não se deve deixar passar.

Na segunda página do *Correio do Povo*, aliás, *Correio Braziliense* – sou do Rio Grande do Sul e, para mim, correio, durante cinquenta anos, é *Correio do Povo*, mas aqui é o *Correio Braziliense*, que, diga-se de passagem, é de primeira grandeza –, na coluna "Brasília – DF" do extraordinário jornalista Luiz Cláudio Cunha:

"Esquisitice – Percorrendo a Esplanada dos Ministérios, o Governador Dante de Oliveira, de Mato Grosso, conseguiu arrancar, a duras penas, um cheque de dez milhões para reconstruir casas e ruas destruídas pelas enchentes de verão.

Quando guardava o esperado cheque, o Governador ouviu alguém soprar em seu ouvido que a obra dos flagelados teria que ser executada por uma empreiteira da Paraíba – coincidentemente, terra natal do Secretário de Políticas Regionais, Cícero Lucena.

O Secretário bem que poderia explicar por que uma empresa de João Pessoa, numa região crônica da seca, tem mais qualificação para consertar estragos de enchente em Cuiabá, a 3000 km de distância."

Não sei o que é essa notícia, nem o que não é. Sei que, se isso fosse verdade, estaria errado, ou, pelo menos, deveria ser esclarecido.

É esse tipo de notícia que devemos matar na fonte antes que voltem a acontecer.

Aliás, felicito o Presidente da Câmara dos Deputados, que

criou uma Comissão, cujo coordenador é o Deputado José Bonifácio, para responder qualquer matéria noticiada pela imprensa, com relação à Câmara dos Deputados, que precise de esclarecimento.

Não vai sair nos jornais, com relação à Câmara dos Deputados, nenhuma notícia que essa Comissão não tenha a responsabilidade de ver, de analisar, de especificar, de atestar a veracidade, de exigir que o jornal publique, se for verdade, o que a Câmara fez para alterar, se for mentira, o esclarecimento da mentira. Esta é outra proposta que faço a V. Ex.^a, Sr. Presidente – e não é minha, está nos jornais –: isso pode ser feito também no Senado Federal.

Nobre Senador Elcio Alvares, quanto a este caso, não tenho nenhuma dúvida e nenhuma preocupação, porque conheço o cidadão Lucena, que é um homem de bem; conheço o Governo. Mas trata-se do tipo de matéria que serve como exemplo de episódios que não devem continuar.

Não faço nenhuma comparação, pelo amor de Deus! Votei no Senhor Fernando Henrique Cardoso, trabalhei por Sua Excelência e, dentro do PMDB, fui o primeiro que manifestei o meu voto por Sua Excelência; enfrentei problemas em virtude disso, mas se tivesse que votar novamente, votaria no Senhor Fernando Henrique Cardoso. Não há nenhum problema nesse sentido. Não faço comparação. Mas subi nesta tribuna. Quando o Deputado Luís Roberto Ponte advertiu o Presidente Collor de que falavam que as comissões eram escandalosas – a Confederação da Construção Civil, na Carta de Minas Gerais, escreveu sobre isso –, o Presidente da República mandou processá-lo.

Quando fui Líder do Governo – e V. Ex.^a comigo –, quando acontecia uma a publicação de matéria como essa, agradecíamos a oportunidade de esclarecer.

Portanto, só estou mostrando esta matéria a V. Ex.^a, como exemplo. Tenho certeza de que amanhã, nesta coluna, haverá a resposta do Governo. Se a notícia é verdadeira, deve haver um motivo; se não é, deve haver um esclarecimento. Se é um erro ou um fato, o Senhor Fernando Henrique Cardoso não tem nada a ver com isso, mas deve ser esclarecido o assunto.

O Sr. Elcio Alvares – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não. Ouço, com o maior prazer, o aparte do meu querido Líder. Entenda V. Ex.^a o meu sentido de colaboração e V. Ex.^a sabe disso.

O Sr. Elcio Alvares – Nobre Senador Pedro Simon, eu gostaria de assinalar que V. Ex.^a nunca perdeu a condição de Liderança. Ontem mesmo eu registrava com muita emoção que o Governo do Presidente Itamar Franco nos aproximou muito e nos transformou em amigos verdadeiros. Em relação a esse episódio, é necessária uma colocação, Senador Pedro Simon. V. Ex.^a tem tido permanentemente preocupação com a probidade e a honestidade do Governo. E, durante o Governo Itamar Franco, na verdade, o eminente representante foi um paladino nessa posição. Senti, nas fases primeiras da Liderança de Governo, o seu espírito cívico e a sua dedicação, quando discutimos a Comissão Especial de Investigação e a CPI para cuja instalação o número de assinaturas acaba de ser conseguido. Eu lhe falei com toda a lealdade que somos companheiros solidários na luta contra a corrupção. Mas essa nota na imprensa leva-me a uma pequena reflexão, que vou inserir no discurso de V. Ex.^a. Sou favorável a que se apure tudo. No entanto, está acontecendo um tipo de ataque e de notícia que é preocupante: insinuam o fato, não dizem os nomes das pessoas envolvidas. Ontem tivemos o coroamento desse processo, quando, de maneira quase kafkiana, o Sr. Pêrsio Arida, defendeu-se, em uma Comissão da Câmara dos Deputados, de acusações que não tinham nem sequer nomes. Os fatos eram nebulosos em termos de colocação de acusação. Na verdade, o que ficou disso tudo – e aí a gravidade dos fatos, e o Senhor Presidente da República fez esta colocação –

é o vazamento de informações profundamente confidenciais e profundamente protegidas pelo sigilo bancário. Registro, eminente Senador Pedro Simon, que estou ao seu lado nessa cruzada. Conheço o seu caráter e a sua posição. Agora, penso que devemos começar a reagir também contra esse tipo de procedimento que não abona em favor do Congresso Nacional. Uma acusação, para ser feita, tem ser fundamentada, dado os fatos concretos e o nome das pessoas envolvidas. No caso do Ministro, que é o Secretário Cícero Lucena, não o conheço, mas todas as referências que tenho é de uma pessoa extremamente honesta e da maior probidade possível.

O SR. PEDRO SIMON – Eu o conheço e confirmo o que V. Ex.^a está dizendo.

O Sr. Elcio Alvares – Gostaria que o Governador Dante de Oliveira, que é um Governador da melhor qualidade que temos neste País, imediatamente, se ouviu a pessoa, faça a denúncia ao órgão competente para investigar se realmente a firma da Paraíba leva vantagem em matéria de obras realizadas naquele Ministério. Vou fazer esse compromisso com V. Ex.^a, dirigindo-me ao Sr. Secretário para que S. Ex.^a investigue. Agora, gostaria que o Governador Dante de Oliveira declinasse o nome da pessoa que insinuou para que pudéssemos ter o início de uma investigação à altura. Portanto, Senador Pedro Simon, estou ao seu lado nesta sua cruzada. É uma cruzada, eu diria. Desde os primeiros momentos que chegamos aqui V. Ex.^a tem pautado o seu comportamento dentro desse combate intenso a respeito de corrupção, mais ainda, de atos de improbidade cometidos sob o pálio do Governo. Apresento a minha solidariedade e quero dizer a V. Ex.^a que, ao fazer esse registro, convoca a atenção dos nossos Colegas. Não é possível que acusações da mais alta gravidade, e sempre envolvendo a moral de pessoas, de homens públicos, fiquem dentro desse véu tênue de apenas comentários. Quero fazer um registro. Ontem, o Deputado Delfim Netto foi o primeiro a levantar esse problema com acusações vagas.

O SR. PEDRO SIMON – E que o Presidente pediu para dar os nomes.

O Sr. Elcio Alvares – Exatamente, o Presidente pediu para dar nome aos bois e S. Ex.^a, mais uma vez, fez uma das suas famosas frases. O Deputado Delfim Netto, na parte da manhã, no programa *Bom Dia Brasil*, expôs o problema com o mesmo sentido cômico das suas frases, e ontem, perante o Sr. Pêrsio Arida, não falou coisa alguma. Isso não constrói em favor do Congresso Nacional e, evidentemente, essa notícia já é consequência, diria, de um relativo clima de irresponsabilidade na formação dessas notícias, que são realmente deletérias para o Governo. Comprometo-me com V. Ex.^a em falar com o Secretário Cícero Lucena. Quero fazer esse depoimento, porque todas as pessoas da Paraíba, nossos colegas daquele Estado, são unânimes em dizer que o Secretário é um homem da melhor qualidade moral.

O SR. PEDRO SIMON – E eu, que não sou da Paraíba, digo a mesma coisa.

O Sr. Elcio Alvares – Entendo que se realmente o Governador Dante de Oliveira ouviu essa conversa, S. Ex.^a tem autoridade moral para fazer uma denúncia concreta dizendo o nome do funcionário do Ministério ou de alguém que insinuou esse tipo de negócio.

O SR. PEDRO SIMON – É exatamente isso, meu querido Líder. É esse caminho que temos de seguir, pois temos que nos educar, tanto a sociedade, a imprensa e os partidos políticos a dizerem as coisas que devem ser ditas.

Avalio que o Sr. Pêrsio Arida se saiu muito bem no Senado e na Câmara. Mas, na verdade, o País pagou um preço alto pelas manchetes que saíram nestas Casas com relação a escândalos que

se teriam sido verificado e, na realidade, não houve escândalos.

Tem razão o nobre Líder do Governo quando diz que devemos esclarecer as acusações e ter mais responsabilidade com elas. Essa é uma parte. Entretanto, digo e repito que o Governo, o Senado e a Câmara têm que ter a responsabilidade de responder caso por caso que atinge a dignidade do Congresso Nacional.

O Sr. Jader Barbalho – Permita-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Com enorme prazer ouço V. Ex.^a.

O Sr. Jader Barbalho – Quero cumprimentar V. Ex.^a que, mais uma vez, vai à tribuna em defesa da ética e da moralidade das coisas públicas. Mas queria, secundando o Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, registrar um detalhe que me parece importante. Acho que quem deve uma explicação pública, neste momento, em primeiro lugar, é o Governador do Mato Grosso e não o Ministro. Quem ouviu foi o Governador de Mato Grosso – segundo o noticiário da imprensa. Não cabe, portanto, colocar o Ministro na condição de réu imediatamente a ser interpelado, porque o Governador ouviu a conversa de alguém. Cabe ao Governador dizer se a notícia procede. Se não procede, está desmentido e acabado o episódio; se procede, o Governador tem a obrigação moral de declarar quem disse para S. Ex.^a e não o Ministro. Porque, a partir daí, basta um comentário dessa natureza para colocar qualquer homem ou mulher, que ocupe, neste País, qualquer função pública de responsabilidade, no pelourinho e em dificuldades. O Governador deveria ter informado à imprensa – se é que S. Ex.^a informou junto com a notícia – quem é que tinha lido dito, no Palácio do Planalto. Não é isso! Porque essa história de dizer que ouviu falar é muito vaga. Eu já ouvi falar de muita gente e depois ficou provado que não tinha o menor fundamento. Então, joga-se lama na honra alheia com enorme facilidade. O Governador Dante de Oliveira, tem razão V. Ex.^a, tem a obrigação de se explicar imediatamente, que S. Ex.^a diga quem o "cantou" – permita-me a expressão – no Palácio do Planalto, e não o Ministro Cícero Lucena que, até prove em contrário, como bem disse V. Ex.^a e os demais Senadores desta Casa, é um homem de bem e que não pode ter a sua reputação abalada, porque um Governador teria levado uma "cantada" no Palácio do Planalto.

O SR. PEDRO SIMON – Nobre Líder, em primeiro lugar, assino embaixo o que disse V. Ex.^a.

Como V. Ex.^a não estava aqui no início do meu pronunciamento, quero dizer-lhe que o que me trouxe à tribuna não foi o assunto em si; o que me trouxe à tribuna foi para dizer que – eu, como Líder do Governo que passou, um amigo meu que foi meu vice-Líder e que hoje é Líder do Governo atual – fatos como esse o Governo não pode deixar passar sem que haja um esclarecimento. Estou de pleno acordo com V. Ex.^a.

O que quero esclarecer é que não me preocupei com o conteúdo da matéria, porque não é essa a razão que me trouxe à tribuna. Não pense V. Ex.^a que sou um arauto em vir aqui pinçar as notícias dos jornais, não faz parte da minha missão. Vim aqui mostrar ao meu querido Líder do Governo que devemos começar um Governo sério, como sério é o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e não deixar passar nada, principalmente matéria como essa. Aqui, quem tem de falar é o Governador Dante de Oliveira. Mas o Governador tem de providenciar para que isso seja esclarecido, aí é onde temos de chegar. Foi isso que eu disse, e foi isso que respondeu o nobre Líder do Governo. Apenas para esclarecer que em nenhum momento se levantou, aqui, qualquer interrogação com relação ao Ministro Cícero Lucena. Levantei o fato em si e penso que o Governo deve esclarecê-lo.

O Sr. Elcio Alvares – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Concedo um aparte ao nobre Se-

nador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares – Nobre Senador Pedro Simon, agradeço a V. Ex.^a porque foi intérprete fiel das minhas palavras. O Líder Jader Barbalho ou não me entendeu, ou eu me expliquei mal. Falei claramente que quem tem de dar a informação é o Senador Dante de Oliveira e que temos de acabar com esse tipo de negócio. O que está acontecendo e que pegamos os jornais e lemos insinuações, e essas insinuações começam a ganhar foro de verdade. Essa foi a minha tese inicial. Agora, quanto ao Secretário Cícero Lucena, vou falar para com S. Ex.^a para pedir ao Governador Dante de Oliveira que diga o nome da pessoa, para que não haja mais esse tipo de insinuação, que mancha a honra das pessoas. *Volto a repetir*, é o caso do Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, que nos leva à indignação. Está chegando o momento em que vai ser insuportável ser homem público. O cidadão assume um cargo de Governador, de Senador e ninguém mais vai querer disputar mandato. Então, penso que o Congresso, que está em uma campanha vigorosa para moralizar seus trabalhos, temos também de iniciar aqui, dentro no seio da nossa Casa, uma campanha para evitar tipo isso. Vamos cobrar, é da posição do Congresso, vamos investigar, mas investigar com dignidade e acima de tudo com responsabilidade. Quero reiterar ao Líder Jader Barbalho o meu apreço ao Secretário Cícero Lucena.

O SR. PEDRO SIMON – E o meu também.

O Sr. Elcio Alvares – Não o conheço pessoalmente, mas tenho as melhores informações. Agora, o Governador Dante de Oliveira deve dizer se essa notícia tem ou não tem procedência. Porque também pode ser uma notícia plantada no jornal para beneficiar – e aqui estamos vendo esse episódio do Banco Central – especuladores, que estão fomentando crise. Portanto, precisamos saber por inteiro a verdade.

O SR. PEDRO SIMON – Não posso dizer os nomes, porque não entendo. Mas sei que em cada crise desta, que é formulada, muita gente ganha dinheiro. Aliás, já se falou isso no Governo do Sr. Itamar. Sempre nas quintas ou nas sextas-feiras apareciam boatarias, exatamente porque muita gente ganhava dinheiro aproveitando-se dos boatos.

O Sr. Jader Barbalho – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Concedo um aparte ao meu nobre Líder Jader Barbalho.

O Sr. Jader Barbalho – Iniciei o meu aparte a V. Ex.^a dizendo que estava secundando o aparte do ilustre e querido companheiro Elcio Alvares. Entendi bem o aparte do Líder do Governo, apenas penso que não se pode cobrar do Governo, do Palácio do Planalto uma primeira intervenção a respeito de uma notícia plantada na imprensa, plantada ou não, procedente ou não, atribuída ao Governador de Mato Grosso. No meu entendimento, quem tem que falar primeiro a respeito desse assunto – primeiro confirmar ou não a notícia – é o Governador de Mato Grosso. Não cabe ao Palácio do Planalto nem ao Ministro Cícero Lucena tratarem desse assunto. Em primeiro lugar, cabe ao governador – eu gostaria de insistir – dizer se procede ou não.

O SR. PEDRO SIMON – Perdoe-me, meu querido líder, estamos enfocando o assunto de maneira diferente. O que quero dizer aqui, meu nobre Líder, e o Líder do Governo entendeu, é que penso da seguinte maneira: notícia plantada, mentirosa, com fórum de verdade, deturpada, como, por exemplo, a de que o Fernando Henrique ou o nosso Ministro da Fazenda telefonou para o Ministro da Fazenda da Argentina, numa questão de gentileza, domingo à meia noite, para dizer: “Olha, amanhã haverá uma desvalorização do Real”. Saiu como manchete que os banqueiros da Argentina tinham sido avisados pelo Ministro da Fazenda para tomarem providências.

A tese que defendo é a seguinte: o Governo – eu fiz isso quando era líder – tem que estar preparado para responder a tudo e exigir a resposta de tudo. O Governo tem que estar preparado. V. Ex.^a tem razão. Quem tem que responder é o governador. Mas, e se ele não fizer nada? O Governo deve tomar providências exigindo que se esclareça; essa notícia terá que ter um esclarecimento, aí é que quero chegar.

Volto a dizer: 1) nota dez ao Presidente da Câmara, que lá criou uma Comissão, que tem como coordenador o Deputado José Bonifácio, para responder a tudo o que é notícia caluniosa com relação à Câmara. Saiu a notícia: investiga se é verdade ou se é mentira, para tomar providência. O Sr. José Bonifácio vai cobrar, no mesmo espaço, que se dê a resposta, seja apresentadora de televisão, seja quem for. Considero que se a Câmara dos Deputados está fazendo isso, se nós, do Senado, e se o Governo fizermos isso, aos poucos vamos desmascarar os contadores de notícias mentirosas, vamos desmoralizá-los. E vamos separar o joio do trigo. Se é verdade, vamos apurar; se é calúnia, vamos condenar o caluniador.

Esse foi o motivo da minha presença nesta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Senador Pedro Simon, a Presidência pede a V. Ex.^a que não conceda mais apartes, uma vez que o seu tempo já extrapolou em 10 minutos.

O SR. PEDRO SIMON – Só para encerrar o motivo que me trouxe a esta tribuna.

Hoje pela manhã, quando eu fazia *cooper*, uma senhora de uns 70 anos me procurou e me disse o seguinte: Senador, por que os senhores não dedicam o horário dos partidos políticos, até o fim do ano, para esclarecer as reformas da Constituição? Eu achei sensacional. Vou entrar com um projeto de lei. Meu projeto de lei será da seguinte forma: até o dia 31 de dezembro, os espaços que a lei permite, durante uma hora, que sempre ocorrem às quintas-feiras, das 20h30min às 21h30min, serão destinados ao esclarecimento das reformas da Constituição. De que forma? Será coordenada pelas Mesas da Câmara e do Senado e pela Justiça Eleitoral.

Meu nobre Líder, estou muito preocupado com o que aconteceu ontem aqui, mas principalmente com o que aconteceu no Rio e no Ceará. Querer bater não é uma boa política. As manchetes de hoje já falam em preocupação nos quartéis – essas notícias não são boas.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem de bem que merece respeito e o debate da Constituição deve ser respeitado por todos. É polêmico? Claro que é polêmico! Tem as mais contraditórias posições, mas vamos nos respeitar. Se pegássemos esse horário de televisão, às quintas-feiras, todas as semanas, e esclarecêsemos, na hora de votar, para o povo saber o que é estabilidade, tempo de serviço, monopólio, quais são os argumentos de cada uma das partes, estaríamos politizando o Brasil e dando uma oportunidade de alto nível social-ético para que o povo brasileiro pudesse ser esclarecido. Se fizermos uma pesquisa e perguntarmos a opinião de populares a respeito de assuntos polêmicos, não saberão responder. Dessa maneira o povo poderá ser esclarecido.

Era isso o que eu gostaria de dizer, pedindo o apoio do meu Líder, no sentido de que votemos com urgência um projeto de lei regulando esse assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Como Líder.) – Exm.^a Sr. Presidente do Senado Federal, suscito a seguinte Questão de Ordem sobre a aplicação do Regimento Interno desta Casa:

– na sessão ordinária de ontem – dia 23 – foi aprovado o Requerimento nº 401, de 1995, de autoria do nobre Senador Elcio Alvares, através do qual pediu-se o adiamento de votação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991, para o próximo dia 20 (vinete) de abril;

O requerimento em questão baseou-se no art. 315 do Regimento Interno que diz:

"O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão (art. 279)."

No caso presente trata-se da hipótese prevista no art. 279, c, sobre adiamento da discussão.

.....
c) ser realizada em dia determinado.

.....
O § 1º do art. 279 dispõe que:

O adiamento previsto na alínea "c" "não poderá ser superior a trinta dias, só podendo ser renovado uma vez, por prazo não superior ao primeiro, não podendo ultrapassar o período da sessão legislativa";

O Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991, teve sua votação adiada em 14 de abril de 1993, em razão da aprovação do Requerimento nº 355, de 1993, do Senador Jarbas Passarinho, que solicitava o adiamento da votação por 30 (trinta) dias;

– em 20 de maio de 1993, a votação do PLC nº 13, de 1991, foi novamente adiada para o dia 18 de junho de 1993, por força da aprovação do Requerimento nº 488, de 1991, do Senador Mauro Benevides nesse sentido, ou seja, adiamento para votação em dia determinado;

Assim, este projeto de lei já teve sua votação adiada, com base no art. 315 combinado com o art. 279, "c", do Regimento Interno, por duas vezes.

Em consequência, a aprovação do Requerimento nº 401, de 1995, na data de ontem, violou o disposto no § 1º do art. 279, do Regimento Interno. Trata-se de uma segunda renovação de adiamento de votação para dia determinado, o que o Estatuto Regimental, desta Casa não autoriza. É, portanto, um terceiro adiamento, o que é explicitamente vedado.

Ante o exposto e considerando o empenho da Presidência em fazer cumprir as normas regimentais, venho instar V. Exª a que, decidindo a presente QUESTÃO DE ORDEM, declare, com base nos arts. 48, n.ºs 8 e 13; 412, incisos III e IV; e 413 e seu parágrafo único, do Regimento Interno, a nulidade da votação do Requerimento nº 401, de 1995, tomando-a sem efeito para todos os fins e fazendo retornar o PLC nº 13, de 1991 à Ordem do Dia.

Sr. Presidente, gostaria de encaminhar à Mesa a sinopse obtida junto ao banco de dados da Secretaria Legislativa, órgão da Secretaria da Mesa, onde estão documentadas todas as ações relativas ao respectivo projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Se nenhum dos Srs. Senadores desejar contraditar a questão de ordem, vou encerrar a discussão.

O SR. BERNARDO CABRAL – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Para contraditar.) – Sr. Presidente, sabe V. Exª, e isto é remansoso, que as impugnações, em matéria de Direito Eleitoral, tem prazos preclusivos.

Quando o Senador Elcio Alvares apresentou o seu requerimento ontem, e que foi colocado em discussão e votação, seria essa a oportunidade para impugnação e, a seguir, o recurso contra a decisão – o que não foi feito, Sr. Presidente. Automaticamente, o requerimento foi aprovado *in albis*, não houve qualquer interposi-

ção nem questão de ordem. Se V. Exª agora retomasse e reabrisse, criaria um precedente nesta Casa, porque todas as vezes em que fosse haver uma questão de interpretação regimental caberia a um outro senador levantar uma questão de ordem.

O que o eminente Senador Elcio Alvares me traz é o argumento que eu ia aduzir para que a Mesa verificasse que o art. 118 diz, no seu § 3º:

"O prazo da comissão fica suspenso pelo encerramento da sessão legislativa, continuando a correr na sessão imediata, salvo quanto aos projetos a que se refere o art. 375, e renova-se pelo início de nova legislatura ou por designação de novo relator."

É evidente que é de se louvar, e o faço de público, a atenção com que se há nesta Casa o eminente Senador Eduardo Suplicy. É muito menos quanto à figura de sua pessoa, da sua atuação, que tomo a palavra para contraditar, mas, sim, por uma questão de princípio nesta Casa. Se V. Exª renovar, está aberta a qualquer outro senador a prerrogativa de fazê-lo novamente.

É a contradita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência vai decidir a questão de ordem.

Nobre Senador Eduardo Suplicy, o art. 404 do Regimento Interno diz o seguinte:

"A questão de ordem deve ser objetiva, indicar o dispositivo regimental em que se baseia, referir-se a caso concreto relacionado com a matéria tratada na ocasião, não podendo versar sobre tese de natureza doutrinária ou especulativa."

Por sua vez, dispõe o art. 118, em seu § 3º:

"O prazo da comissão fica suspenso pelo encerramento da sessão legislativa, continuando a correr na sessão imediata, salvo quanto aos projetos a que se refere o art. 375, e renova-se pelo início de nova legislatura ou por designação de novo relator."

Foi esta a decisão da Mesa.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente, apenas para bem compreender, V. Exª está entendendo que, em vista de se iniciar nova legislatura, os prazos podem ser retomados? É esse o entendimento, a interpretação da Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, é este o entendimento e foi esta a decisão da Mesa, conforme dispositivo regimental.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Tem V. Exª a palavra, por cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em nome do PL e da Corregedoria gostaria de fazer uma comunicação a esta Casa.

Preliminarmente, desejo cumprimentar o Senador Pedro Simon por essa jornada que vem desenvolvendo, nos primeiros meses da legislatura, buscando uma maior transparência da administração pública. Também cumprimento os Senadores Elcio Alvares e Jader Barbalho, pelos apartes que fizeram ao pronunciamento do Senador Pedro Simon.

Durante a minha administração à frente da Polícia Federal, o que de mais grave acontecia, trazendo intranquilidade, eram denúncias, principalmente por pessoas que têm o dever de apurá-las, que as comunicavam à imprensa, com o acobertamento de pseudo-denunciante. Penso que isso deve ser apurado.

Cumprimento o Líder do Governo, Senador Elcio Alvares, e peço a S. Exª que, em nome do PL, solicite ao Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, que aprofunde a investigação sobre o vazamento das informações, porque, além da violação da legislação comum, foi violentada a Constituição Federal.

Como Corregedor, já conversei com alguns Senadores desta

Casa e vou apresentar um projeto ao Presidente José Sarney no sentido de que, havendo qualquer agressão a esta Casa, qualquer denúncia com respeito a membros desta Casa, a Corregedoria, de imediato, tomará as providências devidas e, se for o caso, providenciaremos a abertura de processo por denúncia caluniosa.

Era isso que desejava informar, Sr. Presidente.

C SR. EDUARDO SUPLYCY – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de solicitar a reconsideração da Mesa sobre um ponto decidido há poucas semanas – exatamente na semana em que estive viajando oficialmente pelo Senado –, quando o Presidente José Sarney interpretou – no meu entender, erroneamente – que só os assessores da Presidência poderão assessorar Senadores em plenário.

Veja V. Exª que, em inúmeras oportunidades, poderemos ter aqui situações em que a assessoria da Mesa dá uma informação à Presidência que pode estar correta, mas, como seres humanos cometem falhas, às vezes não é correta. Por isso, faz-se necessário que os Senadores em plenário tenham, de pronto, a assessoria de quem conheça, também em profundidade, o Regimento Interno e a Constituição, para que possamos dialogar em igualdade de condições.

Sr. Presidente, o segundo ponto refere-se à citação feita por V. Exª, há pouco, do Regimento Interno, em seu art. 118, para dizer que o prazo fica suspenso em função de ser uma nova legislação. Ora, Sr. Presidente, o art. 118, § 3º, faz referência ao prazo da comissão, que "fica suspenso pelo encerramento da sessão legislativa, continuando a correr na sessão imediata, salvo quanto aos projetos...". Ou seja, aqui, trata-se de prazo de comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Senador Eduardo Suplicy, lamento interromper V. Exª, mas o Regimento Interno é muito claro no art. 407, quando diz que "Nenhum Senador poderá falar, na mesma sessão, sobre questão de ordem já resolvida pela Presidência".

Vamos dar andamento aos nossos trabalhos. Essa questão de ordem já foi decidida pela Presidência.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Recorro ao Plenário, Sr. Presidente, com base no Regimento Interno, porque a assessoria da Mesa está instando a Presidência a não deixar que se examine um erro sério, que induziu a Presidência com base em...

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, a oportunidade do recurso que V. Exª formula já passou; foi no momento da decisão tomada pela Mesa.

Continuamos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Congresso Nacional tem responsabilidades enormes nesta legislatura. O País inteiro está a exigir reformas, mas essas reformas têm nuances muito claras quanto as suas propostas. Há as reformas de cunho mais liberal, pretendidas pelo Presidente da República – que são reformas à moda da socialdemocracia europeia –, e há as reformas que eu e muitos parlamentares gostariam de ver acontecer no Brasil, reformas socialdemocratas mais à esquerda, reformas propostas com a coragem de sermos brasileiros, reformas que não subordinem o País ao consenso de Washington e aos interesses do grande capital internacional. Essas reformas devem ser obtidas numa larga e profunda discussão no Congresso Nacional. Parece-me que é esta a intenção do Presidente da Repu-

blica.

No entanto, dois de seus Ministros promovem a cooptação de bancada, através do "bingão da fisiologia". Como é que funciona essa estranha prática? Reúne-se a Bancada do Paraná, sob a batuta do Ministro da Agricultura e do Ministro da Previdência Social, e cada Deputado convocado atribui uma nota de um a cem a cada um dos 40 cargos federais "disponíveis" no Estado. A nota atribuída pelo Deputado a cada cargo é somada e dividida pelo número de Deputados, estabelecendo-se um valor médio. Ao valor médio de cada cargo é somado 40 valores médios de 40 cargos, e temos, então, uma soma global que é dividida pelo número de Deputados.

Daí para frente, cada um com uma cota de 80 pontos, se atribui ou reivindica cargos. Uma diretoria vale 100 pontos, e o Deputado que tiver 80 pontos tem que se associar a um outro para viabilizar a indicação.

A irregularidade é absoluta e o "bingão da fisiologia" reserva ao Ministro da Agricultura, que semeia cargos e Diretorias, a presidência, semeia cargos e diretorias e colhe a Presidência de Itaipu e a Presidência da Companhia Telefônica do Paraná.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso não merece esse tratamento.

A atitude é eticamente condenável, enfraquece o Congresso Nacional, achincalha a representação do Estado do Paraná, mas é patrocinada por dois Ministros do Governo Federal, por dois Ministros da República.

E essa "matemática" coonestada pelo Ministro da Previdência talvez informe, também, os cálculos com que pretende degradar os direitos adquiridos dos aposentados brasileiros.

O Ministro da Previdência se aposentou com 46 anos de idade, valendo-se de legislação especial e irregular da Prefeitura de Curitiba, quinze dias antes de eu assumir a Prefeitura.

O escândalo foi tão grande, a irregularidade tão explícita, que tomei a iniciativa de mandar uma mensagem à Câmara Municipal e S. Exª foi o último aposentado nesse sistema corrompido, na cidade de Curitiba.

O Ministro de 46 anos é o ministro da "matemática" do "bingão da fisiologia".

O Presidente da República não merece esse tratamento de seus Ministros.

Fico pensando como se sentirá a esposa do Presidente, Dª Ruth, que recomendou com tanta energia, dando credibilidade à indicação de Reinhold Stephanes para a Previdência Social. O Ministro desmereceu a confiança, desmoralizou o Paraná e corrompeu a Bancada do Estado no Congresso Nacional!

Fico, aqui, refletindo: quantos pontos, quantas diretorias do DNER, quantos pequenos cargos serão suficientes para vender o monopólio da PETROBRÁS no Congresso Nacional? Quantos pontos, quantos cargos valerão a quebra da independência nacional na integração do País na economia global? Quantos pontos e quantos cargos de terceiro e quarto escalões serão suficientes para vender o País? Que falta de patriotismo! Que falta de orgulho! E nós queremos uma reforma constitucional como quer o Presidente: discutida.

Gostaria de uma social-democracia mais à esquerda, uma reforma constitucional que seja feita pelo consenso congressual – PMDB, PT, PDT – uma reforma constitucional, Sr. Senador Eduardo Suplicy, sem medo de sermos brasileiros, uma reforma constitucional que garanta os objetivos permanentes do País, uma reforma constitucional que não nos venda, que não nos desestimele.

Fico imaginando a situação de um casal em que a mulher, com desejos enormes de consumo, compromettesse a estabilidade conjugal, consumo que o marido não poderia sustentar. A solução

encontrada na similitude desse processo fisiológico seria o marido arranjar para a mulher um amante que a sustentasse e os dois, então, "teúdos e manteúdos", pelo capitalista externo, viveriam bem, consumiriam melhor, a intenção consumista da sua inserção na classe média; mas o marido não seria pai dos seus filhos e estes não saberiam quem era o seu pai.

Esta situação não se pode manter. O Senhor Presidente da República não merece esse comportamento dos seus ministros. Ou merece? Concorde e nomeie "matemáticos" da República, escalados pela "bancada fisiológica", chefiada pelos Ministros Reinhold Stephanes e José Eduardo de Andrade Vieira.

Muito obrigado, Sr. Presidente..

O SR. VALMIR CAMPELO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, também peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta Casa, sempre temos ouvido palavras do Senador Roberto Requião a respeito do Ministro da Agricultura, com relação ao comportamento de S. Ex^a, que não é verdadeiro nas suas palavras.

Como Líder do Partido, digo ao Senador Roberto Requião que temos até prazer em trazer assuntos relativos ao nosso Estado – ontem mesmo eu os trouxe aqui –; mas trazer as brigas internas, paroquiais para esta Casa, creio que é um acinte à inteligência de todos nós.

As palavras do Senador Roberto Requião não expressam a verdade e não podemos, como Líder, admitir, sob hipótese alguma, o seu comportamento, inclusive desmerecendo a figura dos Senadores da Bancada do PTB.

Falo também em nome da Senadora Emília Fernandes, da Senadora Marluce Pinto e do Senador Luiz Alberto. Nós do PTB nunca fomos e nem somos fisiológicos. Cumprimos com as nossas obrigações de cidadãos e de parlamentares.

Se for para trazer assuntos caseiros, do Estado do Governador Roberto Requião, nós também os temos. Vamos, a partir de agora, se S. Ex^a continuar atacando a honra do Ministro da Agricultura, trazer também tudo que S. Ex^a fez no seu governo.

Queremos respeito. Se S. Ex^a não respeita o Senador da República do seu Estado, nós da Bancada do PTB exigimos respeito para com a Bancada. Fique S. Ex^a sabendo que nesta Casa se procede, como sempre se procedeu, com alto nível, com respeito aos Colegas. Se S. Ex^a tem os seus assuntos particulares com o Ministro da Agricultura, que os trate fora desta Casa; mas que não atinja a honra de todos senadores pertencentes ao PTB.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Antes de conceder a palavra ao Senador Bernardo Cabral, a Presidência comunica que irá determinar à Taquigrafia que retire as palavras anti-regimentais do pronunciamento do Senador Roberto Requião.

Com a palavra o Senador Bernardo Cabral, como líder, por cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente que não vou entrar na discussão que há pouco a Casa acabou de ouvir, por entender que este não é o foro adequado para tal, conforme já foi ressaltado pelo eminente Senador Valmir Campelo.

Quero, todavia, aproveitar a presença do Líder do Governo nesta Casa, o eminente Senador Elcio Alvares, para, em nome do meu Partido, indagar a S. Ex^a se há fundamento, a fim de que o Partido possa tomar providências ulteriores, nesta manchete de

hoje dada a lume no **Jornal de Brasília**, página 3: **Cardoso exclui PP e PTB da base parlamentar.**

E no corpo da notícia, Sr. Presidente:

"O Presidente concluiu que sua base parlamentar está muito diluída", explicou um interlocutor de Fernando Henrique depois de uma conversa no Palácio do Planalto. Segundo esse político, o Presidente não gostou de exigências de partidos menores, como o PP, o PL e o PTB, por mais espaço no Governo e concordou com os argumentos de que é preciso investir para formar uma base sólida e fiel, ainda que menor. O Governo vai resolver tudo, primeiro, com o PMDB, o PFL e o PSDB. Depois, fala com os outros"...

Quero dizer, Sr. Presidente, em nome do Partido Progressista, meu Partido, depois de ter ouvido os colegas Senadores dele integrantes e o próprio Senador Álvaro Dias, há pouco, que o PP não é partido de fazer exigências.

Temos dito desta tribuna que este Congresso, e, conseqüentemente, os partidos, valerão muito mais na medida que estiverem voltados para o atacado das preocupações coletivas do que para o varejo das suas ambições pessoais.

Por essa razão, indago ao eminente Senador Elcio Alvares se procede a notícia que é atribuída ao Presidente da República.

O SR. ROMEU TUMA – Por favor, inclua o PL também na indagação.

O SR. BERNARDO CABRAL – O Senador Romeu Tuma está solicitando que acrescente o PL também na indagação.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Elcio Alvares, como Líder do Governo.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que tenho tido um comportamento, com relação às bancadas do PP, do PTB e do PL, que representa o pensamento político do Governo dentro desta Casa.

Ao Líder Bernardo Cabral, ao Líder Romeu Tuma, ao Líder Valmir Campelo a minha palavra é sempre de convocação, de que o Governo efetivamente precisa da participação desses Partidos para que possa fazer a proposta mudancista que já se encontra praticamente no Congresso.

Gostaria de dizer que nos vários contatos que tenho mantido com o Presidente da República – e é importante assinalar isso – o Senhor Fernando Henrique Cardoso tem colocado o relacionamento Governo-partidos políticos com a maior elevação.

Há pouco assisti a um pronunciamento no qual se criticava critérios para indicações. A altivez, a independência, a serenidade, a visão de estadista do Presidente não permitirá nunca que o preenchimento de cargos, seja em que instância for, regional ou federal, obedeça a impulsos que não são construtivos na prática política.

Sobre esses três Partidos compete-me dizer, na condição de Líder do Governo, que são fundamentais na hora em que estamos construindo uma nova sociedade e estamos tendo uma visão, através das propostas do Governo Fernando Henrique Cardoso, inteiramente favorável ao nosso País.

Portanto, aos Líderes Valmir Campelo, Bernardo Cabral e Romeu Tuma, neste instante, o apreço da Liderança do Governo no Senado.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, como líder.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PFL assiste, com preocupação, às manifestações interativas contra Sua

Excelência o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ora no Rio de Janeiro, ora em Brasília, e, agora, em Fortaleza.

São decorridos 3 meses do início do mandato do Presidente da República. Que ato menos digno terá Sua Excelência cometido para ser alvo, com apenas 3 meses de governo, de tantas e tantas manifestações?

Sr. Presidente, esta atitude não conduz o País a lugar nenhum. Nós somos contemporâneos de episódios dessa natureza que tantos prejuízos causaram às instituições democráticas deste País.

O Presidente saiu de uma eleição recentemente, consagrado pela grande maioria do povo brasileiro. O que prometeu nas praças públicas é o que está fazendo hoje, como Presidente da República. Sua Excelência não enganou ninguém, e está promovendo, com a responsabilidade de Presidente da República, a iniciativa das reformas constitucionais que são previstas na própria Carta Constitucional brasileira.

Fui Constituinte de 1988. Bernardo Cabral foi o Relator da nossa Constituição, e naquela ocasião mesmo inscrevemos na Carta Magna o princípio segundo o qual, cinco anos depois, ela deveria ser alterada, modificada, revista, porque nós próprios sentíamos tal necessidade. Pois bem, o que faz agora o Presidente Fernando Henrique é exatamente cumprir essa determinação da própria Constituição.

Por que, então, essas manifestações agressivas, como a que ocorreu ontem no Ceará? Houve uma guerra campal numa praça próxima ao Teatro José de Alencar. Não podemos prosseguir dessa maneira. O PFL está aqui para dizer que é inteiramente solidário com o Presidente da República nesses episódios a que a Nação está assistindo com pesar e com tristeza.

Sr. Presidente, sobre o discurso que acabamos de ouvir, do eminente Senador Roberto Requião, do Paraná, meu amigo, devo dizer que o Ministro Stephanes, da Previdência Social, que é Ministro pela terceira vez, sempre se houve com a maior correção nos cargos que exerceu. Tanto como Ministro quanto como Deputado, o nosso Partido confia na sua atuação, e estou seguro de que as críticas a S. Ex.^a levantadas pelo Senador Roberto Requião, haverão de ser esclarecidas plenamente por S. Ex.^a o Sr. Ministro, que tem a confiança do seu Partido e, seguramente, a confiança do seu Estado e do País.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1^o Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Peres.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, credenciado que fui pelo meu Líder, Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Com a palavra o Senador Osmar Dias, por 5 minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PP-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero esclarecer a minha posição, porque estou sendo incomodado, pelo noticiário dos últimos dias, por esse tema que está sendo discutido aqui, no momento.

O noticiário dos últimos dias está tratando o meu Partido, o PP, como se ele estivesse trocando cargos por apoio ao Governo. Quero dizer que fui eleito por uma base muito importante do meu Estado, os agricultores, a quem devo o meu mandato. E nenhum agricultor e nenhum dos eleitores que em mim votou, com certeza, endossaria um comportamento fisiológico, como o que os jornais descrevem nos últimos dias, do Partido Progressista.

Não sou, evidentemente, daqueles que trocam cargos por apoio. Estou no Congresso Nacional, no Senado e, com certeza, a Bancada do PP no Senado assim se comporta também. Tenho aqui a concordância dos Senadores José Roberto Arruda, Bernardo Cabral, enfim, dos Senadores do PP, de que, se estamos alinhados com o Governo, é na tentativa de colaborarmos, de contribuímos – não apenas com o número de votos que significamos, mas com a qualidade daqueles que integram o Partido Progressista –, de auxiliarmos nas reformas que o País está reclamando.

Em primeiro lugar, não acredito que seja verdadeira a notícia publicada hoje, e à qual o meu Líder, Bernardo Cabral, acaba de se referir, de que o Presidente da República vai excluir o PP e o PTB da sua base parlamentar.

Segundo, mesmo que o Partido seja excluído por esta negociação de espaço político – e é natural que qualquer partido participe desse tipo de negociação –, quero dizer que votarei sempre com a minha convicção pessoal, com a minha consciência.

A respeito do discurso feito por representante da bancada paranaense, um assunto estadual, mas que atinge os parlamentares do Estado do Paraná, quero dizer que não reivindico nenhum cargo, não tenho nenhuma indicação. Não fui eleito Senador para nomear ninguém. Fui eleito Senador para trabalhar pelas reformas que precisamos realizar neste País, a partir deste momento importante da política nacional que vivemos.

Portanto, quero aqui ressaltar que o Partido Progressista não participa deste jogo fisiológico da briga por cargos. O Partido Progressista está aqui para promover as reformas, e é assim que procederemos, em todos os momentos, no Senado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Eu convidaria o Senador José Roberto Arruda para secretariar os trabalhos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PP-DF) – Com o maior prazer, Presidente, mas, antes, eu pediria licença a V. Ex.^a para falar como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Tem V. Ex.^a a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PP-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, complementando o que já foi dito pelos Senadores Elcio Alvares e Osmar Dias, desejo dizer que o único fator que me motivou a aceitar a incumbência do Senhor Presidente da República de colaborar com o Senador Elcio Alvares no trabalho de Liderança do Governo, aqui no Senado, é a predisposição da bancada do meu Partido, o PP, com a experiência parlamentar que reúne, com a experiência de vida pública que soma e com a responsabilidade patriótica que tem em seus quadros – torna-se desnecessário citar um a um os componentes da bancada do meu Partido, pela representatividade que tem –, é a absoluta consciência que tenho e que recolho em cada reunião de bancada de que o nosso Partido deseja participar da formulação do projeto de País que tomou forma a partir da eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E deseja participar da construção desse projeto de País com grandeza, com altivez, sem nunca colocar esse apoio condicionado a nenhuma variável pessoal, partidária ou qualquer outro tipo de interesse.

Justamente por isso eu me sinto muito à vontade para ajudar o Senador Elcio Alvares a representar, nesta Casa, os interesses e os ideais de modificação e de reformulação da vida nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item Único:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº

83, de 1994 (nº 229/91, na Casa de origem), que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 283, de 1994, da Comissão
— de Assuntos Sociais.

A matéria constou da ordem do dia da sessão ordinária de 9 do corrente, quando teve a sua discussão adiada para hoje.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

O SR. EDUARDO SUPLYCY — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) — Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, com dois projetos apensados — das Deputadas Jandira Feghali e Maria Luiza Fontenele —, o projeto de lei em discussão trata da proibição de práticas discriminatórias contra trabalhadores, especialmente mulheres e crianças, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ressalvados neste caso as hipóteses de proteção ao menor previstas no inciso XXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Trata-se de um projeto de autoria da Senadora Benedita da Silva, que proíbe a exigência de atestados de gravidez, esterilização e outras práticas discriminatórias para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, dando outras providências.

Em seu art. 2º tipifica como crimes tais discriminações, estabelecendo penalidades. No art. 3º acrescenta penas contra o empregador, sujeitando-o a multas e proibindo a obtenção de empréstimos junto a instituições oficiais.

Quanto ao empregado prejudicado, oferece duas alternativas de reparação: a readmissão, com ressarcimento integral, ou a percepção em dobro da remuneração correspondente ao período de afastamento.

Recebeu parecer favorável da Relatora, Senadora Mariuce Pinto.

O projeto vem ao encontro de muitas necessidades e expectativas, especialmente das mulheres e crianças trabalhadoras, aprofundando direitos sociais conquistados na Constituição de 1988. Reúne em um só texto legal vários princípios sobre o assunto que estão no texto constitucional.

Portanto, somos favoráveis à aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) — Continua em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. JADER BARBALHO — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho, por vinte minutos, como Líder do PMDB.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, todos sabemos que a sociedade democrática é fundada no pluralismo e na divergência. Sem pluralismo e sem divergência, inexistente a sociedade democrática.

Quero, Sr. Presidente, em nome da liderança do PMDB, registrar a nossa preocupação com fatos, com acontecimentos e com o noticiário da imprensa em relação a esses fatos, que começam a criar um clima de instabilidade que não interessa à democracia brasileira, que não interessa à sociedade brasileira.

Há poucos instantes, o Líder do PFL, Senador Edison Lo-

bão, registrava a sua inquietação. Poucos meses atrás saímos de uma eleição presidencial. O Presidente da República, que foi eleito no primeiro turno, está há menos de noventa dias no exercício da Presidência da República. Sua Excelência se comprometeu, na campanha eleitoral, a promover reformas, inclusive da Constituição. Disse isso em campanha, disse no seu discurso de posse, tem sido enfático na necessidade de reformas constitucionais.

O PMDB perdeu a eleição, o nosso candidato à Presidência da República não venceu. Meu Partido, posteriormente à eleição, resolveu, através de seu conselho consultivo, apoiar o Governo. Mas a minha preocupação, Sr. Presidente, não é só com o o dever, que o Líder do PMDB nesta Casa tem, de dar, juntamente com a sua Bancada, apoio político ao Governo. O que me aflige é a falta de compreensão em relação ao momento político que estamos começando a vivenciar.

Já foi dito aqui — e faço questão de repetir — que a reforma da Constituição é um ato normal e não de excepcionalidade. Excepcional foi o fato de não ter o Congresso, na última Sessão Legislativa, o Congresso que encerrou a legislatura passada, conseguido realizar a revisão estabelecida pela Constituição de 1988.

Quero dar o meu testemunho, como integrante do Conselho Político do Governo, de ter ouvido reiteradamente por parte do Presidente da República, depois de ter apresentado e colocado em discussão propostas a serem enviadas ao Congresso Nacional, começando pela Câmara dos Deputados, que as reformas poderiam e deveriam ter a contribuição do Congresso Nacional em ajustes que poderiam ser feitos no seu texto. O Presidente, em momento algum, disse que as reformas a serem enviadas para o Congresso tinham o condão da verdade, isto é, que seriam de tal ordem que não poderiam receber a contribuição valiosa que o Congresso Nacional seguramente dará.

O que nos preocupa, Sr. Presidente, é que o Senhor Fernando Henrique Cardoso, com menos de 90 dias no Governo, havendo prometido reforma da Constituição na sua campanha, havendo assumido com essa plataforma, possa, em 90 dias, estar a receber manifestações públicas de hostilidade em relação a essas reformas, como ocorreu no Rio de Janeiro, em Fortaleza e aqui em Brasília.

No regime democrático, que é o regime do pluralismo, o regime da divergência, quem discorda das reformas que apresente, que dê a sua contribuição, que divirja! O que não é possível é criar-se um clima artificial de instabilidade política para o País e para a sociedade brasileira, depois de um período de estabilidade interrompido, de certa forma, com o resultado do Governo do ex-Presidente Fernando Collor de Mello.

Todos nós esperávamos que, naquele momento, tivesse sido estancado e encerrado o período de arbítrio e que, efetivamente, passássemos a vivenciar a democracia tão desejada e tão esperada por todos nós.

Estamos a estranhar essas manifestações, que poderiam ocorrer de forma urbana, como contribuição à vida democrática, que poderiam ocorrer através dos partidos na Câmara, como está ocorrendo aqui no Senado, e através dos meios de comunicação, através da imprensa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não se pode admitir aqueles que, em nome da democracia, querem agredir, desejam, no caso, tumultuar, quando há vias normais para expressar a divergência, para expressar o descontentamento.

Sr. Presidente, antes de conceder o aparte ao nobre Senador Elcio Alvares, que o solicitou, desejo registrar também, com preocupação, não só as manifestações que ocorreram no Rio, aqui em Brasília e em Fortaleza, mas também as dos presidentes dos clubes militares.

Vejo, no noticiário de hoje, que o Alto Comando — diz a im-

prensa – discute a Previdência em Brasília. "Os generais do Alto Comando do Exército, reunidos ontem, discutiram os efeitos nocivos da pretendida reforma da Previdência Social pelo Governo sobre oficiais militares".

Sr. Presidente, quero dar mais um testemunho: vários Parlamentares que estão aqui participaram da reunião do Conselho Político, quando a proposta da Previdência foi exposta pelo Ministro da Justiça, Nelson Jobim. Tive eu a oportunidade de mostrar ao Presidente da República que se era para extinguir privilégios, que fossem extintos os privilégios de todos.

Quero dizer, Sr. Presidente, não em defesa do Presidente, mas em defesa da verdade, que o Senhor Fernando Henrique Cardoso manifestou, naquela oportunidade, preocupação em relação ao tratamento acertado aos militares, levando em consideração a situação especialíssima do exercício da profissão militar. Quero registrar, por dever à verdade, que o Presidente da República fez esse registro.

Os jornais, no dia seguinte, publicaram que eu, como Líder do PMDB, naquela reunião, teria dito que não se poderia suprimir o direito dos professores e permanecer o dos militares.

Não podemos estar, a toda hora, nesta Casa, respondendo às notícias da imprensa – às vezes, é verdade; às vezes, é mentira; às vezes, é levandade. Não tratei da questão dos militares. Quem tratou dessa matéria foi o Presidente da República, que fez uma ressalva no sentido de que essas questões deveriam ser examinadas.

Estamos agora com a reforma da Previdência na Câmara dos Deputados. É o momento de se discutir esta questão com serenidade. Não vamos passionalizar. Há uma reforma constitucional que não é para um Governo, mas para a sociedade como um todo.

Concedo, com grande alegria, um aparte ao nobre Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares – Nobre Senador, o discurso de V. Ex^a é muito importante, é inteiramente consensual com o grande sentimento nacional. Não precisamos procurar o tempo porque o fato foi recente. O Presidente Fernando Henrique Cardoso teve 34 milhões de votos. Elegeram-se no primeiro turno, e a sua campanha foi inteiramente limpa, transparente. Sua Excelência falou, em todos os momentos, sobre os seus objetivos de reforma, o que pretendia fazer, qual era a sua expectativa para o nosso País. Obviamente, Senador Jader Barbalho, o que está acontecendo no Brasil – e o Congresso precisa tomar esta postura, porque, no caso, também deve ser denunciado o sentido político das manifestações – é que as manifestações não representam a opinião nacional traduzida no último pleito, mas sim setores privilegiados que sempre tiveram tratamentos especiais. É pior: uma entidade sindical, ligada a um partido político, toma acintosamente o comando dessas manifestações. Isso representa, na verdade, o alongamento de um prêmio político que se encerrou com a eleição do ano passado. Mas não temos dúvida nenhuma de que, dentro de uma tática de aparição, onde vai o Presidente da República, acompanha-o o cinegrafista, os fotógrafos e os jornalistas. Faz parte da técnica de agitar, de fazer com que essas manifestações aconteçam juntamente com o Presidente da República. A Nação tem que ser advertida em relação a esses episódios, porque, na verdade, estamos voltando a um velho sistema de protestar, inteiramente descabido dentro da democracia plena que estamos vivendo. E V. Ex^a está abordando o fato com muita propriedade na fase inicial, e quero reiterar, neste instante, que o Presidente Fernando Henrique também está inteiramente imbuído da responsabilidade que lhe foi confiada pelo povo brasileiro. Sua Excelência já afirmou, doa a quem doer, que as reformas serão realizadas. Em relação à segunda parte do pronunciamento de V. Ex^a, quero ser testemunha das suas palavras, quando V. Ex^a abordou, com muita propriedade, na reunião dos Líderes,

no Conselho Político, a questão das aposentadorias. V. Ex^a o fez com notável espírito público, falou de uma maneira genérica: não podemos admitir aposentadorias especiais. E, no momento em que V. Ex^a fez essa referência, evidentemente fomos todos envolvidos, principalmente nós, Parlamentares, que fazemos parte de um instituto tão questionado. E ficou certo, Senador Jader Barbalho, inclusive pela sua voz, que nenhum Parlamentar teria qualquer tipo de constrangimento para adotar uma medida que representasse o fim das aposentadorias especiais. Portanto, acredito que há um conceito, há uma vontade política, há uma disposição do País e do próprio Congresso no sentido de que manifestações isoladas não vão modificar o rumo de um País que sabe o seu destino. Cumprimento V. Ex^a, porque tenho a certeza, já por essa fase preliminar do discurso, que V. Ex^a vai realizar uma peça, que deve ser escrita nesta Casa, de advertência; sobretudo porque o autor é um homem que deseja contribuir para que o País tenha a sua democracia cada vez mais estável, cada vez mais tranquila. Muito obrigado.

O SR. JADER BARBALHO – Senador Elcio Alvares, agradeço e acolho o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento, em que dá o testemunho da minha intervenção naquela reunião e da postura do Presidente da República em relação ao fato.

Eu disse ao Senhor Presidente da República que, como ex-Ministro da Previdência Social, considerava, de fato, que era nefasta aos interesses do País a permanência das aposentadorias especiais, das aposentadorias por tempo de serviço, motivo pelo qual poucos países no mundo ainda brigam na sua legislação.

Eu disse ao Senhor Presidente que haveria dificuldade imensa em fazer tramitar a matéria no Congresso se apenas determinados setores fossem atingidos, excluídos, e outros fossem mantidos com o tratamento. A proposta teria que ser clara, seria necessário demonstrar à sociedade que não seria para o Governo Fernando Henrique Cardoso que estaríamos fazendo a reforma da Previdência Social, mas para uma geração, para a próxima geração. E o Presidente, façamos justiça, acolheu e determinou ao Ministro Nelson Jobim que a proposta fosse refeita.

Recordo-me bem que vários Parlamentares disseram a Sua Excelência, naquela oportunidade, que já o texto deveria ser claro, de tal ordem que a legislação complementar já tivesse notícia do que ela seria no texto da proposta de reforma constitucional. Vários Parlamentares que estão aqui, inclusive o Senador Bernardo Cabral, interferiram, na oportunidade.

Sr. Presidente, assusta-me esse fato, porque reforma constitucional não deve ser tratada como matéria para um governo; pode ser a obrigação ou o projeto político de um governo. Uma reforma constitucional é para a sociedade, com vistas ao futuro. Não imaginamos fazer uma reforma constitucional para quatro anos, e sim para os próximos quarenta anos.

Tenho dificuldade, portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, de entender como, no regime democrático, a discordância possa ser feita através de insultos, através de apupos, através de violências.

Não, não se constrói sociedade democrática dessa forma; constrói-se sociedade democrática mediante divergência. A divergência é fundamental. Sociedade que não tem divergência, onde não há o pluralismo de idéias, não é sociedade democrática.

Poderemos divergir da proposta do Senhor Presidente da República, que, por sua vez, deixou claro que aceitava, que requeria, que esperava a contribuição do Congresso. Sua Excelência usou até o termo "ajuste"; disse que o Congresso poderia ajustar o texto das propostas das emendas constitucionais.

Estamos assistindo, Sr. Presidente, a um clima que se cria por determinados setores que começam a radicalizar. Temo que, radicalizando, esses setores estimulem a radicalização de outros,

favorecendo a criação de um clima que não é favorável não diria ao Governo, mas à sociedade brasileira.

Ontem o Ministro da Aeronáutica compareceu a um almoço em sua homenagem, no Rio de Janeiro. Publica o jornal *Folha de S. Paulo* de hoje:

"O Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Mauro José Miranda Gandra, disse ontem, no Rio, que os presidentes dos clubes militares 'têm liberdade de expressar coisas que, às vezes, o ministro militar não pode dizer, não deve dizer e tem dificuldade de justificar junto a tropa por que não disse.'"

A frase foi dita em resposta ao pedido de um jornalista para que comentasse um manifesto divulgado na última segunda-feira pelos presidentes dos clubes Militar, Naval e da Aeronáutica.

No texto, que os militares dizem ter a finalidade de transmitir ao Governo, o estado de espírito dos oficiais das Forças Armadas, os presidentes dos clubes, afirmam que da Medida Provisória nº 936, que modifica a data do pagamento do funcionalismo, derivam "a deslealdade, a insensibilidade social, a manipulação contábil e a reafirmação da injustiça."

O Sr. Ministro da Aeronáutica teria, segundo a imprensa, usado adjetivos suaves para definir os sentimentos dos quartéis. Segundo ele, "não há insatisfação, mas há incerteza e insegurança".

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, preocupa-me, como Senador da República, o fato de o Ministro da Aeronáutica sentir-se com insegurança; preocupa-me que um Governo que ainda não completou 90 dias da sua posse esteja vivendo problemas dessa natureza no momento em que tenta implementar o que prometeu em campanha eleitoral, o que prometeu no seu discurso de posse e nas suas manifestações iniciais.

Não há clima, Sr. Presidente, não há clima para essa insegurança, seja a insegurança das ruas, seja a insegurança que possa ser dita por qualquer outra autoridade. Temos a obrigação de dar segurança ao País e às instituições.

Não há clima, Sr. Presidente: há um Presidente eleito, eleito em primeiro turno, mediante manifestação inequívoca da maioria do povo brasileiro. Há instituições funcionando normalmente neste País.

Há quem queira divergir das propostas de reformas, quem queira divergir das medidas governamentais. Sinto-me à vontade, porque, na tribuna, já manifestei minha divergência em relação a uma delas. Sinto-me satisfeito, porque a minha divergência foi acolhida pelo Presidente da República, que, num gesto de compreensão, mandou para o Congresso Nacional a reforma da Medida Provisória nº 935.

Vamos divergir, vamos vivenciar a democracia, vamos contribuir com os nossos pontos de vistas, mas não vamos criar, Sr. Presidente, seja no Governo, seja no Congresso Nacional, seja nas ruas, seja aonde for neste País, um clima de instabilidade, o qual não merece o Governo que começa e muito menos merece a sociedade brasileira.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Estava inscrito o Senador Ademir Andrade, mas como o nobre Senador pede a palavra como Líder, terá a preferência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo, por vinte minutos.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Srs. Senadores, trago, em nome do meu Partido, uma manifestação que seccunda a preocupação expressa pelo Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho.

A última semana, neste País, desenhou no horizonte sinal bastante preocupante: a movimentação de rua. Como se, de repente, fosse exigido de um Presidente da República que tem 8 semanas de mandato que o mundo difícil que lhe foi entregue pudesse ter sido relapidado e que estivéssemos em condições de viver hoje no país dos nossos sonhos, por um passe de mágica de Fernando Henrique Cardoso, durante 8 semanas à frente dos destinos do País.

Não sei se é Norberto Bobbio que nos fala da democracia institucional e representativa coexistindo com a chamada democracia direta, sendo os movimentos de rua a expressão, a forma de exercício, da democracia direta.

As pressões, como sabemos, fazem parte do exercício de uma democracia – como disse muito bem o Senador Jader Barbalho – pluralista, que é, por excelência, a convivência da controvérsia. Mas, até mesmo o exercício da democracia direta terá que ser feito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, com a mesma responsabilidade com que se cobra dos mandatários do povo, desde a Casa dos Vereadores do menor Município do País, até a mais alta Corte do Parlamento brasileiro, e até o gabinete do Presidente da República.

Se se quer, como defendia ontem o Senador que representa o Partido Socialista Brasileiro nesta Casa, o Senador Ademir Andrade, que a liderança sindical seja reconhecida como uma liderança tão qualificada – embora eu proteste e divirja totalmente desse conceito –, se se quer que a liderança sindical seja revestida da mesma responsabilidade e da mesma competência que têm os representantes escolhidos pelo povo, tem-se o direito de exigir dessas lideranças a mesma responsabilidade que se exige dos Senadores, dos Deputados, dos Vereadores, dos Presidentes, dos Governadores.

O que vimos esta semana não foi isso. O que faz crescer a minha preocupação? O conjunto de outras circunstâncias. Primeiro, abrindo ao governador Cristóvam Buarque um crédito de confiança, o que terá sido feito com S. Ex^a, a grande cilada que se armou para ele, levando seu governo a ser financiador de uma manifestação popular, cuja oportunidade, características e dimensões não quero discutir, mas cujo financiamento qualquer cidadão brasileiro tem o direito de questionar.

Fico pensando, Sr^s e Srs. Senadores, se aquilo que ontem foi defendido com tanta veemência por alguns Colegas nossos tivesse sido cometido por mim, como Governador do Rio Grande do Norte, por V. Ex^a, Senador Elcio Alves, no Espírito Santo; imaginem se tudo aquilo tivesse sido feito na Bahia, pelo Senador e ex-Governador Antonio Carlos Magalhães, que discursos candentes teríamos ouvido aqui protestando contra o uso da máquina do Governo para financiar movimentos políticos; para financiar manifestações populares de divergência em relação a propostas que estão sendo discutidas em um País que dispõe de um Parlamento que está à altura de fazer essa discussão em nome de todas as forças que estão aqui representadas. Não somente à altura, mas que já se manifestou disposto a fazer essa discussão. Aqueles que, de alguma forma, se sintam identificados com esse tipo de movimento, com o insulto ao Senhor Presidente da República, com a agressão física, aqueles que badernaram no Rio de Janeiro, em Fortaleza, se têm representantes nesta Casa ou na Câmara Federal solidários com eles, onde estão as vozes desses representantes que deveriam estar aqui manifestando a sua divergência, com o seu bisturi, fazendo a cirurgia de cada proposta, mostrando os erros do Presidente da República, denunciando as soluções equivocadas, propondo as boas soluções, sem necessidade de levar a multidão a enfrentar as motocicletas do Exército, que guardam uma autoridade.

A minha preocupação, Senador Jader Barbalho, é ainda maior, porque, por um lado, vejo essas manifestações, essa postura do Governo do Distrito Federal. E vi – lembro-me bem –, uma

sensata manifestação da Senadora Marina Silva. S. Ex^a dizia ontem que nós não devemos engrossar aquela onda de protesto que se levantou no plenário do Senado, porque havia uma série de acusações ao Governo do Distrito Federal que não estavam provadas e era preciso darmos aos fatos a oportunidade de se mostrarem inteiros e, aí sim, se poderia julgar o que ocorreu, se foi bom, se foi ruim, se foi certo, se foi errado. Concordo com a Senadora.

Penso que estamos vivendo um momento em que o "denuncismo" irresponsável precisa ser banido deste País. Precisamos viver em um país em que os bandidos, os irresponsáveis, enfim, todos aqueles que não cumprem seus deveres para com a sociedade ou para com o Estado sejam punidos; todos os corruptos, todos aqueles que se aproveitam do dinheiro público sejam punidos. De acordo. Mas também precisamos viver em um país em que valha a pena não ser uma dessas pessoas, valha a pena ser decente, ser digno, ser correto. Porque o homem, irá dormir, se for digno, correto e honrado, com a tranquilidade de saber que o seu nome não vai ser misturado com o nome de corruptos, porque, ninguém vai acusar ninguém irresponsavelmente neste País.

Tomara que o "denuncismo" exacerbado, que tomou conta do Brasil durante tanto tempo, ceda lugar a uma atitude de vigilância, de responsabilidade, em que saibamos que a probidade, que tanto defendemos, exige que sejamos probos, inclusive com as palavras, probos em relação à honra alheia, probos em relação à dignidade alheia.

Pois bem. O que completa a minha preocupação é que, hoje, o que está segurando esperanças acesas na casa do povo brasileiro é o fato de que, por cima de todas as nossas dificuldades, divergências e problemas, o País navega sob a proteção de uma nova realidade econômica. Uma moeda, o real, a sua estabilidade. O desvario dos preços começando a ser esquecido. Isso, que é tão importante no dia de hoje, quando o brasileiro comum está indo para a rua comprar farinha, batata, carne, tomate. No dia de hoje, que ele pega o seu "realzinho" e quase que agradece em voz alta a existência de uma moeda que restabeleceu a esperança neste País. E como se isso não valesse nada, vejo de repente, por exemplo, o episódio do alegado vazamento de informações pelo Banco Central: por mais que credite ao nosso Colega de Sergipe, por mais que creia no sentimento patriótico, no propósito construtivo que S. Ex^a há de ter tido, no seu desejo de preservação do interesse nacional, por mais que eu acredite nisso, não posso deixar de dizer que não foi propriamente uma atitude muito responsável a de criar um clima de incerteza tal, de insegurança tal, de pulverizar notícias suspeitas, impressões, dúvidas sobre se o Presidente do Banco Central que amanheceu o dia vai ser presidente ao anoitecer, se depois de amanhã ainda teremos as mesmas autoridades gerindo a economia nacional. O fato de se instilar esse tipo de dúvida, principalmente naqueles cujo compromisso é maior com o ganho fácil do que com o futuro do País, criou o caldo de cultura, o ambiente ideal para que o especulador se aproveite. Para o especulador, se o Brasil perder pedaços, azar do Brasil, contanto que os pedaços corram para o seu bolso.

Penso que um Senador da República ou não está ciente da responsabilidade que esta Tribuna representa, ou não foi alertado para o grande eco de sua voz; do quanto pode repercutir e ecoar em cada casa, sobretudo nas casas onde se reúnem e pensam os especuladores, ou então esse Plano Real não vale nada para algumas pessoas; ou então os projetos políticos de algumas pessoas, grupos ou partidos, ou a vontade de barrar os passos do Governo de Fernando Henrique, ou então a vontade de dizer que aquelas bobagens inoportunas, aquelas análises nem tão competentes, que foram feitas quando o Plano Real foi apresentado ao Brasil, de dizer que aquelas eram as análises certas. E como se de repente achásse-

mos que o ideal era ver soçobrar o Plano, destruir-se o Plano Real, contanto que os vozeiros dessas posições pudessem bater no peito e dizer que tinham razão.

Por isso, Sr. Presidente, pensei que deveria – mesmo sendo um Senador novato, mesmo sendo alguém que acredita que deve fazer da sua presença aqui um grande aprendizado com os mais experientes, os que já percorreram muito mais do que eu os caminhos dos salões, dos corredores, os que já viveram muito mais do que eu as tensões, as incertezas, os ricos momentos de dúvida, de tensão, de negociação e de decisão do Congresso Nacional – fazer um apelo a esta Casa, para que nos unamos e não permitamos que o Senado Federal, ao invés de ser a Casa onde os sonhos tomam forma e amadurecem, onde as coisas acontecem chegando ao seu estuário normal, se transformasse na Casa dos acendedores de fogueiras. Que respeitemos a esperança que se reacendeu no coração do povo brasileiro. Que tenhamos divergências com o Governo! Isso não está só no nosso direito, está até no nosso dever manifestá-las, exprimi-las. Que discutamos se a solução que nos é apresentada é a melhor solução. Que ofereçamos uma alternativa que nos pareça melhor. Isso faz parte do nosso dever. Mas, pura e simplesmente, tomar medidas ou atitudes, ou fazer revelações incompletas e imperfeitas, fazer afirmações que somente contribuem para criar um ambiente favorável para que os especuladores ganhem dinheiro às custas do Brasil, às custas da nossa moeda, às custas do nosso povo, isso não é um bom exemplo. Isso não parece ser aquilo que o Brasil espera dos seus Senadores.

O Sr. Jader Barbalho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Com o maior prazer, ouço o aparte do nobre Senador Jader Barbalho.

O Sr. Jader Barbalho – Senador Geraldo Melo, não poderia deixar que V. Ex^a descesse da tribuna sem registrar o privilégio com que a Casa ouve V. Ex^a.

O SR. GERALDO MELO – Muito obrigado.

O Sr. Jader Barbalho – V. Ex^a fala do seu pouco aprendizado. Quero, no entanto, cumprimentar a Casa, cumprimentar principalmente a representação do Rio Grande do Norte pela presença de V. Ex^a no Senado, pelo discurso com que nos brinda nesta sexta-feira. Gostaria de enfatizar também, juntamente com V. Ex^a, o fato de que a democracia é fundada na divergência. Tanto eu como V. Ex^a já fomos homens de oposição. Considero que a oposição é fundamental para o Brasil – para o Brasil ou para qualquer democracia. Passamos a nos preocupar quando se começa a confundir oposição com irresponsabilidade, e aí quero concordar com V. Ex^a. Considero que a denúncia de boa-fé, a denúncia que indique a procedência dos dados é um dever e um dever fundamental da oposição, que contribui com o Governo e que contribui fundamentalmente com a sociedade.

O SR. GERALDO MELO – Estou de pleno acordo com V. Ex^a.

O Sr. Jader Barbalho – O discurso que fiz há pouco e o discurso que V. Ex^a faz não é no sentido de que a Oposição deixe de exercer o seu papel, que é fundamental para a democracia e é fundamental também para o Governo. O que estamos a alertar é que está muito cedo, mas muito cedo mesmo, para se criar um clima artificial e se atrapalhar não somente o Governo, mas se atrapalhar, fundamentalmente, o País. Quero pedir perdão à Casa por ter interrompido o brilhante pronunciamento com que V. Ex^a brinda a todos nós.

O Sr. Elcio Alvares – Senador Geraldo Melo, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Ouço com emoção, com alegria e com humildade as palavras de V. Ex^a.

O Sr. Elcio Alvares – Tive o mesmo sentimento do Sena-

dor Jader Barbalho. Esperei exatamente a percepção de que V. Ex^a estava no final do discurso. V. Ex^a realizou talvez uma oração primorosa, não só pelo discernimento e equilíbrio mas sobretudo por uma visão imensa deste País, até, eu diria, com porte de estadista. Quando olhamos o Brasil, o fazemos com olhos de grandeza. Neste instante, subscrevo inteiramente as palavras de V. Ex^a, para afirmar que foi realmente um momento em que o Congresso teve uma estuância de inteligência, de valor e, acima de tudo, o merecimento de um Colega que, vindo agora da nova legislatura, já dá uma demonstração muito sólida daquela que será a sua participação efetiva no processo democrático. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso. A sexta-feira ganhou um novo brilho com a sua oratória, e sinceramente quero dizer, *na condição de Líder do Governo, mas na de um Senador que tem muito apreço por esta Casa, que subscrevo inteiramente as palavras de V. Ex^a*

O SR. GERALDO MELO – Muito obrigado, nobre Senador Elcio Alvares. As palavras de V. Ex^a e as do Senador Jader Barbalho apenas dão a medida da generosidade de ambos para comigo e me deixam profundamente confortado e comovido.

O Sr. José Roberto Arruda – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERALDO MELO – Com prazer, ouço V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Nobre Senador José Roberto Arruda, o tempo do orador está esgotado.

O Sr. José Roberto Arruda – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, farei o aparte em 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Pois não, Senador José Roberto Arruda.

O Sr. José Roberto Arruda – Em primeiro lugar, quero também pedir desculpas, as mesmas que os Senadores Jader Barbalho e Elcio Alvares pediram a V. Ex^a, no momento em que V. Ex^a faz, realmente, uma oração, não só primorosa como oportuna. Gostaria de acrescentar aos discursos que V. Ex^a e o Senador Jader Barbalho pronunciaram hoje nesta Casa apenas uma reflexão. Esta Casa, por representar o espírito federativo, não vota apenas; ela também pensa os momentos importantes do País. Nesta sexta-feira, penso que o Senado Federal, com a presença de V. Ex^{as} na tribuna, está dando uma importante contribuição à parcela da sociedade que pensa o momento deste País. E quero dizer mais, Senador. O projeto que o Presidente Fernando Henrique Cardoso encarna, de transformações na vida nacional, através do estado democrático, encontra resistências. Há que se pensar que essas resistências, que partem, muitas vezes, de organizações populares, que no passado recente deram contribuições importantes aos avanços democráticos e à defesa de direitos legítimos de parcela da sociedade, não estariam, por engano, defendendo, ao invés de direitos, simplesmente privilégios. Mas, tenho esperanças fundadas de que os episódios dos últimos dias sirvam de ensinamento aos homens responsáveis, e que retomemos o caminho natural da discussão das nossas divergências pela via absolutamente democrática. E, principalmente, que esses movimentos não percam a legitimidade, porque insuflados por canais de recursos públicos que não são os da sua história e nem pertencem à tradição e às suas origens.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Geraldo Melo?

O SR. GERALDO MELO – Ouço com muita honra V. Ex^a, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Sr. Presidente, como S. Ex^a, o Senador José Roberto Arruda, não gastou os trinta segundos, sobram-me quinze. Espero que, neles, eu possa fazer aquilo que ao longo do discurso do eminente Senador Geraldo Melo não pude fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Senador Bernar-

do Cabral, o seu relógio, realmente, está com o ritmo esquisito, porque S. Ex^a gastou, sim. Mas não seria eu que lhe negaria o aparte.

O Sr. Bernardo Cabral – Obrigado, Sr. Presidente. Veja, Senador Geraldo Melo, como esta Casa fica: se interrompe V. Ex^a, antes do tempo, quebra a linearidade do seu discurso, sério, denso, oportuno, de quem vem de um mandato de Governador de Estado e, portanto, não usa a tribuna para fazer ou um salamaleque ou uma crítica desastrada. Mas se o interrompesse no meio, disporia de mais tempo. Como deixo para o final, fico na situação desconfortável de não lhe poder dizer tudo que queria, que gostaria, em termos de registrar a oportunidade com que V. Ex^a pronuncia seu discurso. Como a Presidência já fez uma benevolência – ainda bem – sem quebrar o regimento, quero dizer a V. Ex^a que vale a pena ser seu Colega no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Queira encerrar seu discurso, nobre Senador.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, para encerrar meu discurso, devo apenas agradecer tanto ao Senador José Roberto Arruda, quanto ao Senador Bernardo Cabral, e dizer que me basta, para descer desta tribuna, deixar feito o apelo que, acredito, existe no coração de todos: que sejamos sérios e responsáveis, neste País, para não deixarmos que se apaguem esperanças que mal se acenderam na Casa do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Peres) – Concedo a palavra, por 20 minutos, ao nobre Senador Ademir Andrade, como Líder do PSB.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nesta manhã de sexta-feira, esta Casa discute problemas extremamente comentados por toda a imprensa brasileira.

Como representante do Partido Socialista Brasileiro, comungamos das preocupações aqui levantadas pelo Líder do PMDB e pelo Senador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo. Ninguém mais, neste País, tem a compreensão tão clara do interesse em manter as instituições brasileiras. Ninguém mais do que nós e muitos dos que estão aqui – que sofreram na carne, durante anos e anos, as consequências de um regime de ditadura – tem a compreensão clara do que é a democracia. Muitos deram a sua vida para que esta democracia existisse hoje nesta Casa. Portanto, antes de mais nada, o que se faz aqui – creio que da parte de todos os Srs. Senadores – é a defesa dessa democracia e a estabilidade do regime democrático.

Sei que muitos, no passado, inclusive que estão aqui e na Câmara dos Deputados, viveram de braços dados com a ditadura, dela se beneficiaram e contribuíram para que ela existisse. Nós outros, não; a vida inteira lutamos pela democracia e jamais seríamos nós que, num momento como este, seríamos irresponsáveis para contribuir para o seu fim.

Sobre as manifestações que estão ocorrendo, gostaria de dizer, tanto ao Líder do PMDB quanto ao Senador Geraldo Melo – que agora assume a Presidência dos nossos trabalhos –, que elas são o último recurso que a sociedade brasileira encontra para fazer valer o seu ponto de vista.

Há de se notar e há de se compreender, Senador Geraldo Melo, que a mídia nacional anda colocando na cabeça do povo brasileiro que o Brasil somente se transforma e se salva caso as reformas constitucionais sejam aprovadas – e isso não é verdade! Isso é uma mentira, na tentativa de conduzir a opinião pública brasileira para uma falsidade.

V. Ex^a muito bem falou sobre a nossa moeda, o real, e o

Plano Real, sobre o qual agora navega a Nação. Ora, nenhum de nós tem criticado o Plano Real, Senador. Defendemos a estabilidade do atual processo econômico. Estamos criticando as medidas que o Governo tomou visando gerar superávit comercial na balança de pagamentos, o que, de certa forma, talvez esteja caminhando no sentido de destruir esse Plano. Essa contenção desbragada de consumo, esse aumento insuportável de juros, a dificuldade ao crédito, isso nós condenamos. No entanto, Senador, o que nós e esse povo que está se reunindo lá fora estamos afirmando é o que a opinião pública brasileira não está ouvindo. Se V. Ex.^a assistir aos noticiários da televisão e dos rádios e ler as opiniões dos grandes jornais deste País, observará que existe uma pregação mentirosa de que essas reformas vão fazer o Brasil caminhar para melhor.

Essas questões têm que ser discutidas, analisadas, e estamos aqui, nesta Casa, para isso. E V. Ex.^a verá que essas reformas não passarão no Congresso Nacional como estão propostas pelo Presidente da República. A primeira derrota já se deu ontem. Se fosse feita uma pesquisa há sessenta dias, V. Ex.^a veria que 70% da população brasileira estaria a favor das reformas, porque dia e noite a televisão e o rádio batem na cabeça deles afirmando que a reforma é a saída para esta Pátria.

O movimento sindical, o movimento das comunidades organizadas, que têm uma percepção diferenciada da que tem hoje o Governo e os setores ligados ao neoliberalismo, não possuem um canal de manifestação de seu pensamento, uma vez que as colunas e os comentários da imprensa são feitos no sentido inverso. Nesse aspecto, Senador, vemos a utilidade das manifestações.

Os trabalhadores não têm um meio de comunicação para se manifestarem! V. Ex.^a conhece algum canal de televisão neste País cuja concessão esteja nas mãos da CUT, da CGT ou da Força Sindical? V. Ex.^a conhece algum jornal de circulação nacional que pertença à organização dos trabalhadores? V. Ex.^a conhece rádios que não estejam na mão de políticos normalmente ligados ao sistema de poder?

Portanto, os trabalhadores usam o meio de que dispõem para se manifestar, e é isso que estão fazendo. Eles não são contrários ao Presidente Fernando Henrique Cardoso nem aos aspectos extremamente positivos do Plano Real. Eles são contrários a essas reformas, porque consideram que algumas delas prejudicam ainda mais o Brasil, abrindo mais ainda as suas portas ao capital internacional, entregando riquezas desta Nação, com tanto trabalho construída, ao capital privado, que, muitas vezes, só objetiva o lucro e jamais enxerga a questão dos desenvolvimentos social e regional.

Por essa razão, eles vêm aqui, por isso, manifestaram-se no Rio de Janeiro e, ontem, em Fortaleza. Não houve uma única baderna em Brasília, Senador Geraldo Melo. A manifestação foi pacífica, tranqüila. Os trabalhadores tiveram aqui audiências com o Presidente da República, com representantes deste Congresso Nacional, com várias entidades ligadas à questão da economia brasileira, manifestando pacificamente o seu ponto de vista. Se tumultos houve no Rio e em Fortaleza, ocorreram motivados pela repressão e incompreensão de determinados Governadores em analisar aquele momento político. Esses trabalhadores não estão a fim de fazer baderna; eles estão a fim de, democraticamente, chamar a atenção do País, para mostrar que essas reformas não são imprescindíveis ao crescimento da nossa economia e à conquista de uma Pátria melhor e mais igualitária.

Portanto, venho aqui defender esses trabalhadores, que, responsabilmente, no meu ponto de vista, estão fazendo aquilo que efetivamente devem fazer.

Gostaria de dizer ainda que lamento profundamente as críticas feitas ao Senador José Eduardo Dutra. É interessante observar que quem primeiro se manifestou, quem primeiro denunciou o va-

zamento da notícia a respeito das mudanças no câmbio, foi um homem que viveu a ditadura militar, um Deputado Federal ligado a um partido conservador, o Sr. Delfim Netto. S. Ex.^a foi o primeiro a levantar a questão e não o Senador José Eduardo Dutra ou o PT. Esses partidos foram em busca dos fatos, a partir da denúncia do Deputado Delfim Netto, e nada se falou contra S. Ex.^a. Não se chamou o Deputado Delfim Netto de irresponsável, não se acusou o Deputado de estar provocando a instabilidade, a mudança e o ganho de especuladores.

O nosso companheiro Senador José Eduardo Dutra, responsabilmente, buscou informações antes de fazer qualquer denúncia: foi ao Presidente do Banco Central para saber da questão e obteve informações concretas, nobre Senador Geraldo Melo, reais, dados escritos. Trouxe esses dados ao conhecimento público, cumprindo não mais do que o seu dever. Tenho certeza de que V. Ex.^a faria o mesmo.

Trouxe a público esses fatos; o que desejamos é que eles sejam apurados. As suas denúncias e as do Deputado Delfim Netto começam a repercutir. Provavelmente, o vazamento de informações não se deu pelo Presidente do Banco Central, Dr. Pérsio Arida; mas, não tenho a menor dúvida, pode ter sido por pessoas do Banco Central, do segundo e terceiro escalões. V. Ex.^a bem sabe disso.

Talvez esses acontecimentos levem ao que queremos: que as coisas mudem, que as regras mudem. Foi com esta responsabilidade que o Senador Eduardo Dutra veio a esta Casa fazer essas denúncias.

Outro assunto também me traz à tribuna, Sr. Presidente: a ajuda do Governador Cristovam Buarque aos manifestantes. Não sei se o Governador gastou dinheiro com essas manifestações. Realmente, creio que a questão merece ser levantada, discutida e apurada.

Temos ex-governadores nesta Casa, está aqui o ex-Governador Jader Barbalho. Quantas vezes, Governador Jader Barbalho, V. Ex.^a ajudou na realização de encontros, congressos, manifestações de trabalhadores, no Estado do Pará? Quantas e quantas vezes todo e qualquer governador, ao ser solicitado por uma entidade sindical, por um grupo organizado, não aquiesceu, liberando um local para a realização da reunião, e muitas vezes os ajudando financeiramente? Até onde isto é pecado, considerando-se que a manifestação em Brasília aconteceu da maneira mais tranqüila, mais cordata, mais civilizada que possa existir neste País?

Não sei quanto gastou o Governador Cristovam Buarque. Com certeza não foi muito, algo absolutamente insignificante; mas é preciso que haja compreensão e não se faça, simplesmente, crítica pela crítica.

Não queremos ser os donos da verdade. Muitos de nós pensam que são os donos absolutos da verdade; que o que consideram certo é o certo. Esta não é a nossa qualidade. Queremos ouvir, conversar, discordar e mudar de opinião quando necessário. Talvez nem eu, nem V. Ex.^a que falaram aqui estejamos com a verdade. Quem sabe essa discussão, essa comunicação nos dê um meio termo e uma compreensão que nos leve posteriormente ao que todos desejamos para esta Nação brasileira.

Por último, quero falar sobre a questão da reforma previdenciária. Vejam como a opinião está mudando. Coisas que há 60 dias eram tidas como seguras, como tranqüilas... Há 60 dias, o Governo conseguiria aprovar todas as reformas que enviasse para esta Casa. Hoje, tenho certeza, ele não consegue aprovar sequer 30% delas, porque o povo e esses trabalhadores, através de suas manifestações, estão fazendo com que a sociedade compreenda que nem tudo que se diz é verdade. Hoje, encontramos a discordância até no segmento militar.

Aqui, nesta Casa, colocou-se essa questão, e o fizeram mui-

to bem. Quando se define que não se concederá privilégio a determinados segmentos, eles têm que ser cortados de uma maneira geral, e me parece que a proposta do próprio Fernando Henrique era manter o privilégio do segmento militar, o que não é possível, é inaceitável. A esse respeito, aqui foram apresentadas colocações com as quais estamos de pleno acordo, porque, se é para ser igual, que seja igual para todos, e não se privilegie alguns.

Hoje, na verdade, eu pretendia fazer um discurso sobre o Banco de Desenvolvimento da minha região, mas me vi obrigado a desviar o meu discurso.

O Sr. José Fogaça – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Pois não, nobre Senador.

O Sr. José Fogaça – Já que V. Ex^a indica a mudança de linha de seu pronunciamento, abordando um assunto de interesse de sua região, eu gostaria de fazer algumas observações a respeito do seu pronunciamento. Em primeiro lugar, a respeito do ponto relativo às medidas recentes do Governo. Vamos refletir com toda ponderação e com espírito de critério e interesse público. V. Ex^a está fazendo uma crítica candente, dura, ao Governo, por ele ter tomado medidas de contenção das importações à busca de equilíbrio da balança comercial, e usou uma expressão: essa "brutal contenção" de consumo, ou algo mais ou menos deste nível. Veja que, há poucos dias, membros do seu Partido, ligados a setores de oposição ao Governo, levantavam exatamente a questão oposta, de que caminhávamos para a instalação aqui de uma crise semelhante àquela do "modelo mexicano". E o que é o "modelo mexicano"? Não é senão; Senador Ademir, a inexistência, a irresponsabilidade de não ter adotado medidas de contenção, medidas de equilíbrio da balança comercial. Não há nada mais prestigioso para um governo, não há nada mais fácil para um governo, não há nada mais vantajoso, do ponto de vista do imediatismo político, para um governo, do que facilitar e garantir a abertura no campo das importações. A valorização artificial da moeda tem por resultado imediato aumentar o poder de consumo da população. Manter esses níveis, isto sim seria uma mexicanização econômica do Brasil, no pior sentido que essa expressão possa ter. Estou fazendo aqui, com V. Ex^a, apenas uma reflexão não-governista ou oposicionista. Estou dizendo que, se estamos criticando o modelo neoliberal vigente no México, se estamos criticando o modelo de abertura desbragada e irresponsável que levou o México a 25 bilhões de dólares de déficit no seu balanço geral de pagamento, temos que ter a clareza e a consciência de entender que essas medidas são aquelas que se fazem necessárias. E qualquer governo, seja populista, seja socialista, seja de esquerda, seja de centro-esquerda, seja social-reformista, teria que conscientemente e patrioticamente tomar essas medidas. Há quem diga até que o Governo deveria ter sido muito mais duro nessas medidas, ou seja, que a desvalorização do real não aconteceu na medida necessária a conter o ímpeto importador e o ímpeto de consumo. De modo que quero dizer a V. Ex^a que não pode haver essa contradição de posições. Se não queremos um modelo mexicano, temos que aceitar as medidas recentes; se não aceitamos as medidas recentes, temos então que aceitar que o modelo mexicano, o caminho da abertura desbragada e irresponsável é o mais correto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo. Fazendo soar a campainha.) – Senador Ademir Andrade...

O Sr. José Fogaça – Quanto às críticas feitas ao Senador José Eduardo Dutra, creio que V. Ex^a tem razão ao defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador José Fogaça, gostaria apenas de informar a V. Ex^a que o orador dispõe de apenas mais um minuto.

O Sr. José Fogaça – Obrigado, Sr. Presidente. Queria apenas dizer que eu também não concordo com a posição que diz que foi impatriótica a posição adotada pelo Senador José Eduardo Du-

tra. Não digo isso em sua defesa nem em defesa de absolutamente nada. Eu mesmo, aqui, quando Senador em início da minha primeira legislatura, fui procurado várias vezes por funcionários do Banco Central para que fizesse denúncias. Esse tipo de utilização e manipulação dos novos Senadores é muito comum, e não vejo má-fé nisso, nenhuma cumplicidade do Senador José Eduardo Dutra. De modo que, se houve um apressamento, um tipo de ingenuidade, uma manipulação de interesses, que se valeu da figura, talvez um pouco inexperiente, do Senador, isso não pode ser associado à idéia de má-fé, de cumplicidade ou de impatriotismo.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Senador José Fogaça, agradeço a V. Ex^a, mas devo manifestar a minha posição: este plano de estabilização é incompatível com o superávit comercial.

O Brasil jamais – V. Ex^a pode escrever isso – chegará...

O Sr. José Fogaça – Então, V. Ex^a está fazendo críticas ao Plano Real. V. Ex^a começou dizendo: "Não quero fazer críticas ao Plano Real, ninguém faz críticas ao Plano Real". Então, V. Ex^a foi à tribuna para colocar-se contra o Plano Real.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Em absoluto, porque, no momento, o Plano Real é um plano de estabilização que tem uma moeda estável, um câmbio estável, e quando se muda isso... Ouça-me um pouco, por favor.

O que está acontecendo no Brasil – aliás, desde 1982, não é de hoje – é que houve apenas um período em que este País teve uma quase igualdade na sua balança comercial, que foi a época do Plano Cruzado.

De 1982 até hoje, o Brasil tem tido superávits comerciais anuais da ordem de 12 a 18 bilhões de dólares, todos os anos. E esses superávits comerciais têm servido única e exclusivamente para pagar o serviço da dívida externa, e mais nada.

Até quando devemos agüentar isso e sacrificar a Nação? Até quando nós não poderemos pedir aos banqueiros internacionais, às nações do Primeiro Mundo para nos dar um tempo, até que possamos fazer crescer a nossa economia?

É impraticável viver assim. E digo a V. Ex^a, o Plano Cruzado foi destruído porque o superávit da balança comercial caiu. Ao longo dos 9 meses que durou, o superávit caiu de 1,5 bilhão de dólares mensais para, em novembro de 1986, apenas 30 milhões de dólares mensais.

O Sr. José Fogaça – V. Ex^a não acha que houve aumento do consumo e, portanto, teria que ter tido havido medidas nessa direção?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Mas claro. Houve um aumento do consumo – e a Nação brasileira precisa consumir –, e V. Ex^a há de convir que o aumento do consumo estimula a produção.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo. Fazendo soar a campainha.) – Solicito ao Senador Ademir Andrade que conclua o seu discurso.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Vou encerrar, Sr. Presidente.

Em 1986, este Brasil cresceu astronomicamente, como está crescendo agora. E todos os caminhos levam a liquidar este Plano, porque a preocupação única e exclusiva é gerar superávit na balança comercial. As coisas têm que ir num certo equilíbrio. Não temos obrigação de gerar esse superávit absurdo, até porque temos 40 bilhões de dólares de reserva para podermos trabalhar um longo período, mesmo tendo um pequeno déficit comercial na balança de pagamentos.

A pressão que está sendo feita para gerar exportação através da contenção de juros e da contenção de consumo vai levar, sem dúvida nenhuma, à volta da inflação e à destruição deste Plano. Uma coisa, Senador José Fogaça, é absolutamente incompatível com a outra. Nunca teremos um plano de estabilização neste Brasil

gerando superávits comerciais da ordem de 15, 18 bilhões de dólares. V. Ex^a pode ter certeza disso. O plano tem que ...

O Sr. José Fogaça – Então V. Ex^a está concordando com as medidas do Governo, que são medidas de contenção, para não haver superávits comerciais dessa ordem. V. Ex^a concorda que o plano, quando abre às importações, leva para essa situação equilibrada que V. Ex^a deseja tanto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O tempo do Senador Ademir Andrade está esgotado há mais de 5 minutos. Como temos outros oradores inscritos, peço a S. Ex^a que termine o seu discurso.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Não estou preocupado com o déficit comercial. Ao contrário de V. Ex^a, acho que o Brasil tem condição de manter um pequeno déficit durante 3, 4 anos, período em que vai crescer astronômicamente e melhorar a sua situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Jefferson Peres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão, como Líder do PFL. S. Ex^a disporá de vinte minutos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PL Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, era minha intenção hoje apresentar requerimento solicitando a transcrição, nos Anais, da exposição feita ontem pelo ex-Presidente Itamar Franco perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por ocasião de sua sabatina, tendo em vista a mensagem presidencial que submeteu à deliberação do Senado Federal a sua indicação para embaixador do Brasil junto à República Portuguesa. Não o fiz tendo em vista o caráter secreto da reunião.

Todavia, já hoje pela manhã, alguns jornais citam trechos dessa exposição, inclusive aspeando-os. Por isso, vou apresentar consulta à Mesa para verificar se, uma vez que foi dado conhecimento à imprensa do teor do discurso do ex-Presidente, tenho condições de pedir a transcrição, do mesmo, o que seria feito no início da próxima semana.

Mas eu não queria deixar passar em branco o depoimento do ex-Presidente Itamar Franco, não no sentido de mencionar o que foi dito na reunião secreta, mas de falar a respeito da indicação do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

E gostaria também de lembrar, até com um sentimento de saudade, um fato. No dia 6 de outubro de 1993, às 9h, telefonou-me o Presidente da Câmara dos Deputados e da Constituinte e Presidente interino da República, Ulysses Guimarães. Ele era o Presidente e eu era o Relator da Comissão criada para oferecer parecer sobre o Requerimento nº 55, que teve origem na Câmara dos Deputados, objetivando o exame das formas de Estado e de Governo. Como ele era do PMDB, e era o Presidente, e, eu, sendo do PFL, era o Relator, ele, já àquela altura, parlamentarista, e eu, presidencialista, como sempre fui, a Comissão foi organizada neste sentido. Havia duas subcomissões: uma para o parlamentarismo, e outra para o presidencialismo. E havia igualmente a grande Comissão, que analisaria, inclusive, a monarquia. Essa Comissão ia dar subsídios para o plebiscito que acabou acontecendo.

Ulysses Guimarães disse então que marcaríamos um novo encontro às 16h, para traçar a pauta, o roteiro dos trabalhos da Comissão, e eu lhe disse que sim. Ele foi até extremamente gentil. Vou fazer uma revelação aqui que nem fica bem fazer, porque foi entre nós dois e, como ele já morreu, só eu posso testemunhar. Ele me perguntou: "Como vai essa simpatia?" E eu disse: "Lhe queren-

do e admirando cada vez mais, Presidente." Ele disse: "Hugo, a simpatia é a sua griffe." Ele foi extremamente generoso. Bom, às 16h do mesmo dia, ocorreu um fato singular. Fui chamado pelo ex-Presidente Itamar Franco, àquela época Vice-Presidente no exercício da Presidência, ao Palácio do Planalto, quando ele me convidou para ser Ministro de Estado das Comunicações. Faltei ao encontro, por esta razão, com Ulysses Guimarães. E então Ulysses Guimarães foi para aquele fim de semana fatídico, em Angra dos Reis, e a Nação sabe o que aconteceu. Ulysses foi para a história, e eu, para o Ministério das Comunicações.

Eu queria fazer uma apreciação a respeito da atuação do Presidente Itamar Franco neste setor. É claro que ele foi um Presidente que saiu altamente laureado, reconhecido pela opinião pública e pelos vários institutos de pesquisa do nosso País, com o povo admirando a simplicidade, a seriedade, a coragem e a sobriedade do ex-Presidente. Ele teve, em vários setores de atividade, uma atuação de brasilidade, que lhe foi altamente favorável, como altamente favorável foi também ao nosso País.

Mas ele deve ser analisado sob dois aspectos. Primeiro, o da preocupação com os simples, com os humildes. V. Ex^a, que agora assume a presidência dos trabalhos, Senador Edison Lobão, há de lembrar-se que, no dia 2 de abril de 1993, o Presidente Itamar Franco foi a Teresina, capital do meu sofrido, mas querido Estado do Piauí, levando as frentes de trabalho, quando era Governador do Estado o hoje Senador Freitas Neto, e fez uma ampla reunião no Centro de Convenções da capital, reunião à qual estiveram presentes vários ministros, todos os governadores do Nordeste e outros que acorreram de outras regiões. Nessa oportunidade, ele demonstrou, sendo mineiro, a preocupação com o Nordeste sofrido, com o trabalhador, com o homem do campo, aquele que vive de sol a sol, na penúria, no amargor, na dificuldade, no sacrifício. Eu, que também fui governador de Estado, sei das incomensuráveis dificuldades por que passa a população do Semi-Árido. Ele foi extremamente dedicado.

Posso também citar, na sua preocupação com o homem simples, a instituição da carta popular ou carta social. A população passou a ter acesso a uma carta que custava e custa ainda 50% do preço da carta de porte simples. Isso significa a preocupação do Presidente Itamar Franco com o social. Também no setor de telecomunicações, a ficha telefônica e depois o cartão magnético, introduzido no seu governo, tiveram congelamento, para só terem aumento não quando houvesse inflação, mas sim por ocasião do aumento de salário do trabalhador. Esse lado humano, esse lado de sensibilidade do Presidente Itamar Franco está associado também ao lado de grandeza.

Fui várias vezes a despacho com Sua Excelência e recordo-me, com nitidez, das suas firmes determinações no sentido de que se levasse a efeito – o que acabou acontecendo – a substituição dos satélites Brasilsat A1 e A2 pelos satélites Brasilsat de segunda geração B1 e B2. O B1 já foi lançado da base aérea de Kourou, na Guiana Francesa, e o B2 está para ser lançado dentro de poucos dias. Estão fazendo apenas alguns testes na plataforma de lançamento. Com isso, o Brasil dá um passo avançado com um número maior de transponders nos satélites, fazendo com que a nossa integração internacional, em todos os sistemas de comunicações de imagens, de sons e de dados sejam aperfeiçoados a cada momento.

Outra demonstração de grandeza é o entusiasmo do Presidente Itamar Franco com as nossas ligações e com os cabos de fibra ótica. Convém aqui fazer referência ao magnífico trabalho desenvolvido pelo CPQD, o Centro de Desenvolvimento e Pesquisas da TELEBRÁS, em Campinas, São Paulo, que, além de haver criado os sistemas trópicos R e R-A, desenvolveu a fibra ótica com tecnologia genuinamente brasileira, exemplo para o mundo inteiro.

Houve uma passagem interessante sobre a qual o Presidente insistia, me perguntava e gostava de estar informado e de dar determinações e decisões. Temos hoje um cabo de fibra ótica que parte de Fortaleza, no Ceará, na Praia do Futuro, onde estive representando o Presidente Itamar Franco quando do seu lançamento. Vai, por via submarina, até a Ilha de San Thomas, de onde faz uma bifurcação, uma indo para Miami, nos Estados Unidos, e a outra atingindo a Europa, até chegar à Itália. A outra, que parte de Fortaleza, vai a Salvador, na Bahia, e ao Rio de Janeiro, quer por terra, quer submersa. Em chegando ao Rio de Janeiro, acompanha a via Dufrá e chega a São Paulo. De São Paulo, corre sob os trilhos da FEPASA, a Ferrovia de São Paulo S/A, indo até Curitiba, no Paraná, onde vai, por saltos, por postes, até Florianópolis, em Santa Catarina, e de lá mergulha, novamente, e vai até o rio da Prata, fazendo uma bifurcação, um lado para a Argentina, outro lado para o Uruguai.

Isso é a inserção do Brasil no Primeiro Mundo e no terceiro milênio, afora, evidentemente, o lançamento da telefonia celular móvel em larga escala em nosso País e tudo aquilo feito em matéria de educação a distância, de utilização do satélite para efeito de educação e toda uma gama de serviços que hoje presta a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, inclusive no pagamento de aposentadorias. Assinei convênios com o então Ministro Antônio Brito, da Previdência e Assistência Social, para dinamização desse setor, inclusive triagem para evitar falsificações dos nomes e das listagens da Previdência.

Sr. Presidente, era isso que eu queria dizer. Vejo no ex-Presidente Itamar Franco, de um lado, aquele homem simples, de hábitos simples, de características peculiares, e, de outro, vejo aquele homem de grandeza, que pensa no Brasil do futuro.

Essa simbiose forçou o estadista, o estadista a que tive a honra de servir. Só deixei o cargo quando da necessária desincompatibilização para candidatar-me à reeleição ao Senado e, graças a Deus e ao povo do meu Estado, fui conduzido para mais um mandato nesta Casa.

Não podia deixar de fazer este registro, lembrando-me, também, dos tempos do pioneiro D. Pedro II. O Patrono das Comunicações é o Marechal Cândido Rondon, mas o Patrono da Ordem das Comunicações é D. Pedro II, porque foi ele o responsável pela introdução do "Olho de Boi" no nosso País – o segundo país depois da Inglaterra com o *penny black* a usar o selo. Foi também o responsável pela introdução de telefones. Quando D. Pedro esteve num congresso, na Filadélfia, Alexander Graham Bell lhe trouxe duas taças unidas por um fio e lhe pediu que segurasse numa delas, esticou o fio até a outra ponta, e ficaram a distância razoável, ao tempo em que Graham Bell recitou versos do *Hamlet*, de Shakespeare, para D. Pedro II, que afirmou: "Mas isto fala?" E disse que o Brasil seria o primeiro país, depois dos Estados Unidos, a ter aquele invento. E instalou, do Passo Imperial à Quinta da Boa Vista, um telefone, que, depois, recebeu novas adesões, instalou em Niterói, e mais de 160 sistemas telefônicos, ainda no século passado, foram instalados no nosso País. D. Pedro II, além de haver trazido o telégrafo mandou instalar o primeiro cabo submarino brasileiro. Aliás, o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Marcos Vilela, me fez presente de um livreto de cartas de D. Pedro II, da Europa, à Princesa Imperial Regente, dando-lhe orientações de como atuar em administração, em educação e em saúde. Ele foi, indiscutivelmente, um grande estadista. Então, homenageando o ex-Presidente Itamar Franco, voltei as vistas, neste momento, para o passado, para a nossa História, e lanço os olhos, como disse o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, mais uma vez, sobre o amanhã do meu País, para dizer que o trabalho do Presidente Itamar Franco foi digno de um grande brasileiro, que respei-

to e admiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Hugo Napoleão, o Sr. Geraldo Melo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento de V. Ex^a será considerado na forma regimental.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Como Líder do PMDB, concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, cumpro inicialmente o dever de agradecer ao Líder do meu Partido, Senador Jader Barbalho, que me permite ocupar a tribuna neste instante, utilizando o tempo que lhe é destinado como Líder, em face da urgência da matéria de que vou tratar.

Ao mesmo tempo, gostaria de agradecer ao meu líder, Senador Jader Barbalho, em meu nome e em nome do meu Estado, pela oportuna intervenção feita há poucos instantes nesta Casa, no momento em que o eminente Senador Pedro Simon trazia, para nosso conhecimento, matéria publicada no *Correio Brasileiro* de hoje, referindo-se a notícias ali divulgadas a respeito do Secretário de Políticas Regionais, Cícero Lucena.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao entrar nesta Casa hoje, a minha alma era como que ofertada por palavras e conceitos que tocavam profundamente a sensibilidade do homem público, palavras do eminente Senador Geraldo Melo, como que exortando os princípios da democracia, mas louvando, acima de tudo, as razões de Estado, secundando o que já dissera desta tribuna em belíssimo discurso no dia anterior, relevando a prática política e convocando para a reflexão e para a postura da seriedade, do raciocínio e da responsabilidade. S. Ex^a chegou, dentro do brilhantismo da sua oração, a se referir à prática das denúncias repetidas e, às vezes – e quantas vezes! –, temerárias, porque improcedentes.

E sabemos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o quanto dói na alma de um homem de bem, do homem que faz da sua vida um postulado em favor da dignidade, ter ou ver, permitir ou sentir que se lancem aos olhos do povo dúvidas quanto ao seu procedimento, quanto à retidão do seu caráter.

É doloroso, Sr. Presidente – e quantas vezes passamos por isso! –, porque temos como fundamento da nossa vida a honra, a dignidade a sustentar tudo o mais que se pode levantar para o homem.

Ademais, mesmo nos instantes de descrença, desânimo e abatimento, temos que recorrer a uma força interior muito maior, recorrer à própria fé, a fé que se alimenta do eterno. E nela os homens se desdramatizam e se revigoram para a travessia das solidões e do deserto da vida. E é com essa fé, com essa força interior que o homem tem que se posicionar para não permitir nunca que pare dúvida a respeito de seu comportamento.

A notícia, Sr. Presidente, que foi trazida a esta Casa, levada certamente por alguém interessado em criar esse clima de dúvida – e certamente o eminente jornalista a recolheu de alguém assim interessado –, divulga que, percorrendo a Esplanada dos Ministérios, o Governador Dante de Oliveira conseguiu arrancar a duras penas um cheque de 10 milhões para reconstruir casas e ruas destruídas pelas enchentes do verão. Quando guardava o esperado cheque, o Governador viu alguém soprar ao seu ouvido que a obra dos flagelados teria que ser executada por uma empreiteira da Paraíba, coincidentemente terra natal do Secretário de Políticas Regionais, Cí-

cero Lucena.

A notícia veio a esta Casa; o eminente Senador Jader Barbalho, porque conhece o Secretário Cícero Lucena, prestou os esclarecimentos devidos; mas eu, Sr. Presidente, tive a honra de ter em Cícero Lucena meu companheiro quando governei a Paraíba. Como Vice-Governador que foi, ele me sucedeu quando deixei o Governo e assumiu o comando dos destinos políticos da Paraíba durante o período subsequente.

Conheço o seu caráter, a sua formação, o seu espírito público, a sua dignidade, mas, acima de tudo, Sr. Presidente, conheço a sua alma, que certamente se sente machucada, doída, ferida, quando vê implantadas nos jornais notícias trazidas por alguém que deseja obter algum resultado político com isso.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, em primeiro lugar, não é a Secretaria de Desenvolvimento Regional que libera recursos; em segundo lugar, esses recursos nem foram liberados; e, por fim, o valor a que se refere a notícia não é exato.

A liberação, se ocorrer e quando ocorrer, será feita pelo Ministério do Planejamento, e não pela Secretaria de Desenvolvimento Regional. Não tendo havido, pois, liberação, nem cheque, nem decisão, até porque a solicitação para a liberação foi feita há mais de 15 dias, e ainda não houve liberação sequer pelo Ministério do Planejamento.

Depois, o valor consignado, pendente ainda de deliberação final, para o Mato Grosso é de 600 e poucos mil reais para a construção de casas e R\$ 5 milhões para estradas vicinais.

Por aí se vê, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a forma talvez maldosa de quem levou o jornalista eminente a divulgar uma notícia que permita essa interpretação dúbia a respeito do comportamento de um homem que me honra como amigo, que me honrou como companheiro e como Vice-Governador do meu Estado e que me ajudou – e como ajudou! – a governar a Paraíba.

Eu me permito, Srs. Senadores, trazer um depoimento sobre Cícero Lucena, para os que não conhecem ainda aquele jovem homem público, que foi buscado na iniciativa privada para participar comigo e com meus companheiros de um Governo que buscava, acima de tudo, reconstruir-se na sua inteireza e na sua integralidade, recuperar a própria governabilidade e marcar, na história, um passo decisivo para o descortinar de novos horizontes e perspectivas novas.

Quando assumi o Governo da Paraíba, juntamente com Cícero Lucena, convoquei-o não apenas para ser Vice-Governador, mas para ser também titular da Casa Civil – fato talvez inédito no País alguém ser ao mesmo tempo Vice-Governador e Chefe da Casa Civil. S. Ex.^a trazia, a despeito de sua juventude, o conhecimento, o que se verificava através da sua atuação na iniciativa privada, uma demonstração da sua capacidade.

Encontramos um Estado a dever seis meses de salário aos servidores, um banco oficial fechado, uma dívida de 1 bilhão e 400 milhões de dólares. Esses eram os nossos três primeiros desafios, porque trabalhávamos em conjunto, em absoluta sintonia, para obter os resultados que conseguimos, graças à sua operosidade.

Conseguimos atualizar os salários, reabrir o banco, renegociar a dívida e, quando deixei o Governo, passei-lhe às mãos o destino da Paraíba. Fi-lo com a absoluta certeza de que S. Ex.^a haveria de cumprir a tarefa, como cumpriu, para orgulho dos paraibanos.

Indicado agora para ocupar esse importante cargo no Governo Federal, como titular da Secretaria do Desenvolvimento Regional, alguém – repito, não sei com que intenção – tenta desestabilizá-lo, tenta criar-lhe dificuldades ou pôr obstáculos no seu caminho, através de notícias desse porte.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aduzindo ao que já foi dito pelo eminente Senador Jader Barbalho, renovo os

meus agradecimentos a S. Ex.^a pela cessão do tempo da Liderança, e pela sua manifestação.

Agradeço-lhe, Senador Jader Barbalho, em meu nome e, acima de tudo, em nome da Paraíba, o depoimento que V. Ex.^a trouxe em favor de um homem de bem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Edison Lobão, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, como Líder.

O SR. EDISON LOBÃO – (PFL-MA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos nos aproximando de um novo período orçamentário, uma das fases mais importantes do processo legislativo.

Através da Comissão Mista de Orçamento, os Senadores e Deputados, cumprindo a missão que nos foi conferida pelo povo brasileiro, debruçam-se sobre a proposta do Poder Executivo, examinam cuidadosamente cada um dos anexos, cada uma das suas dotações e analisam a justeza do encaminhamento que se pretende dar à receita da União.

Essa tarefa do Poder Legislativo, como todos sabemos, é de profunda responsabilidade. Embora não sendo da sua iniciativa a proposta original, e apesar dos muitos impedimentos que lhe são opostos no processo orçamentário, o Legislativo tem um poder de influência relevante na elaboração do que é definido como o projeto mais importante da República.

Essas considerações me vêm, Sr. Presidente, inspiradas numa publicação que acabo de receber, sobre a qual falarei mais tarde, e na observação de que nossas Forças Armadas não têm encontrado no orçamento a correspondente avaliação de suas importantíssimas funções.

Somos um País continental, com extensos limites terrestres e marítimos, felizmente cercados por vizinhos de boa paz e que se vão agregando num Mercado Comum, harmonizador de diversos e múltiplos interesses nacionais. Isto, porém, não implica em que possamos desguarnecer nossas fronteiras, subestimando o interesse maior da nossa soberania.

As Forças Armadas, como preceitua o art. 142 da Constituição Federal, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, missões nobilíssimas que têm sido exemplarmente cumpridas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

Mas se faz necessário, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a União destine a essas instituições nacionais, permanentes e regulares, as dotações que as mantenham aparelhadas para cumprir suas atribuições constitucionais.

Num quadro comparativo dos valores alocados aos diversos Anexos, em relação ao total do Orçamento da União para 1995 – levantamento elaborado pelo Consultor-Geral de Orçamentos do Senado –, a Marinha, com um efetivo de 52.956 militares, coloca-se com um percentual de 0,98%. Ao Exército, efetivo de 185.000 militares, cabem 1,71% do Orçamento; e 0,92% é destinado à Aeronáutica, com um efetivo de 60.000 militares, embora esteja autorizada a manter 70.000. Isso significa que as três Armas somadas recebem do Orçamento da República pouco mais de 3% de nossas receitas.

Precisamos verificar se esses quantitativos são os adequados para a imensa responsabilidade delegada às Forças Armadas. Verificar especialmente se tais dotações estão permitindo a plenitude da atuação militar, conferindo-lhe recursos, nesses tempos de avanços científicos e tecnológicos, para a sua modernização.

Ainda agora, nesses últimos dias, a imprensa divulgou o

constrangimento por que passa o Exército, impossibilitado de honrar compromissos com os seus fornecedores em virtude de não lhe serem liberados R\$100 milhões, já consignados no Orçamento vigente.

Ora, aí já se impõe ao Exército um sacrifício desmesurado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Sr. Ministro Almirante Mauro César Rodrigues Pereira recentemente encaminhou aos Srs. Parlamentares a publicação intitulada "A Marinha do Brasil e a atual conjuntura". Talentoso trabalho de síntese, a publicação expõe as possibilidades e as limitações atuais da Marinha brasileira. Apresenta dados, informações e análises estratégicas que merecem a melhor atenção do Poder Legislativo.

A Marinha do Brasil era a segunda do mundo no início do século. Nossa bandeira tremulava nos navios que singravam os oceanos em pé de igualdade com as melhores Marinhas de todos os Continentes.

A nossa vocação para o mar era e é uma decorrência do destino que nos atribuiu a história.

Nossa terra foi descoberta do alto dos mastros de embarcações à vela. Os colonizadores vieram do mar e do mar chegaram os muitos invasores, fascinados pelas riquezas brasileiras, que pelo mar retornaram, rechaçados ou expulsos pela nossa gente.

Esta a nossa destinação histórica, vinculados que estamos à grandiosa beleza, às riquezas e aos perigos do mar.

Temos mais de 7.400 quilômetros de fronteira marítima, que se pode estender com o levantamento da nossa plataforma continental previsto pela Convenção da Jamaica de 1982, até cerca de 350 milhas náuticas em algumas regiões. Esse acréscimo nos proporcionará, sob o amparo do Direito Internacional, mais quatro milhões de quilômetros quadrados no mar. Em outros termos, a soberania nacional no Atlântico Sul corresponderá à metade da área do território terrestre brasileiro.

Ao norte da nossa costa, abre-se o caminho para o Atlântico Norte e o Mar do Caribe, e, pelo Delta do Amazonas, o da trilha fluvial para as fronteiras dos países litorâneos ao Pacífico.

No Nordeste, estreita-se o Atlântico para nos aproximarmos da África.

A Leste e ao Sul, alcançamos a Antártica, o Rio da Prata, o Cabo da Boa Esperança e o Estreito de Magalhães.

Nossa terra, enfim, foi abençoada pelo privilégio de nos permitir ligações marítimas com os maiores centros industriais, comerciais e consumidores do mundo – a Europa, o Extremo Oriente, o Oriente Médio e a América do Norte.

Eis aí, numa rápida e incompleta pincelada de fatos, a obviedade da nossa destinação histórica: nascemos pelo mar e, na singradura dos oceanos – plenos de tantas riquezas já descobertas e a descobrirem –, estão o nosso presente e o nosso futuro.

Desde que se extinguiu a chamada Guerra Fria Leste-Oeste, afastando iminentes riscos de um holocausto nuclear, ingressamos num aparente mundo de paz, embora o inesquecível John F. Kennedy, num dos seus memoráveis discursos, já tenha deixado para a História a ponderação de que "a mera ausência de guerra não é paz".

Notadamente em nações como o Brasil, felizmente livres da agressividade expansionista de vizinhos e libertas das hecatombes e dos desastres mais graves da natureza, a sensação de segurança é praticamente total.

No entanto, o mundo vive instantes de alta instabilidade. A estatística do Instituto Internacional de Pesquisa e Paz de Estocolmo informa 31 conflitos armados em andamento em 1990, e cerca de 150 conflitos deflagrados no mundo em 1993.

Em termos de análise militar, Sr. Presidente, qualquer ação hostil contra o Brasil, por parte de país não limítrofe, viria necessariamente do mar, o que mostra a vulnerabilidade do Atlântico

Sul e a necessidade permanente de manter sob guarda e zelo o ambiente oceânico que nos cabe por direito.

Enfim, como já sentenciava Vigécio no século IV d.C.: "Se queres a paz, prepara-te para a guerra".

No início deste meu discurso falei que a Marinha do Brasil era a segunda do mundo no início do século. Hoje, entre as classificadas como de "águas azuis" – as que têm capacidade de operação em oceanos a mais de 200 milhas da costa e, com apoio externo ou por curta duração, são capazes de emprego extra-regional –, é a do Brasil, com pequena vantagem sobre o Chile, a que menos despende percentualmente em relação ao PNB.

Na América Latina, o Brasil ocupa o décimo lugar em gastos com a defesa, e, no mundo, a 155ª (centésima quinquagésima quinta) posição.

O percentual da Marinha do Brasil no Orçamento da República, em 1970, correspondia a 4,65%, e, agora em 1995, a 0,98%, segundo a Consultoria de Orçamentos do Senado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, permito-me transcrever uma declaração do Chefe do Estado-Maior da Marinha Portuguesa, Almirante Fuzeta da Ponte, por ocasião da sua visita ao Brasil em 1994.

Disse aquele marinheiro da mais alta hierarquia militar de Portugal:

"Uma Marinha que constrói submarinos, corvetas e navios patrulhas, que opera com muita eficiência as sofisticadas fragatas, que mantém uma estrutura de aviação de porte e que consegue apresentar as Organizações Militares e o seu pessoal em impecáveis condições, sinceramente, posso dizer, como grande conhecedor das Marinhas da OTAN, que a vossa Marinha nada fica a dever a nenhuma delas."

O Sr. Jader Barbalho – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO – Ouço o eminente Líder Jader Barbalho.

O Sr. Jader Barbalho – Senador Edison Lobão, eu gostaria de inserir algumas colocações no discurso que V. Exª faz com relação às dificuldades materiais, orçamentárias e financeiras que as nossas Forças Armadas enfrentam neste momento. Os jornais de hoje registram algumas manifestações com as quais devem preocupar-se não só o Senado Federal, mas o Governo e a sociedade brasileira. Segundo informações, na reunião do Alto Comando do Exército, os generais teriam discutido também as dívidas do Exército, da ordem de R\$100 milhões. Os jornais de hoje ainda registram que a ida do Ministro da Aeronáutica ao Rio de Janeiro para receber uma homenagem da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, deveu-se ao fato de o Ministério da Aeronáutica só ter recebido 50% da verba orçamentária para o primeiro trimestre deste ano, faltando receber R\$34 milhões relativos ao primeiro trimestre. Ainda o noticiário dos jornais registra a manifestação do editor oficial do jornal **Ombro a Ombro**, dirigido por militares. Segundo esse editor, Coronel Pedro Schimer, a "revolta dos militares está em saber que um general de quatro estrelas ganha a metade do salário de um vereador de qualquer cidadezinha do País". Quero unir-me às preocupações de V. Exª, no sentido de trazer ao debate questão que considero fundamental: o Orçamento da União. É fundamental que o Orçamento para 1996, o qual teremos a oportunidade de discutir e aprovar, seja realista. Não é possível que continue a ser uma colcha de retalhos. Em primeiro lugar, temos que salvar o fundamental, o essencial, para o País. V. Exª foi Governador do seu Estado, como eu fui do Pará, meu Estado, razão pela qual sabe que há uma ansiedade, por parte de qualquer governo, em fazer obras novas. No entanto, considero que existe uma obra fundamental de governo: é a obra do cotidiano, a obra do dia-a-dia, a obra de fazer funcionar o que já

existe. Não interessam e não devem interessar à sociedade brasileira novas iniciativas que ficam inconclusas, como as tantas que se encontram paralisadas, espalhadas por todo o País, por falta de recursos. É fundamental, portanto, que, no Orçamento da União para 1996, haja mudança de linha em relação ao tratamento dessa questão. Vamos verificar o que é essencial para o País, para o funcionamento do Governo, para o funcionamento da Administração Pública; vamos levantar o que existe de obras iniciadas por parte do Governo Federal ou por ele financiadas e classificá-las em ordem de prioridade; e, por último, vamos ter novas iniciativas. Solidário-me com V. Exª quando faz referência às dificuldades que as Forças Armadas enfrentam. Sei que outros setores da Administração Pública também as têm. A meu ver, esse assunto é fundamental, razão pela qual me associo às palavras de V. Exª para sensibilizar o Governo e o Congresso Nacional no sentido de que, em relação ao Orçamento, devem ser levadas em conta as prioridades, sem que se retroceda nos avanços conseguidos ao longo da História, e com grande sacrifício por parte das nossas Forças Armadas.

O SR. EDISON LOBÃO – Agradeço ao eminente Líder do PMDB, meu companheiro Jader Barbalho, pelo aparte elucidativo em relação à questão que estou abordando neste fim de manhã.

Na verdade, Senador Jader Barbalho, meu discurso tem o sentido de chamar a atenção da Comissão Mista de Orçamento para a realidade que estamos vivendo e para a necessidade de fazermos um trabalho que esteja à altura da competência dos Srs. Deputados e Senadores.

Não podemos, de fato, pulverizar o Orçamento, deixando sem atendimento questões transcendentais para este País.

Registra muito bem V. Exª que não são apenas as Forças Armadas. Alguns Ministérios estão com seus orçamentos inteiramente apequenados. V. Exª menciona até os jornais de hoje, e aqui está um de ontem que diz que dívidas do Exército chegam a cem milhões de reais, e que não são pagas. Isso nunca aconteceu. São recursos sacados sem cobertura orçamentária? Não. Eles têm cobertura orçamentária e não há apenas o caixa financeiro para atender a essas despesas.

Srªs e Srs. Senadores, as Forças Armadas já chegaram a ter nos seus orçamentos mais de 15% das receitas nacionais, o que não era um exagero. Hoje, esse percentual está reduzido a pouco mais de 3% para as três Armas somadas. Isso, obviamente, não dá para atender às despesas mínimas das Forças Armadas, que têm o dever constitucional da defesa de todo o território brasileiro. E não há progresso sem segurança. Precisamos, portanto, ter todos os cuidados para com a segurança do nosso País.

Prossigo, Sr. Presidente.

Não é preciso que me estenda para afirmar que, em razão da precariedade de recursos, deterioram-se os meios operativos da Marinha brasileira, assim como os da Aeronáutica e os do Exército; comprometidos estão os seus esforços de recuperação e os de acompanhar os avanços tecnológicos a que o mundo assiste a cada dia.

Na elaboração das leis, especialmente na do Orçamento da República, precisamos estar atentos para essas realidades, em que pesem as dificuldades econômico-financeiras por que passamos.

Dou como notável o que vem sendo realizado pela Marinha, Exército e Aeronáutica, apesar de todos os óbices que lhes impõem as regras orçamentárias. Sensíveis aos problemas vividos pelo País, têm sabido conter despesas e reduzir ao máximo suas justas programações de necessária modernização.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nossas Forças Armadas são um motivo de orgulho para o nosso País, mantendo contingentes disciplinados, competentes, que merecem o respeito e a estima do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDISON LOBÃO EM SEU DISCURSO:

OF/CONORÇ/SF/102/95

Brasília, 17 de março de 1995

Exmª

Senador Edison Lobão

Senado Federal

Nesta

Senhor Senador,

Elaborado pelo Consultor de Orçamento Carlos Mello Marshal, temos a grata satisfação de encaminhar a Vossa Excelência o trabalho intitulado "Quadro Comparativo dos Valores Alocados aos Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica em relação ao total do Orçamento da União para 1995", em anexo, dando cumprimento à solicitação efetuada em 16 de março do ano em curso.

Na expectativa de que o referido trabalho atinja o solicitado e permanecendo à disposição de Vossa Excelência, apresentamos nossas expressões de considerações e respeito.

Atenciosamente, – **Fernando José Baltar da Rocha**, Consultor-Geral de Orçamento.

QUADRO COMPARATIVO DOS VALORES ALOCADOS AOS MINISTÉRIOS DO EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA E, EM RELAÇÃO AO TOTAL DO ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA 1995.

Em R\$ 1,00

Órgão	Valor	%
Ministério do Exército	5.464.183.955	1,71
Ministério da Marinha	3.144.456.548	0,98
Ministério da Aeronáutica	2.958.194.761	0,92
Total dos Orçamentos Fiscal e do Seguridade Social	320.177.759.963	100,00

Fonte: Lei nº 8.980, de 19-1-95

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador João França.

O SR. SENADOR JOÃO FRANÇA (PP-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejamos, com a presente intervenção, consignar o nosso aplauso ao Ministro Paulo Renato Souza, titular da Pasta da Educação e do Desporto, por ter anunciado, em seu discurso de posse, a intenção de promover significativas modificações nos métodos, hoje adotados, dos concursos vestibulares aos diversos cursos de ensino superior.

S. Exª dá consequência, decerto, ao público compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, assumido em seu segundo pronunciamento à Nação, de que vai, a partir de reunião com os Governadores de Estado, programada para o corrente mês, deflagrar a necessária e imediata reforma do ensino em nosso País, como há tanto tem sido reclamada.

Naquela oportunidade, como se recorda, o Chefe do Governo convocou a população, os governadores estaduais e os perfeitos municipais, além dos empresários, a unirem forças em defesa da educação, destacando, desde logo, as cinco medidas consideradas básicas para a aludida revolução do ensino: dar garantia de que as verbas direcionadas ao nível básico cheguem diretamente e sem desperdícios ou desvios às escolas; aperfei-

coar a qualificação do corpo docente, servindo-se, entre outros instrumentos, da televisão educativa; exigir a melhoria da qualidade do material didático; dar nova definição ao conteúdo do ensino; e executar a periódica avaliação do desempenho dos estabelecimentos escolares.

O ingresso de estudantes nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior está regulado na Lei nº 5540, de vinte e oito de novembro de 1968. Os cursos de graduação, segundo o artigo dezessete desse diploma legal, estarão abertos à matrícula de candidatos que, havendo concluído o ciclo colegial, "tenham sido classificados em concurso vestibular".

O exame vestibular, como é hoje conhecido, foi adotado no ano de 1911. Constava de uma prova escrita e de arguições orais sobre ciências e idiomas. Na Universidade do Brasil, a maioria dos candidatos almejava as faculdades de Medicina, Engenharia e Direito. Meio século depois, a Lei de Diretrizes e Bases determinou a equivalência de todos os cursos médios, com vistas à habilitação para o ingresso nos cursos superiores.

Já em 1970, para o acesso às universidades públicas federais, deu-se vigência ao vestibular unificado. Atualmente, o País conta com oitocentos e setenta e um estabelecimentos de ensino superior, sendo seiscentos e trinta e oito particulares, noventa e dois municipais, oitenta e sete estaduais e cinquenta e quatro federais, indicando uma proporção de vinte e sete por cento de instituições públicas para setenta e três por cento de entidades privadas.

A proposta de modificação nos requisitos para a entrada no terceiro grau, assim como colocada pelo Ministro Paulo Renato, ultrapassa a tese, defendida por muitos educadores, de que o exame vestibular deveria, simplesmente, ser extinto, porquanto contrário à democratização da universidade brasileira.

O que deseja, na realidade, o Ministro, é fortalecer a idéia de avaliação do conteúdo de conhecimentos adquiridos pelo candidato, em geral impossível de se efetivar pelos atuais critérios. Essa avaliação, no presente estágio da educação, constitui etapa obrigatória e inafastável do processo.

Consequentemente, a reforma do vestibular, persegue um sistema seletivo que, de forma gradual, venha a substituir o que é hoje praticado. Nesse, não são observadas exigências identificadoras de um conteúdo mínimo de saber, deixando-se essa definição a cargo do ensino transmitido pelos livros didáticos de primeiro grau. No segundo, a aferição se dá pelos exames vestibulares realizados pelas universidades de maior conceito, em cada área territorial.

O novo sistema de seleção consistiria num exame nacional dos conhecimentos daqueles estudantes concluintes do segundo grau, entre outros critérios para o ingresso nas universidades. Os aprovados entrariam em qualquer dos estabelecimentos de ensino superior, sem embargo da autonomia de cada um deles para a fixação de suas próprias condições, dentro dos parâmetros instituídos pelo concurso geral.

Portanto, a aferição nacional retrataria um padrão mínimo da qualidade de ensino a ser exigida, uma referência mesmo para o aluno acerca dos conhecimentos que adquiriu. Assim, no sistema sugerido pela Universidade de Brasília - UnB, a rede oficial de ensino seria submetida, ao longo de três anos, a sucessivos exames das séries de segundo grau, destinando, ao fim do processo, trinta por cento das suas vagas para a admissão dos alunos selecionados.

É preciso ver que a democratização do acesso ao ensino público, vez que é mantido pelas contribuições da sociedade, se dá pelo tipo de exame adotado, persistindo, como é devido, na ênfase do processo seletivo. Afinal, a universidade pública irá premiar a

excelência de todo um currículo escolar, e não o êxito de eventual aplicação do aluno em curtíssimo curso preparatório.

Ademais, os exames, de caráter nacional, permitirão também a avaliação da qualidade do saber ministrado pelas escolas, para o que dever-se-á promover a reestruturação do ensino e a unificação dos programas. Como é sabido, diferenças de conteúdo e de métodos permeiam os níveis da educação entre as diversas regiões do Brasil, de tal sorte que será imperioso difundir para todo o alunado, de todas as unidades da Federação, a mesma quantidade e qualidade de ensinamentos.

Segundo depõe o Ministro Paulo Renato, a sua Pasta tem como referência o sistema americano, segundo o qual duas instituições particulares realizam o exame, para o aproveitamento dos aprovados nas demais instituições. No Brasil, poderiam encarregar-se dessa tarefa a Cesgranrio, a Fuvest, a Funesp e a Unicamp.

Naquela Nação, todas as universidades são pagas, custando, em média, vinte e cinco mil dólares ao ano, para cada aluno. A admissão se dá de conformidade com o aproveitamento do candidato no segundo grau. Cursos como os de Harvard e de Princeton exigem notas médias próximas da máxima, em todas as disciplinas.

Na Inglaterra, o aluno é submetido a um exame. Aprovado, deve enviar ao órgão educacional responsável uma lista com as prioridades de curso e estabelecimentos de sua escolha. As universidades, avaliando o desempenho do candidato, aceitam ou não o ingresso do aluno. Na França, os concluintes do segundo grau prestam uma prova e, aprovados, recebem o diploma que lhes dá direito de entrar em qualquer universidade. No entanto, as faculdades de maior prestígio realizam exame seletivo mais rigoroso, exigindo inclusive novas provas.

Na Alemanha, da mesma forma, o concluinte de segundo grau escolhe o curso e universidade que deseja. Porém, faculdades de Medicina, por exemplo, exigem que o aluno tenha obtido nota máxima e seja portador do diploma de segundo grau. Na Itália, os estudantes que estão terminando o segundo grau são submetidos ao exame nacional, aplicado pelo Ministério da Educação. Os aprovados recebem o diploma e o certificado que os habilita a ingressar em qualquer universidade, que pode, conforme o caso, exigir a prestação de novo exame.

Na Holanda, a maioria das universidades são públicas. Tanto essas como as instituições particulares cobram anuidade em torno de dois mil reais por ano. O concluinte do segundo grau ingressa imediatamente no curso superior de sua escolha, salvo no caso da Faculdade de Química, para a qual se exige um currículo mínimo de estudos nessa área e nas de física e matemática.

No corrente ano, um grupo de estudantes está ingressando nas universidades do Estado do Rio de Janeiro, sem prestar o exame vestibular, uma vez qualificado nas seis avaliações às quais foi submetido no triênio do segundo grau. Nesse caso, aplicou-se o Projeto Sapiens - Sistema de Avaliação Progressiva para Ingresso ao Nível Superior, instituído em 1992 pela Fundação Cesgranrio.

Devemos registrar, neste ponto, a ação pioneira da Universidade Federal de Roraima, que introduziu, ainda em 1990, a metodologia de análise do currículo escolar como meio de selecionar os candidatos a cinquenta por cento das vagas a serem preenchidas em seus diversos cursos superiores.

Procura-se, dessa forma, tornar mais atual o sistema de acesso à universidade, enquanto, na outra ponta, deflagram-se providências governamentais tendentes à superação das deficiências do ensino básico, uma vez que elas comprometem os objetivos do

processo educacional brasileiro.

Vamos concluir, Sr. Presidente, assinalando que o conjunto dessas providências corresponde, de fato, à necessidade de se privilegiar a área da Educação, eleita, acertadamente, como prioritária para o desenvolvimento do País.

Para essa alta finalidade, como disse com propriedade o Presidente, "não basta a decisão política do Governo". É imprescindível o envolvimento de toda a sociedade, enfim conscientizada de que o destino de grandeza do Brasil não se pode dissociar da educação de alto nível dos seus filhos.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de encerrar a presente sessão, que julgo ter sido memorável para o Senado da República, gostaria de deixar registrada nos Anais desta Casa a comunicação que faço do falecimento de um eminente homem público do Estado de Mato Grosso do Sul, Sr. Demóstenes Martins, que faleceu com um século de vida.

Foi Presidente da Câmara Municipal de Maracaju, foi Prefeito da nossa capital, foi por três vezes Secretário de Estado e notabilizou-se como escritor, membro que era da Academia Sul-Mato-grossense de Letras. Eminente advogado, homem de vida proba, honrada, digo até que homem mesmo de vida franciscana, Demóstenes Martins deixa uma vida a servir de exemplo para as novas gerações.

Quis o destino talvez que eu, como seu conterrâneo, como seu amigo, ocupasse hoje, interinamente, a Presidência desta Casa para fazer esta comunicação, porque entendo que um homem dessa envergadura e com esse passado não merece só a minha homenagem, mas a do Estado de Mato Grosso como um todo e a do próprio Senado da República pelo seu exemplo de vida, de dedicação e de amor às causas públicas.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Item único

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1995 (nº 121/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a distribuição de efetivo da Aeronáutica em tempo de paz, tendo

Parecer favorável, sob nº 88, de 1995, da Comissão – de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12h24min.)

ATA DA 10ª SESSÃO, REALIZADA EM 3 DE MARÇO DE 1995

(Publicada no DCN (Seção II), de 4-3-95)

RETIFICAÇÃO

Na página 2488, 1ª coluna,

Onde se lê:

DIVERSOS

Leia-se:

DIVERSOS Nº 34-A, DE 1995

ATA DA 23ª SESSÃO, REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1995

(Publicada no DCN – Seção II – de 23-3-95)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 3546, 1ª coluna, logo após o discurso do Senador Geraldo Melo,
Onde se lê:

Durante o discurso do Sr. Arnaldo Melo, o Sr. Antonio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

Leia-se:

Durante o Discurso do Sr. Geraldo Melo, o Sr. Antônio Carlos Valadares, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior.

ATA DA 24ª SESSÃO, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 1995

(Publicada no DCN – Seção II, de 24-3-95)

RETIFICAÇÃO

Na página nº 3922, 1ª coluna, imediatamente após a fala da Presidência,
Onde se lê:

REQUERIMENTO Nº 398, DE 1995

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Federal e Prefeito de Teresina – PI, Prof. Raimundo Wall Ferraz:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar,
- b) apresentação de condolências à família, ao Município de Teresina e ao Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 23 de março de 1995. – Senador Freitas Neto.

Leia-se:

REQUERIMENTO Nº 398, DE 1995

Requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do ex-Deputado Federal e Prefeito de Teresina – PI, Prof. Raimundo Wall Ferraz:

- a) inserção em ata de um voto de profundo pesar,
- b) apresentação de condolências à família, ao Município de Teresina e ao Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 23 de março de 1995. – Freitas Neto – Hugo Napoleão – Teotônio Vilela Filho.

ATO DO PRESIDENTE Nº 21, DE 1995, que aposentou EDGARD AUGUSTO DE MAGALHÃES, Técnico Legislativo.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato de Aposentadoria para incluir a Resolução SF nº 77, de 1992.

Senado Federal, 24 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 63, DE 1995, que aposentou JOÃO FRANCISCO NEVES, Técnico Legislativo.

APOSTILA

Fica alterado o fundamento legal do presente Ato de Aposentadoria para incluir a Resolução SF nº 77, de 1992.

Senado Federal, 24 de março de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 254, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 6.948/95-2, resolve nomear MARIZA DIAS para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete da Senadora Benedita da Silva.

Senado Federal, 24 de março de 1995. – Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 255, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 6.806/95-3, resolve nomear FRANCISCO JOSÉ CHIQUILITO COIMBRA ERSE para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador José Bianco.

Senado Federal, 24 de março de 1995. – Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 256, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 006.929/95-8, resolve rescindir, a partir de 15 de março de 1995, o contrato de trabalho, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, de FLAVIO RUI GUERRA MOTA, do emprego de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Guilherme Palmeira.

Senado Federal, 24 de março de 1995. – Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 257, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do processo nº 007.214/95-2, resolve nomear WILSON ROBERTO ALVES DE SOUZA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no gabinete do Presidente do Senado Federal.

Senado Federal, 24 de março de 1995. – Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, Diretor-Geral.

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1995, ÀS 10:34 HORAS.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e um de

março de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador GILBERTO MIRANDA e com a presença dos Senadores José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, Esperidião Amin, Eduardo Suplicy, Vilson Kleinübing, Lauro Campos, Jefferson Peres, Valmir Campelo, Romeu Tuma, Freitas Neto, Romero Jucá, Joel de Hollanda, Lúcio Alcântara, Ney Suassuna, Carlos Bezerra, Geraldo Melo, Jonas Pinheiro, Arlindo Porto, Fernando Bezerra, Osmar Dias, Casildo Maldaner, Sérgio Machado, Sebastião Rocha, Lúdio Coelho, Gerson Camata, Pedro Piva, Pedro Simon, Carlos Patrocínio, Leomar Quintanilha, Ramez Tebet e João Rocha; e dos Deputados Márcio Fortes e Arnaldo Madeira. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, comunica que a reunião destina-se à exposição do **Presidente do Banco Central do Brasil, Doutor PÉRSIO ARIDA**, a respeito de Política Cambial. Sua Excelência esclarece ainda que, encerrada a exposição do Presidente do Banco Central, cada Senador disporá de três minutos para formular suas perguntas. Usa da palavra para uma questão de ordem o Senador Eduardo Suplicy, que questiona o tempo estipulado pela Presidência para encaminhamento de perguntas, sugerindo que este seja dilatado para cinco minutos. Com relação ao assunto, falam ainda os Senadores Esperidião Amin, Jefferson Peres e Francelino Pereira - que sugere um tempo mínimo de três e um máximo de cinco minutos para as perguntas. A Presidência acata a sugestão deste último e, prosseguindo, concede a palavra ao Senador Carlos Bezerra que a solicitara pela ordem, para encaminhar requerimento de sua autoria. O Senhor Presidente sugere que o requerimento seja encaminhado por escrito, a fim de que possa ser apreciado numa próxima reunião. Em seguida, Sua Excelência solicita ao Senador Pedro Piva que acompanhe o **Doutor PÉRSIO ARIDA** até a Mesa dos trabalhos. O Senador José Eduardo Dutra pede a palavra, pela ordem, para comunicar que encaminhou um pedido de informações à Presidência do Banco Central e, até o momento, não obteve resposta. O Senhor Presidente esclarece que, atendendo a preceito regimental, tais pedidos deverão ser enviados à Mesa do Senado a fim de serem encaminhados ao Banco Central pois, do contrário, este não é obrigado a se pronunciar. Esclarecido o assunto, Sua Excelência confere a palavra ao **Doutor PÉRSIO ARIDA**, que passa a discorrer sobre as recentes mudanças efetuadas na política cambial do Governo. Encerrada a exposição, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores que queiram interpellar o **Presidente do Banco Central**. Participam das discussões os Senadores: José Eduardo Dutra, Francelino Pereira, Esperidião Amin, Gilberto Miranda, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Antonio Carlos Magalhães, Carlos Bezerra, Lauro Campos, Osmar Dias - que apresenta uma carta, enviada pelo "Banco Bamerindus do Brasil Sociedade Anônima" aos seus clientes, propondo que os contratos relativos à Crédito Agrícola tenham seu financiamento corrigido pela variação cambial do dólar mais 20% (vinte por cento) ao ano, ao invés de continuarem sendo corrigidos pela variação da TR mais juros, como é feito atualmente - , Jefferson Peres e Pedro Piva. Não havendo mais quem queira usar da palavra, o Senhor Presidente passa a palavra ao **Doutor PÉRSIO ARIDA**, para que teça suas considerações finais. Em seguida, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.

Senador GILBERTO MIRANDA
Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Líder do PMDB, Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, estou apresentando à Mesa, de acordo com o Regimento desta Comissão, a criação de uma subcomissão, composta por 3 Senadores, para definir um projeto de política agrícola para pequenos e médios produtores.

Eu queria que V. Ex^a levasse à consideração do Plenário esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Carlos Bezerra, eu pediria a V. Ex^a que encaminhasse, por escrito, o requerimento de informação. Na próxima reunião da Comissão, colocaremos em votação a matéria, porque o objetivo da reunião de hoje da Comissão de Economia é ouvir o Dr. Pêrsio Arida. Mas, com certeza, ele terá um despacho favorável.

Alguém mais quer usar da palavra dentro daqueles 3 minutos propostos pela Mesa?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, podemos perder 30 ou 40 minutos ou uma hora discutindo qual será a margem.

Há uma proposta concreta do Senador Suplicy limitando em 5 minutos. Se V. Ex^a insiste em manter os 3, votemos logo.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Sr. Presidente, não há necessidade dessa rigidez. É melhor deixar à vontade, com um teto de 5 minutos, mas todos vão usar 3 ou menos de 3. Não pode haver é autoritarismo, imposição.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A Presidência aceita a sugestão do Senador Francelino Pereira. Ficaremos entre 3 e 5 minutos e não colocaremos em votação.

Eu pediria ao Senador Pedro Piva que trouxesse até a Mesa o Presidente do Banco Central, Dr. Pêrsio Arida, e convidaria os Srs. Diretores que se sentarem na penúltima fila. (Pausa)

Concedo a palavra ao Dr. Pêrsio Arida, Presidente do Banco Central. Logo após a sua exposição, passaremos à lista de inscritos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, não tenho a mínima intenção de direcionar a exposição do Presidente do Banco Central. Entretanto, nós apresentamos, no dia 8, um pedido de informações, assinado por mim e pelo Deputado Jaques Wagner, que ainda não foi respondido, e por isso gostaria, na medida do possível, que o Dr. Pêrsio Arida fizesse referência a essas informações, o que nos facilitaria quando da formulação das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nobre Senador José Eduardo Dutra, gostaria de esclarecer a V. Ex^a que ainda não chegou ao Banco Central o pedido de informações que V. Ex^a encaminhou à Mesa do Senado.

V. Ex^a teve a oportunidade de encaminhar pessoalmente uma cópia ao Presidente do Banco Central. Mas sabe V. Ex^a que, depois de passar pela Mesa Diretora, o pedido de informações vai para o Ministério da Fazenda, que o remete ao Banco Central, e o Banco Central tem 30 dias para respondê-lo.

Espero que o Presidente do Banco Central, sabendo do seu requerimento de informação, possa abordá-lo hoje.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, o pedido de informações não foi feito via Mesa do Senado. Nós o entregamos pessoalmente, em

mãos, no dia 8 de março, e o Presidente do Banco Central nos informou que iria responder o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nobre Senador, o Regimento do Senado é muito claro. V. Ex^a não encaminhar via Mesa do Senado, se o requerimento não for lido na sessão do Senado, se não for despachado pela Mesa do Senado, o Banco Central não é obrigado a responder.

Imagine V. Ex^a se todos os Srs. Senadores e Deputados mandassem ao Banco Central ou a qualquer ministério, sem ter sido votado, pedindo requerimento de informações ao Banco Central ou a qualquer ministério, passaria o mês inteiro recebendo e respondendo requerimento de informações.

Conto com a colaboração do Presidente para que S. Ex^a aborde as perguntas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não quero polemizar, pois sei disso. Agora, o pedido foi feito a ele, e se ele tivesse nos respondido, dizendo que só responderia se fizessemos, regimentalmente, via Mesa do Senado, teríamos feito.

Como disse, inicialmente, não estou querendo orientar a exposição, até porque algumas das perguntas que tenho a fazer referem-se às informações solicitadas. Se, durante a exposição, for dada algumas das respostas, poderá, inclusive, me facilitar no sentido de fazer as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não tenho dúvidas de que o Presidente vai abordar o assunto e V. Ex^a terá de 3 a 5 minutos para formular as perguntas enviadas em seu requerimento.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Prezado Senador Gilberto Miranda; Prezado Senador Pedro Piva; Prezados Senadores da Comissão; minhas Sr^{as} e meus Srs, é para mim uma oportunidade e uma honra poder vir ao Senado Federal esclarecer aspectos da política cambial adotada pelo Governo. Nosso objetivo é o de, aqui, prestar todo e qualquer esclarecimento.

Peço aos Srs. Senadores permissão para uma exposição longa, abrangendo todos os aspectos da questão, e depois vou me colocar, assim como a minha diretoria, à disposição de V. Ex^{as} para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário.

Antes de mais nada, penso ser importante esclarecer os motivos que nos levaram, desde a adoção e desde o lançamento do Plano Real, à sistemática de faixa de flutuação para a taxa de câmbio, popularmente, conhecidas como bandas.

Há três maneiras diferentes de se conduzir a política cambial nos seus princípios básicos. Uma é a maneira das taxas livremente flutuantes, sem qualquer compromisso dos bancos centrais no sentido de atuarem sistematicamente para evitar flutuações excessivas ou indesejadas nas respectivas moedas. É o sistema de livre flutuação. É o que temos hoje no dólar com relação ao yen; é que temos hoje no dólar com relação ao marco. Evidentemente que processos desse tipo, quando associados a flutuações excessivas, levam à preocupação e a consultas recíprocas dos Presidentes de Banco Central, conforme amplamente noticiado, mas, tem como característica básica a inexistência de parâmetros de política econômica, que balizem as taxas de câmbio. É o sistema de flutuação pura e simples.

Temos, num outro oposto, o sistema que prevaleceu, aliás em boa parte deste século e, na verdade, em boa parte do século passado, que é o sistema de taxas fixas, tipicamente associadas ao chamado padrão ouro, historicamente. É um sistema que, por uma variedade de motivos, que depois comento, foi progressivamente abandonado. Hoje em dia temos no nosso País vizinho-irmão, Argentina, um exemplo desse sistema. o temos também em alguns Países do Leste Europeu quando da transição

do sistema comunista para o sistema capitalista, também adotaram sistemáticas de taxas nominais fixas de câmbio.

Nossa opção não foi por nenhum desses dois extremos, mas pela sistemática de bandas. Não foi, evidentemente, invenção nossa. Todo o processo de unificação da Comunidade Econômica Européia foi feito usando explicitamente o sistema de bandas. É um sistema amplamente estudado na literatura, com uma experiência internacional ampla a respeito, e foi adotado pelas seguintes considerações: em primeiro lugar, porque sentimos as vicissitudes de um processo de estabilização, particularmente no seu começo e as incertezas associadas a esse processo não fariam conveniente que se adotasse um sistema de livre flutuação da moeda. O sistema de livre flutuação da moeda tendem, na verdade, a apresentar uma dominância muito clara, no curto prazo, dos movimentos de capital financeiro sobre os movimentos típicos exportadores e importadores, chamados movimentos primários ou da balança comercial.

Uma das preocupações causadas pela excessiva volatilidade de taxas em sistemas livremente flutuantes é justamente o processo de correção quando ocorrem desequilíbrios a partir de movimentos do capital financeiro. Como V. Ex^{as} sabem, o capital financeiro essencialmente opera por arbitragem de taxas de juros. O país que tiver taxas de juros mais altas tende a atrair capitais, e tendendo a atrair capitais tende a ter sua moeda mais fortalecida. Isso em um sistema de taxa de câmbio flutuante acarreta, portanto, uma valorização da sua moeda. Ao longo do tempo, no entanto, tipicamente a valorização da moeda é associada a menos exportações, mais importações, e isso gera efeitos sobre o lado real da economia e há um processo de correção em curso.

No início de um processo de estabilização, pensamos que a volatilidade associada a um sistema de livre flutuação e os efeitos que teria, certamente, uma apreciação muito forte da nossa moeda em relação à balança comercial, não faziam recomendável a adoção de um sistema de livre flutuação.

Um outro extremo, hoje adotado pela Argentina e por vários países do Leste Europeu, é um extremo que a experiência histórica demonstra ser muito eficaz do ponto de vista da estabilidade de preços. No entanto, demonstrou também, historicamente, ser um sistema associado a ciclos recessivos muito prolongados. Optamos, portanto, por um sistema de bandas, que é um sistema que, de um lado, dá parâmetros e balizas para a flutuação de câmbio, evitando uma volatilidade excessiva por arbitragem financeira, e não nos amarra, digamos assim, a uma taxa fixa de câmbio que, embora muito eficaz do ponto de vista antiinflacionário, como demonstra, aliás, toda a experiência histórica de países com taxas fixas de câmbio, tem, em determinados momentos da vida econômica, um viés recessivo muito acentuado.

A sistemática de bandas nos pareceu, portanto, mais conveniente para evitar o viés recessivo das taxas de câmbio absolutamente fixas e para evitar o efeito real de volatilidade excessiva, associada a mercados financeiros típicos dos sistemas com taxas de câmbios flutuantes.

A sistemática de bandas evidentemente tem correções periódicas. Nenhum país que usou a sistemática de bandas as manteve absolutamente uniformes e constantes ao longo de períodos muito prolongados de tempo.

A fixação da banda tipicamente obedece a dois tipos de consideração. O primeiro tipo de consideração, muito relevante na determinação inicial da banda a que se chegou - uma banda de 0.83 a 0.86 - era uma preocupação inequívoca com a valorização excessiva do Real. Naquele instante definimos, antes de mais nada, um piso para a banda em 0.83 para evitar que o Real se apreciasse de forma muito rápida, o que teria efeitos ruins sobre a balança comercial e o nível de emprego.

Evidentemente, o Banco Central e toda a sociedade, nesse sentido - não tenho a menor dúvida - pretendem que tenhamos uma moeda forte e valorizada.

A valorização excessiva, no entanto, como todo o exagero, traz seus inconvenientes. Quando fixamos o piso da banda em 0.83, há muitos meses, nós nos norteamos pela consideração de que seria extraordinariamente importante evitar uma valorização excessiva da moeda e um prejuízo muito forte ao setor exportador.

Evidentemente a fixação de um piso para a banda tem consequências sim. Toda vez que o Banco Central entra para evitar que a taxa de câmbio caia abaixo do piso há uma expansão de liquidez doméstica, porque há uma operação de compra de dólares, portanto, aquisição de reservas, e nessa medida há uma expansão de liquidez.

Consideramos, no entanto que, ao nível de 0.83, tínhamos deixado a situação chegar a um ponto limite a partir do qual a operação conjunta do Banco Central, tanto do ponto de vista cambial quanto do ponto de vista monetário, faria com que se julgasse conveniente que se adquirisse reservas, àquele nível ao custo evidentemente da expansão monetária interna, para evitar uma apreciação excessiva da nossa moeda.

Definido o piso de US\$0.83, como V. Ex^{as} bem sabem, imediatamente os mercados cambiais se voltaram à questão de qual era o teto.

Antes mesmo da tentativa de teste dos limites de teto do Banco Central, em dezembro, houve uma tentativa de teste muito grande pelo mercado, praticamente metade desta magnitude que tivemos agora, mas muito expressiva. Houve um teste contra o Banco Central para ver se de fato o teto US\$0.86 era efetivo. O Banco Central atuou em dezembro com a mesma determinação com que atuou há duas semanas, no sentido de demonstrar ao mercado que o Banco Central não hesita nunca em adequar todos os seus instrumentos para manter a taxa de câmbio dentro dos limites determinados.

A operação em bandas suscita necessariamente dois tipos de considerações. A primeira é de caráter político-econômica; a segunda, operacional. A característica operacional do sistema de bandas é que, ao menos que haja intervenções freqüentes do Banco Central intrabanda, o mercado, na ausência de amortecedores, tende a flutuar muito claramente entre os dois extremos.

V. Ex^{as} imaginem, só para efeito de raciocínio, se não tivéssemos nenhum banco dentro do sistema operando com bandas, toda vez que houver uma importação expressiva, se não houver uma exportação naquele exato dia, a taxa de câmbio vai imediatamente para o teto. Toda vez que houver uma exportação expressiva, se não tiver imediatamente uma importação expressiva naquele montante, a taxa de câmbio bate imediatamente no piso.

Uma característica do sistema de bandas é que, se não há intermediários financeiros que acomodem as flutuações excessivas do sistema, pelos movimentos primários de exportação e importação, esse sistema tende a apresentar oscilações muito fortes, batendo nos dois limites o tempo todo.

Então, a característica operacional do sistema de bandas é que se permita aos intermediários financeiros que carreguem, dentro de determinados limites, oposições compradas, sobre as quais comentarei mais à frente,

A outra questão não operacional relativa ao sistema de bandas é a da política econômica: saber e determinar se a banda em vigor, em um determinado momento, pelo seu poder de sinalização para decisões do mundo real da economia, é a que melhor reflete as necessidades da economia naquele momento.

Não é uma decisão fácil, mas é uma decisão que tem que ser tomada periodicamente, com reavaliações pelo Banco Central, se de fato, no conjunto dos instrumentos de política monetária e cambial, e observando o estado da economia, a banda existente naquele momento é a que está melhor adequada para as necessidades da economia.

Gostaria de comentar esses dois aspectos típicos do regime de banda, o aspecto operacional e, em mais detalhes, o aspecto de política econômica.

É surpreendente, e muito positivo, do meu ponto de vista, apesar da sequência de insinuações feitas à Imprensa sobre o comportamento do Banco Central, do Governo como um todo e de instituições financeiras, que não se tenha questionado a direção na qual o Banco Central se moveu. Ou seja, houve claramente uma compreensão por parte da sociedade de que a readequação da banda, da taxa de variação que foi feita, correspondia ao momento econômico do País.

Digo isso para explicar que não houve questionamento quanto à direção da política econômica, evidentemente poderia ter havido. Mas, na minha visão, as circunstâncias demonstram, de forma taxativa, que a direção adotada pelo Governo foi correta. De um lado, porque o aquecimento da economia pós-Plano Real, motivado, diga-se de passagem, não por déficits públicos mas por um efeito de redistribuição de renda e por um efeito de redução de incerteza dos agentes econômicos, mais confiança no futuro, traduziu-se em saldos comerciais menores.

Evidentemente, nada há de negativo em termos de saldos comerciais menores do que tivemos no passado, mas é nossa obrigação - obrigação do Governo, como um todo - monitorar muito de perto o chamado saldo de conta corrente.

Saldo de conta corrente, expresso em termos simples: a necessidade líquida de captação do País. Ele depende basicamente de um lado da balança comercial, do fluxo de pagamentos previstos no País e de transferências - como V. Ex^{as} sabem, são muito expressivas - de brasileiros no exterior para o País.

Em nossa visão, nosso saldo de conta corrente no ano de 1994 foi muito pequeno, com preocupação(?) do PIB, e queremos mantê-lo pequeno neste ano de 1995.

Não há modelo econométrico que, infelizmente, nos permita prever com exatidão, confirmar metas exatas para o déficit de transações correntes, mas é nossa preocupação que esse déficit, se houver, seja pequeno e financiado preferencialmente por capitais de longo prazo, ou ainda, tenha uma estrutura de financiamento adequada.

O aquecimento observado na economia, a performance da balança comercial e a mudança de percepção internacional, associada à crise do México, apontam, todos esses elementos, de uma forma inequívoca, para a necessidade de uma revisão para cima da taxa da chamada banda, que é o sistema que adotava anteriormente.

Então, penso que, do ponto de vista política econômica, a decisão do Banco Central foi correta, foi claramente beneficiada ao longo do tempo pela queda sustentada do dólar em relação a outras moedas, que exercem efeito muito positivo sobre a balança comercial; essa queda teve uma magnitude certamente não prevista nas últimas semanas - é difícil prever, embora haja um consenso de analistas sobre o fato de que essa situação deve perdurar, mas gostaria de dizer que a queda do dólar em relação a outras moedas constitui um estímulo adicional no sentido de obtermos saldos positivos da balança comercial, e do nosso ponto de vista a fixação da banda obedece a uma série de considerações inclusive essa. Então, creio que do ponto de vista de política econômica as decisões do Banco Central são corretas, temos certeza que ao longo do tempo, tão logo passe a turbulência sempre associada a movimentos desse tipo, teremos saldos de balança comercial mais expressivos do que aqueles que temos tido.

Sei que há uma curiosidade sob este aspecto muito grande, uma curiosidade sobre saldo da balança comercial de fevereiro, e, como todos sabem, ainda temos parte desse cálculo feito manualmente: o número definitivo ainda não está pronto para ser divulgado, já tivemos uma confusão com a divulgação de números preliminares há cerca de um ou dois meses, e não queremos repeti-lo agora, no entanto, conforme

noticiado, tudo indica que o saldo em fevereiro deverá ser negativo, o que reforça mais ainda a decisão de mudar a banda de variação.

V. Ex^{as} também sabem que o saldo comercial não reage só à banda de variação, mas também ao nível de demanda doméstica, e temos tomado uma série de medidas no campo fiscal e no campo monetário no sentido de reduzir o excesso de demanda observado nos mercados internos. Tomaremos outras medidas se for necessário e estaremos à disposição para discutir este aspecto se interesse houver.

Então, do ponto de vista de política econômica nossa decisão de revisar a banda para cima foi uma decisão motivada pelo monitoramento de conta corrente; é uma decisão de política econômica; não é nossa intenção deixar, de forma alguma, que o País entre numa trajetória que possa por em risco a estabilidade de seu padrão monetário, como observado em alguns países vizinhos.

É um movimento de caráter preventivo. Vários analistas, como todos bem sabem, escreveram, antes mesmo da mudança, no sentido que elas eram necessárias; outros analistas escreveram no sentido que elas não eram necessárias. O nosso julgamento é de que não era uma mudança necessária, no sentido de que responde a um problema já posto, mas era uma mudança necessária, sim, no sentido preventivo, para evitar que se imponha um programa de desequilíbrio em contas externas.

Partimos do princípio de que é sempre melhor agir preventivamente do que agir **a posteriori**, de que é melhor resolver um problema antecipadamente, antes mesmo que ele adquira proporção, do que tomar providências depois que o problema ocorra. Nosso movimento foi, portanto, de caráter preventivo.

Isto posto, gostaria de comentar algo sobre os aspectos operacionais do sistema de bandas.

O Banco Central, como V. Ex^{as} sabem, opera com o sistema de **dealers**, de instituições, na sua mesa de câmbio, permitindo-lhes posições compradas e alavancagens no sistema interbancário. O motivo pelo qual se permite a essas instituições posições compradas e alavancagens é exatamente fazer com que exista um amortecedor aos movimentos de mercado primário - exportação e importação -, que sempre ocorrem ao longo do dia.

A seleção dos **dealers** do Banco Central é feita por critérios objetivos, norteada, basicamente, pela autorização do Banco Central a que os **dealers** tenham uma carteira de câmbio - nem todas as instituições financeiras têm capital suficiente para ter essa carteira. É uma autorização, também, condicional à performance do **dealer**, numa ponderação equilibrada entre o mercado interbancário e o chamado mercado primário, de exportações e importações.

Esses **dealers**, na verdade, constituem a interface do conjunto de instituições que operam com carteira de câmbio com o Banco Central.

Nossa sistemática de compra e venda é sob a forma de leilão eletrônico; o Banco Central hoje usa o chamado leilão telefônico, que se adotou no passado somente como um sistema de reserva; como se diz tecnicamente, é um sistema de **back up**, mas opera, basicamente, mediante leilões eletrônicos.

É importante esclarecer a V. Ex^{as} em relação, inclusive, a vários aspectos veiculados pelos noticiários recentes. O processo é de acesso eletrônico a essas instituições. O Banco Central, quando vende ou compra dólares, anuncia um leilão de compra ou venda; as instituições têm um prazo tipicamente de quinze minutos para resposta; as instituições **dealers** são obrigadas a fazer lances de, no mínimo, 500 mil dólares; os lances, evidentemente, são recebidos eletronicamente; a decisão da mesa do Banco Central sobre a taxa de corte é feita sem conhecimento das instituições que

fizeram os lances individualmente: a listagem de computador apresenta os montantes e as ofertas de compra ou venda, dependendo do caráter da intervenção do Banco Central. Digo isso para esclarecimento da sistemática de operação do Banco Central.

Como disse a V. Ex^{as}, a necessidade de se evitar oscilações muito grandes, associadas aos movimentos de exportação e importação intrabanda, fez com que se aprimorasse, ao longo do tempo, esse sistema de instituições **dealers** - que, aliás, existe em todo o mundo -, permitindo às instituições a alavancagem no mercado interbancário, comparado ao mercado primário, e posições compradas ou vendidas.

Essas instituições que operam nesse mercado, evidentemente, quando compram ou vendem, têm dólares debitados ou creditados em suas contas respectivas. Isso faz com que exista hoje uma diferença muito importante entre o que se chamam de reservas do Banco Central e as reservas do País. Essas últimas, como um todo, só se alteram pelos movimentos no mercado primário ou pelos movimentos financeiros, com exportações e importações, com remessas ao exterior e com entrada líquida de recursos.

Nos processos de compra e venda de dólares do Banco Central para as instituições financeiras, é olhada a transferência, a favor ou contra, do Banco Central para a conta das reservas de instituições financeiras. Não há perdas de reserva do País nesse processo.

Para dramatizar um pouco o caso, se tivéssemos um sistema com taxa fixa, o Banco Central, comprando e vendendo a totalidade de movimentações do mercado primário, as reservas do País coincidiriam com as reservas do Banco Central. Como temos uma sistemática de bandas, as reservas do País tipicamente superam as reservas do Banco Central, que, quando recompra ou vende, não necessariamente empata a posição de reservas do País como um todo.

Digo isso para mostrar que, dependendo do sistema cambial, a contabilização das reservas é diferente no sistema de bandas, que são os números que temos divulgado periodicamente. O que se divulga são reservas do Banco Central, que estão sempre abaixo das chamadas reservas do País.

Por que esse sistema de **dealers** foi adotado? A razão é muito simples, digo aos senhores, foi por uma questão de risco. Quando o Banco Central faz operações de compra e venda, essas operações são tipicamente saldadas dois dias depois. É o chamado D+2, na linguagem técnica.

Numa operação, por exemplo, de venda do Banco Central para uma instituição **dealer**, venda de dólares, por exemplo, existem dois movimentos que são separados: um movimento pelo qual o Banco Central credita reservas internacionais e outro pelo qual o Banco Central debita reservas bancárias. Esse é o movimento de venda. A contratação é feita num determinado momento, a liquidação é feita dois dias depois.

Se o Banco Central operasse na atual sistemática, com todo o espectro de instituições financeiras, coisa que, com um algum aprimoramento tecnológico e evidentemente a autorização orçamentária para o Banco Central seria possível, existiria um risco de crédito associado ao colapso da instituição financeira entre uma transação e outra.

Como os senhores sabem, por observação, as instituições financeiras, embora freqüentemente se diga o contrário, têm risco. Na atual administração, só para mencionar este ano, várias instituições financeiras sofreram liquidação extrajudicial e algumas outras sofreram regime de intervenção especial temporário - só para falar do que aconteceu nesses três meses desse ano.

Então, a questão de risco de crédito, quando se opera com um sistema ampliado, é certamente uma questão relevante.

Que providências estamos tomando nesse aspecto? Vou aproveitar, com isso, e comentar um pouco algo do noticiário recente sobre a questão dos **dealers** e da função dos mesmos nos episódios da semana passada.

O sistema pode ser aprimorado e estamos em vias de fazê-lo - já existiam estudos anteriores nesse sentido. Está prestes a entrar em funcionamento um sistema alternativo, que, basicamente, muda o sistema das chamadas contas **clearing**. Introduz um sistema pelo qual, para falar numa linguagem simples, a compensação dos movimentos em reserva internacional com os movimentos em reserva bancária é feita de forma travada, ou seja, pela qual se evita o risco de crédito dessas instituições.

Tão logo o novo sistema entre em vigor, será possível - espero que isso aconteça dentro de mais um mês ou um mês e meio - operar com o espectro de instituições muito mais amplas do que o Banco Central tem operado até agora.

Evidentemente, o Banco Central vai continuar a sistemática que adota de leilões eletrônicos; a sistemática de comunicação ao mercado simultânea, através do chamado sistema SISBACEN, da comunicação de fatos relevantes; pretende atuar de algumas outras formas, como, por exemplo, se houver curiosidade, o leilão de duas pontas, ao invés do leilão de uma ponta só. Se houver interesse dos senhores, posso entrar nesse detalhamento técnico.

Mas, essencialmente, o processo de aprimoramento, que estamos introduzindo conforme o noticiado na imprensa, que já estava em curso de estudo no Banco Central, é no sentido da diminuição do risco de crédito, associado à eliminação do risco de crédito, o que nos faculta, evidentemente, a ampliação do universo de instituições, com as quais operamos as reservas do País.

O critério de credenciamento hoje é automático, o qual responde basicamente aos volumes transacionados das instituições no mercado de câmbio. E o acesso às linhas das instituições corresponde, como falei, à preocupação de risco por parte do Banco Central. Não tenho dúvida que esse sistema vai aos poucos ser ampliado na sua dimensão. O nosso ideal é chegarmos, através de uma modificação na sistemática de liquidação de algum aprimoramento tecnológico, a operar sempre na forma de leilões eletrônicos com o universo de instituições financeiras.

Tudo isso se refere, evidentemente, a uma parte do mercado, o chamado mercado interbancário, mercado pronto ou mercado **spot**. São várias maneiras de descrever a mesma coisa, que esse mercado, pelo qual a compra e a venda de divisas são feitas, em termos de uma liquidação, faz dois dias depois.

Sabem bem os senhores que esse não é o único mercado relevante para fins da taxa de câmbio. Cresce no mundo inteiro a preocupação com os chamados futuros ou derivativos, que levam, aqui, a freqüentemente o risco, os posicionamentos de instituições financeiras se afastem muito, e de forma alavancada, do mercado interbancário que é um mercado que, normalmente concentra a atenção dos agentes econômicos.

Existe uma presunção, que eu diria, por parte de autoridades regulatórias no mundo inteiro - digo uma presunção porque não é nada ainda definitivamente consensual - de que essas operações com derivativos tendem a provocar instabilidades muito fortes nos mercados. O Banco Central está atento a isso, está atento aos mercados futuros de câmbio. São mercados que, como os senhores sabem, não têm a liquidação em reservas e, nesse sentido, não parecem afetar os mercados **spot** interbancário, mas são mercados com os quais a arbitragem financeira se faz.

A intervenção nesses mercados pelas autoridades reguladoras é tipicamente feita através dos depósitos de margens. Os senhores se lembrem, em momentos mais delicados da nossa Bolsa de Valores, que os futuros foram redefinidos como tendo margens de garantia maiores que as atuais. Temos uma preocupação de

regulamentação com os mercados futuros de câmbio. Também digo isso para mostrar que essa é uma outra faceta da questão cambial. Como um todo, embora deva concentrar a minha exposição ao que recebeu atenção no noticiário recente, que são os eventos no mercado interbancário.

Esses aprimoramentos no sistema de **dealers**, que já estavam em curso no Banco Central, dão-me a oportunidade de comentar muito do noticiário recente sobre essa questão dos **dealers**. Toda mudança de caráter na taxa de câmbio, quando o sistema é associado - é importante dizê-lo - a um sistema de bandas, causa sempre ganhadores e perdedores no sistema financeiro, causa sempre acusações. Já tivemos o exemplo de vários episódios no passado. Mesmo quando a flutuação de taxas é absolutamente livre, no livre mercado, existe, certamente, a preocupação, e é assunto de manchete em jornal. Ainda mais quando é no sistema de bandas, mais ainda, evidentemente, no sistema de taxas fixas.

Houve uma incompreensão, do ponto de vista do noticiário, das peculiaridades técnicas desse sistema de **dealers**. O sistema de **dealers**, como falei, respondeu, foi motivado por uma preocupação essencialmente de risco de crédito. É um sistema automático de credenciamento. Está sendo aperfeiçoado e será em breve no sentido de permitir um acesso mais amplo de todas as instituições financeiras a esse sistema, aos processos, a compra e venda de reservas por parte do Banco Central.

O noticiário, no entanto, foi além porque houve na mudança cambial um série de insinuações quanto ao comportamento de **dealers** e do Banco Central e do Governo e, inclusive, ao meu próprio respeito. Digo insinuações para traçar uma diferença muito importante entre acusação e insinuação. Por várias vezes, aguardamos que houvesse uma comprovação, um fato, uma denúncia específica, baseada em fatos que permitissem uma investigação mais aprofundada sobre a questão. Acusação não houve, mas as insinuações foram muitas.

Quero registrar aqui duas observações. A primeira delas é de caráter estritamente operacional. E a segunda delas é de caráter moral. Do ponto de vista operacional, é claramente evidente que o ônus da prova é de quem acusa. Não podemos, não devemos reagir ou supor como verdadeiras insinuações existentes ou veiculadas em organismos de imprensa.

No entanto, em atenção à preocupação expressa por vários Parlamentares, tomamos uma outra atitude. Pedimos, antes de mais nada, a pedido da própria mesa de câmbio do Banco Central, uma auditoria interna nos procedimentos da mesa de câmbio para verificar se os procedimentos foram adequados. Pedimos também, por decisão nossa, uma verificação especial da fiscalização do Banco Central sobre instituições objeto do noticiário recente. Tomamos essas duas atitudes no âmbito interno do Banco Central não porque teríamos que fazê-lo, porque, na verdade, é surpreendente - depois vou fazer alguns comentários mais de caráter moral - que as várias insinuações tenham crescido e encontrado guarida, em que se tivesse tido sequer uma prova, um elemento de ligação em evidência. Mas, mesmo assim, julguei e julgamos todos na Diretoria do Banco Central, e a pedido de funcionários do Banco Central, que a adoção de providências neste sentido se fazia necessário.

Não foram as únicas providências que tomamos. Como V. Ex^{as} sabem a questão do **inside trading**, ou seja, das instituições que operam com informações privilegiadas, não é uma questão que se tenha abordado de forma sensacionalista na imprensa só no Brasil. Em outros países do mundo também existe. Não é uma questão que existe só no mercado financeiro tampouco.

Lembro a V. Ex^a que problemas similares, insinuações similares têm ocorrido com frequência ao longo dos anos nas políticas relativas a estoques reguladores de produtos agrícolas, para dar um exemplo, entre outros, onde o problema

conceitualmente se põe da mesma forma: nas operações de compra e venda de estoques reguladores de produtos agrícolas.

Observo a V. Ex^{as} também que essas questões não são únicas ou pertinentes ao Brasil. Existe uma ampla literatura internacional a respeito. E, na verdade, inúmeros casos a respeito.

As técnicas que, internacionalmente, se adotam para lidar com o problema - e reitero novamente é um problema levantado, insinuado, mas não provado. Depois vou deixar os comentários morais mais à parte - consistem, basicamente, em processos de auditoria interna, em processo de verificação especial e na utilização de técnicas estatísticas para a determinação da evidência do chamado *insider* de instituições que operam com as informações privilegiadas.

Por que técnicas estatísticas? Tipicamente, a instituição, se houver, que opera com técnicas privilegiadas - e falo isso não só algo pertinente ao Brasil, mas como um consenso regulador em todo o mundo - tem lucros muito maiores do que as demais; tende a apresentar volumes de compra e venda muito maiores do que os usuais. E tem uma sistemática de acertos muito maior do que a normal. São os três critérios básicos que, no consenso das autoridades reguladoras, constituem uma certa presunção, uma certa suspeita de informação privilegiada. Digo presunção suspeita porque, em se constituindo a presunção suspeita, há uma segunda questão, que é de julgamento muito difícil.

Evidentemente, há instituições financeiras de muito maior competência que outras. Isso é verdade para o mundo financeiro, para o mundo industrial e para o mundo do comércio. Aliás, esse é um mundo vivo. Frequentemente, instituições que tinham extraordinária competência em um determinado período de tempo, por características de evolução interna perdem competência em outros momentos. A beleza do processo competitivo é justamente que há uma pressão para a competência, e é razoável imaginar que o mercado financeiro, e diria a V. Ex^{as}, que qualquer outro mercado em que não exista monopólio - evidentemente, quando há monopólio não se questiona a competência, porque não há com o que compará-la -, que todos os mercados competitivos são mercados que levam um prêmio ao mais competente, ao mais eficiente, e é razoável imaginar que, num dado momento do tempo, alguém seja mais competente e mais eficiente que os demais. Isto é sempre razoável imaginar. Digo isso porque o sistema financeiro, hoje, é muito competitivo. Pode ser mais ainda se logarmos, de fato, efetivar a abertura desse sistema - a definitiva - ao capital estrangeiro, passo que, como V. Ex^{as} sabem, o Governo já deu em uma exposição de motivos recente, e que reputamos de extraordinária importância. Mas hoje funciona de forma muito competitiva e existem diferenciais de rentabilidade muito expressivos entre instituições, o que poderá ser observado pela mera inspeção dos balanços e dos resultados dessas instituições. É natural que assim o seja.

Retomo ao fio da minha exposição. Digo isso para acrescentar que o vazamento de informações e do *inside trading* e das operações com informação privilegiada é uma questão que tem que ser olhada, antes de mais nada, de forma estatística, para se verificar se, estatisticamente, alguma instituição tem tido resultados muito maiores do que a média, tem operado em volumes não razoáveis, digamos assim, com características normais de operação de risco, e tem atuado sistematicamente nas pontas certas: vendendo, quando é o caso de vender; comprando, quando é o caso de comprar. Isso só pode ser feito estatisticamente, não pode ser feito em observação individual, porque o de que se está falando aqui é de um comportamento diferenciado, e a estatística é o grande instrumento que nos permite dar um grau de convicção ou de confiança, para usar a linguagem dos estatísticos, de que existe um comportamento anormal ou anômalo em determinada instituição. Anormal ou anômalo se constatado,

volto sempre ao ponto, não necessariamente quer dizer irregular do ponto de vista ético; pode simplesmente traduzir maior competência num mercado que, como temos observado, tem **performance** e desempenho muito diferenciados ao longo do tempo.

Se olharmos as instituições que tiveram melhores resultados em 1994, e as compararmos com as melhores de 93, de 92, de 91, de 90, e assim por em diante, veremos que, na verdade, há algumas instituições que têm resultados claramente excepcionais, ao longo do tempo, outras têm melhores **performances** em dado momento, outras, em outro.

Tomamos, então, três providências, como mencionava a V. Ex^{as}: uma auditoria interna, que está em curso; processo de verificação especial é o termo dado, no fundo, a uma diligência da nossa fiscalização sobre instituições. Esses resultados terão, na verdade, um amparo, como V. Ex^{as} sabem, crescente, à medida em que o tempo passa. É nossa obrigação fazer essa diligência, essa auditoria da forma mais apurada e mais exata possível, mas optamos também - e eu digo novamente em respeito às opiniões veiculadas por vários Parlamentares - por olhar estatisticamente essa questão.

Adotamos, nessa medida, um procedimento que gostaria de descrever para V. Ex^{as}. Como sabem, as transações bancárias são sujeitas a um critério, embora estejam registradas no SISBACEN, estão sujeitas a sigilo bancário, ou seja, nem todas as informações SISBACEN são acessíveis ao público como um todo. No entanto, o Banco Central, como tem acesso ao SISBACEN, fez uma avaliação estatística dessa questão. Em primeiro lugar, determinando os lucros e perdas das instituições calculados de uma forma gerencial, como de fato qualquer boa instituição financeira deveria calcular; ou seja, a compra e venda de dólares com um custo de carregamento, custo alternativo dado pelo interbancário e valorizada a posição final de fechamento.

Olhamos as duas semanas - a que precedeu e a que sucedeu a evolução, as mudanças na política cambial. É uma metodologia bastante apurada que na verdade será confrontada com os resultados que as instituições financeiras deverão demonstrar já no final do seu balancete; quer dizer, o balancete das instituições financeiras será na verdade um bom aferidor, por princípios contábeis, dos critérios gerenciais utilizados pelos Banco Central. Observamos todo o universo de transações financeiras de todas as instituições, **dealers** e não **dealers**, que têm acesso à Carteira de Câmbio. Usamos o mesmo critério gerencial para avaliar lucros e perdas das instituições financeiras com relação às operações da nossa própria mesa de câmbio ao longo daquelas duas semanas. É importante observar que o fato de uma instituição ter tido resultados expressivos por si não diz nada; é necessário ponderar esse resultado por patrimônio da instituição para que se tenha na verdade uma idéia relativa das várias magnitudes envolvidas.

Chegamos a resultados que gostaria de transmitir a V. Ex^{as}. O primeiro deles foi um lucro expressivo da nossa mesa de câmbio. Não é e não deve ser objetivo do Banco Central gerar lucro em sua mesa de câmbio. Na verdade, o objetivo maior da autoridade monetária é não ter lucro, é ter prejuízo, porque, como V. Ex^{as} sabem, o objetivo maior da autoridade monetária é assegurar, juntamente com as demais autoridades do Governo, a estabilidade de preços. Não é objetivo do Banco Central ter lucro ou prejuízo. No entanto, tivemos um lucro muito expressivo, da ordem de US\$ 82 milhões, apurados gerencialmente, ou seja, é o resultado de cada compra ou venda do Banco Central carregada pelo interbancário até a posição de fechamento da semana posterior à modificação - período pré e pós, uma semana antes e uma semana depois do anúncio da semana cambial, ou seja, do dia 1º, uma quarta-feira, até o final da sexta-feira da próxima semana, porque tivemos o feriado de carnaval - do dia 1º ao dia 3 e de 3 a 10(?). Apuramos isso até o período em que houve a divulgação da circular que esclareceu equívocos de interpretação do mercado, esclareceu dúvidas a respeito e determinou claramente a faixa de 88 a 93. Não temos qualquer dificuldade; o sistema

nos consumiu algum tempo gerencial, mas agora que já está no computar não há mais dificuldades em prosseguir com a análise, para antes ou para depois.

Gostaria de observar que o meu não-comparecimento à Câmara na semana anterior não deve ser interpretado, apressadamente, como uma dificuldade minha em lá comparecer, uma relutância ou um desrespeito à Casa; de forma alguma. E o Senador Gilberto Miranda inclusive é testemunha do meu empenho para que fosse feito hoje, se espaço houvesse, uma reunião conjunta, Câmara e Senado. Gostaria de tê-lo feito hoje mesmo, para possibilitar esses esclarecimentos à Câmara. Infelizmente, por uma questão de espaço, não foi possível; devo ir à Câmara na quinta-feira. Mas devo dizer, com toda a franqueza, que fiquei muito aborrecido com as interpretações.

O fato é que, naquela altura, a nossa análise estatística ainda não estava completa. Gostaria de vir com os resultados da análise estatística completa, o que posso fazer hoje. Não os tinha naquele momento, esse o motivo de não ter vindo à Câmara na semana passada. Realmente é uma pena que não tenhamos tido, por uma questão de espaço, a oportunidade de prestar esclarecimentos, em conjunto, às duas Casas hoje.

A análise estatística revelou, em primeira instância, uma curva normal de distribuição de resultados. Não é uma curva com concentração em um dos extremos, o que é um bom sinal. V. Ex^{as} sabem que a curva normal tem esse nome, é um tipo de curva estatística, significa justamente um padrão de normalidade.

A média da curva normal é negativa em 500 mil dólares, ou seja, na média das instituições financeiras, houve prejuízo ao mercado, o que é uma informação importante; ela é levemente negativa para a esquerda, se colocarmos no eixo horizontal o lucro obtido.

O fato de termos tido uma distribuição normal é um sinal, como a própria palavra diz, embora a distribuição tenha um significado estatístico muito grande de normalidade.

Obtida uma curva normal, do ponto de vista estatístico, observando todas as instituições financeiras, a questão é observar as duas pontas, a ponta dos maiores lucros e a ponta dos maiores prejuízos.

A ponta dos maiores prejuízos não deveria nos preocupar. Evidentemente, muitas das queixas de mercado estão associadas a prejuízos. V. Ex^{as} sabem que o mercado financeiro tende a ser muito pragmático, a aplaudir a atitude do Banco Central quanto tem lucros, a ficar claramente crítico do Banco Central quando têm prejuízos. É assim no Brasil e no mundo inteiro.

Então, não vou me preocupar com instituições que tiveram prejuízo. Por razões de sigilo bancário, não vou mencionar aqui instituições individualmente consideradas, mas eu gostaria de lembrar que um critério estatístico universalmente aceito é o de que observações fora do padrão existem quando, na curva de distribuição normal, se observa média mais dois desvios padrões.

O que, na verdade, é observação estatística da média mais dois desvios padrões é algo consensualmente aceito estatisticamente como critério de singularidade de desempenho.

A nossa análise foi boa nesse sentido. Não houve nenhuma instituição na nossa amostra, porque, na verdade, é amostra limitada no tempo, mas exaustiva nesse tempo. Não houve nenhuma instituição com lucros gerencialmente apurados maiores do que média mais dois desvios padrões, o que é, de novo, um sinal de conforto e tranquilidade para todos nós.

Há um outro critério estatístico que é a média mais um desvio padrão. Ou seja busca-se instituições que estejam acima da média, não tão acima, mas um pouco acima da média, e o critério do pouco ou muito estatístico é o chamado desvio padrão.

Tivemos apenas dois casos de instituições com resultados acima da média mais um desvio padrão. A observação do comportamento dessas instituições, do ponto de vista de volumes transacionados não nos leva a singularizá-las como potenciais candidatas a detentoras de informação privilegiada. Ou seja, do ponto de vista da análise estatística, uma análise que ainda aceita algum refinamento, feita por um grupo de técnicos do Banco Central - V. Ex^{as} sabem que estatísticas admitem sempre refinamentos, mas eu diria aos senhores, com muita tranquilidade, que não temos evidência, de comportamento estatístico, de instituições que operam com informação privilegiada neste período de tempo. Se houver interesse de V. Ex^{as}, podemos, evidentemente, estender a análise para outros períodos de tempo.

O trabalho nos tomou algum esforço e algum tempo porque era uma montagem do sistema de dados. Nós temos mais de 14 mil transações entre instituições, nesta semana, com o Banco Central e entre si, então é uma base estatística muito grande, que teve que ser tratada adequadamente, para evitar inferências equivocadas, o que nos tomou algum tempo, mas agora já temos procedimentos e sistemas estatísticos nesse sentido.

A auditoria interna e a verificação especial das instituições financeiras estão em curso. Evidentemente, os balancetes, ao final desse semestre, desculpem, deste mês e do semestre, particularmente os mensais, serão, também, um elemento importante nessa análise da evidência ou não de operações com informação privilegiada. Mas eu diria aos senhores que o levantamento estatístico por técnicas impessoais - o levantamento é feito, inclusive, independentemente do nome da instituição - deu-nos muita tranquilidade. Tranquilidade, eu digo, diante de insinuações e, aí, entro num outro aspecto da questão, que é o de refletir um pouco sobre o que se passou ao longo deste período.

Nós tivemos, com essa série de insinuações de vazamento de informação, prejuízos muito sérios ao País. Primeiro, turbulências excessivas nos mercados de câmbio; segundo, turbulências na Bolsa de Valores; terceiro, turbulências no processo de colocação e renovação de papéis brasileiros no exterior.

Há um senso de responsabilidade que, me permitam os senhores dizer, está faltando para o País como um todo. Acusações e insinuações da gravidade com que foram feitas - tomadas como verdadeiras, sem que houvesse, na verdade, um elemento de prova - criaram um clima no País muito ruim; eu não digo só o clima suscitado do ponto de vista de investimentos, que é, em última análise, o que interessa, a mola propulsora do desenvolvimento econômico.

Criaram distúrbios no processo de condução das taxas de câmbio, provocaram queda nos preços, queda expressiva nos preços de títulos brasileiros no exterior, provocaram danos à imagem do País muito sérios.

Nós entramos em um processo sem comprovação, sem averiguação, que, no nosso juízo, no juízo de quem acompanha diariamente as negociações de papéis brasileiros no exterior, a entrada e saída de reservas, foi claramente nocivo e prejudicial ao País e ao plano de estabilização.

Se essa era a intenção dos que veicularam ou propagaram, sejam pessoas físicas ou mesmo a imprensa, não me cabe dizer, mas eu diria que se fosse essa a intenção, não teriam feito com mais competência. Os prejuízos que o País teve com essa turbulência e essa seqüência de boatos, de insinuações, foram muito graves.

O País que tinha a condição de fazer uma transição para uma nova banda, eu não digo tranquila, nunca teve, na história econômica, transição de uma banda para outra com absoluta tranquilidade e, como falei, nem nos mercados em que não há banda nenhuma, quando há movimentos expressivos, tem-se a sensação de inquietude, como, aliás, é observado no noticiário internacional sobre o dólar, recentemente.

Nós tivemos, certamente, um grau de turbulência, incerteza e danos ao País que poderíamos não ter tido, não tivesse sido, não tivesse havido essa série de insinuações, claramente maldosas, sem base e com o objetivo precípuo, intencional ou não, mas na prática sim, de complicar e dificultar o nosso processo de estabilização.

Parte dessa seqüência de insinuações começou com a estória de vazamento de informações, depois com instituições que teriam sido privilegiadas, a lista dos privilegiados e perdedores.

Eu tive o trabalho de ler os jornais periodicamente desta semana e inclusive é uma lista muda. Um dado dia os jornais publicam bancos que ganharam e os bancos que ganharam, no outro dia, aparecem como perdedores.

Nessa seqüência de insinuações e noticiários desencontrados, muito prejudicial ao País; fui eu próprio vítima deles recentemente.

Este é um ponto que devo comentar com os senhores com toda a franqueza; não com os senhores enquanto responsáveis por isso, mas é minha obrigação, enquanto Presidente do Banco Central, aproveitar a oportunidade de estar nesta Casa e falar abertamente sobre esse assunto. V. Ex^{as} sabem que presidente de banco central, em todo País do mundo, fala pouco e não pretendo ser exceção. Só falei com mais freqüência na semana imediatamente posterior à taxa especulativa contra o programa. Após isso, calei-me e estou tendo aqui uma oportunidade ímpar de comentar a esse respeito.

Todos os senhores viram certamente a reportagem, em revista de grande circulação - e mais intensamente e mais grave inclusive do que a reportagem -, o efeito sobre mercados, associado à versão do que seria a reportagem que presenciamos na semana passada. Isso tem um efeito muito prejudicial ao País. As quedas de Bolsas, associada à noção de que eu estaria envolvido com o vazamento de informações, é certamente prejudicial. Investidores estrangeiros sabem que uma Bolsa pode cair 10% por conta de um boato, pessoas que vão aplicar no País, porque entendem que o Presidente do Banco Central pode ser demissionário, pode ser demitido a qualquer momento, por conta de um uma história que ninguém sabe se vem a público ou não. Isso tem efeitos prejudiciais e graves ao País, à imagem do País.

Devo dizer aos senhores, manifestar com muita franqueza, sobre a minha absoluta indignação diante desse episódio e a forma pela qual foi tratado e perseguido. Como V. Ex^{as} sabem - é público e notório -, tenho amizade com o Dr. Fernando Bracher, que foi Presidente do Banco Central, e trabalhei com ele naquele Banco. E eu diria aos senhores, com toda a franqueza, que ele não é a única pessoa do mercado financeiro com quem tenho amizade. Aliás, tenho amizades dentro e fora do mercado financeiro. Constituir-se de amizade o motivo da acusação é muito grave.

Foi levantado na imprensa duas supostas informações: uma, a de que seria sócio do Banco BBA. A informação é absolutamente inverídica, como os senhores sabem, e, aliás, divulgado pela imprensa. De fato, fui convidado, quando da constituição do Banco, mas declinei do convite. Cheguei a entrar numa sociedade da qual saí antes mesmo da constituição do Banco, conforme amplamente documentado. E declinei do convite por razão pessoal: julguei que não era conveniente, para mim, naquele momento, seguir esse curso e tornar-me proprietário de ações de banco; uma noção de caráter pessoal. Mantive a amizade com ele e com muitas outras pessoas do mercado financeiro.

Nunca soube que amizade fosse crime ou motivo de ilação ou suspeita. Não temos, hoje - é bem verdade -, uma lei complementar que regule o art. 192 da Constituição e há vários projetos nesse sentido; alguns deles, prevendo impedimentos antes da entrada no Banco Central, inclusive prevendo impedimentos na saída do Banco Central. Não temos nenhuma lei complementar que discipline essa questão, mas, que eu

saiba, não há sequer nenhum projeto de lei que proíba ou considere lesivo ao País a existência de amizades de caráter pessoal e que antecedem a entrada no Banco Central.

A notícia de que seria sócio de um banco e que já foi amplamente confirmada, a notícia de que o banco teria tido bons resultados ou não e que eu teria passado informações, porque tenho amizades, são claramente caluniosas. Aqui, devo manifestar a minha absoluta indignação. Isso afeta a minha moral; e, se fosse a minha moral, ainda seria um problema só meu, mas afeta a credibilidade do Presidente do Banco Central do País. Afetar a credibilidade já é grave em qualquer circunstância, principalmente num momento de estabilização de moeda, onde essa questão é mais fundamental do que nunca.

V. Ex^{as} sabem que o nosso sistema monetário é fiduciário. Como o próprio nome diz, ele depende de confiança. As "acusações", as ilações e as insinuações são absolutamente descabidas. Não vejo nenhum motivo pelo qual a amizade pessoal que tenho pelo Dr. Fernão Bracher e por vários outros, dentro e fora do mercado financeiro, constitua, por si, motivo de suspeita ou motivo de mau comportamento.

Devo dizer-lhes isso de uma forma muito direta e franca. Atinge a minha reputação. Este é o quarto cargo que ocupo na vida pública. V. Ex^{as} sabem que já fui diretor do Banco Central, Secretário de Coordenação Econômica, na SEPLAN e Presidente do BNDES. Não sou funcionário público de carreira, estou aqui presente apenas para auxiliar o País. São coisas claramente danosas à minha reputação moral, sem base, e afetam o programa de estabilização - o que é mais importante - de forma dramática.

Não teriam acontecido as oscilações e as flutuações que aconteceram, em todos os mercados, e as incertezas, se não tivesse havido essa onda de boatos e insinuações. Evidentemente, os boatos e insinuações geram perdas e ganhos. Há interpretações de que os boatos serviram a alguns, mas prefiro não entrar nesse tipo de ilação ou comentário. O fato é que para o País, como um todo, e para a minha imagem pessoal, houve dano expressivo, sim.

É uma irresponsabilidade o que estamos fazendo, do ponto de vista moral e da melhor maneira de conduzir as questões pertinentes ao Banco Central e do programa de estabilização. Pôde-se criticar a conduta do Governo no que se refere ao câmbio. Mas ilações desse tipo são extremamente graves, sem base, sem fundamento, e só servem para denegrir a imagem do País, para complicar o processo de estabilização.

Houve, ao longo desse tempo, várias críticas à atuação do Banco Central. E aí não me refiro às insinuações maldosas, que devo repelir com toda convicção, não só em defesa de minha honra, mas também da credibilidade que devem ter o Banco Central e o Governo nessa matéria, e pelo prejuízo que causaram ao País. Falo de outro tipo de críticas, as substantivas, não ao movimento da banda, como tal, mas ao fato de que esse movimento teria sido confuso, não teria sido claro o suficiente e teria gerado perda de reservas.

E aí devo fazer dois comentários separados. O primeiro é um comentário sobre o que é um surto especulativo e se há perda ou não de reservas. Já falei sobre perda de reservas. A venda para os bancos ou a recompra dos bancos não é perda nem ganho de reservas, necessariamente, para o País. A perda ou o ganho para o País estão associados aos processos primários de exportação e importação, remessa e transferência.

No entanto, há críticas que foram veiculadas, primeiro, para dizer que o movimento foi confuso, que houve anúncio, por uma circular, de uma certa sistemática de bandas, e, na sexta-feira, houve anúncio de uma outra sistemática de bandas e isso teria motivado um surto especulativo.

Quero dizer, antes de mais nada, que surtos especulativos, em alguns casos, são corretos, mas o nosso foi absolutamente *sui generis*. Surtos especulativos ocorrem quando os mercados financeiros antecipam que a posição de câmbio sustentada pelo Banco Central não é coerente com o lado fundamental da economia.

Este surto especulativo é especulativo ao propiciar ganhos fáceis, mas tem base na realidade, porque, na verdade, a taxa de câmbio precisaria ser mudada mais cedo ou mais tarde. Há inúmeros casos de surtos especulativos bem sucedidos, como é o caso recente de um surto especulativo contra a libra, que levou à sua desvalorização em relação às outras moedas européias.

Há inúmeros casos históricos também de surtos especulativos mal sucedidos, quando os agentes financeiros pensam que existe uma situação, na verdade, insustentável, pensam que a taxa de câmbio está equivocada do ponto de vista dos fundamentos da economia e fazem uma aposta, o Banco Central contra-arresta a aposta e, aos poucos, o próprio mercado se convence de que havia um equívoco de sua parte.

Tivemos, só para falar do ano passado, exemplo de um surto especulativo bem sucedido contra a libra e outro mal-sucedido contra o franco, para dar dois exemplos recentes.

A existência de um surto especulativo é algo natural toda vez que não há um sistema de livre flutuação. Cabe ao Banco Central determinar se aquele surto especulativo é uma onda de irracionalidade ou se de fato é um surto especulativo que corresponde o lado fundamental da economia. Se corresponder ao lado fundamental da economia, não deve o Banco Central contra-arrestar o surto especulativo. Pelo contrário, deve ajustar a posição mais rápido. Mas quando o surto especulativo é irracional, não tem base nos fundamentos, a atitude correta do Banco Central é contrarrestá-lo. Nós o fizemos, com máxima presteza, na própria quinta-feira, nos leilões de compras, e no anúncio de medidas na sexta-feira. Não foi a primeira vez que o fizemos. Narrei a V. Ex^{as} que no final de dezembro do ano passado tivemos um episódio de magnitude, aproximadamente metade da deste episódio, que o Banco Central estará preparado para deixar claro, em qualquer momento do tempo, que está disposto a utilizar de todo o seu arsenal de instrumentos regulatório, monetário e cambial para assustar qualquer ataque especulativo contra a moeda.

Da mesma forma como teve a flexibilidade de alterar banda por sua decisão, não porque pressionado por taxa especulativa, mas por sua decisão quando percebeu que a situação do País estaria a recomendar um processo de valorização menos intensa da nossa moeda.

A circular, editada na sexta-feira, veio aclarar definitivamente alguns equívocos de interpretação. Como V. Ex^{as} sabem, e o Banco Central o demonstrou na prática nas ações, nós tínhamos uma disposição sinalizada muito claramente no sentido de não permitir que a taxa de câmbio, ao longo de um determinado período, ultrapassasse o teto de 0.93 centavos. Tínhamos também uma preocupação inicial, na primeira semana, que não ultrapassasse o teto de 0.90 centavos. Sinalizamos isso com uma banda que ia até 90 centavos, sinalizamos com um leilão a termo, o que, na verdade, é uma maneira muito clara e inequívoca de sinalizar. Se alguém está se dispondo a vender a prazo, ou seja, num dado prazo no futuro, é uma disposição muito clara que, a não ser que a pessoa tenha coerência da autoridade monetária, evidente que é uma sinalização clara e "inambígua" que não se deixará que aquela taxa ultrapasse aquele montante, naquela ocasião.

Nossa visão desse processo é que o leilão a termo era uma inovação, foi percebido como inovação certamente. Consideramos melhor, no entanto, reforçar essa inovação com o anúncio formal da banda a 0.93 centavos para reforçar a nossa intenção clara e "inambígua" de não deixar que o câmbio ultrapassasse esse teto de 0.93 centavos.

Reforçamos, portanto, a nossa determinação prática, expressa pelo leilão a termo de 0.98, de forma "inambígua", do ponto de vista do mercado, com uma nova banda, com o teto de 0.93.

Questão que surge, mas por que houve um aumento do mínimo de 0.86 para 0.88? Evidentemente a taxa já esteve em 0.86 em vários momentos no passado. É óbvio que se o Banco Central estava disposto a mudar o regime de bandas é porque não achava que a taxa de 0.86 seria uma taxa adequada, caso contrário é só sinalizar para o mercado que gostaria de vê a taxa de câmbio encostada no limite superior da banda anterior.

O efeito, no entanto, se deixaria mais claro e mais evidente se o Banco Central anunciasse, de uma forma inequívoca, o seu patamar mínimo. Foi o que fizemos anunciando a 0.88. A idéia era demonstrar, muito claramente, a nossa determinação no sentido de evitar uma apreciação muito forte da nossa moeda.

Pensamos que deixando claro qual era o limite mínimo do Banco Central teríamos uma sinalização mais eficaz. Podíamos não tê-lo feito. Ter feito leilões sistemáticos de compra em 0.88, e podíamos ter feito leilões sistemáticos de venda em 0.93, e o mercado, como V. Ex^a sabem, é muito pragmático e extremamente racional, em breve entenderia que tem um piso em 0.88 e o teto em 0.93. Podíamos ter adotado esse curso de ação. Preferimos, no entanto, diante do surto especulativo, que a readequação dos limites da banda teriam um conteúdo informativo mais claro. Em outras palavras, do ponto de vista de informação, era mais claro redefinir a banda do que anunciar uma série de leilões de compra a 0.88 e uma série de leilões de venda a 0.93.

Era importante, naquele momento, para tranquilidade, que se dissesse claramente, ao invés de deixar que o mercado inferisse na prática, quais eram as balizas de compra e venda do Banco Central. Foi isso que fizemos, foi essa intenção que norteou a segunda circular do Banco Central.

A idéia de utilizar as bandas por seu conteúdo informativo já estava presente, aliás, desde segunda-feira. Os senhores sabem que a banda de 83 a 86 não era uma banda anunciada formalmente mas percebida pelo mercado pela inferência da frequência de intervenções do Banco Central vendendo a 86 e comprando a 83. Achamos que uma das grandes vantagens do sistema de bandas é, evidentemente, a informativa e sinaliza com muita clareza.

No momento de confusão, de irracionalidade, julgamos que seria conveniente afirmar, com toda a clareza, ao invés de deixar mais um ou dois dias para que o mercado percebesse através dos leilões de compra e de venda. Esse foi o motivo que nos levou a uma segunda circular, basicamente reforçando o conteúdo de informação da banda de câmbio.

Eram esses os esclarecimentos que pretendia dar aos senhores. Peço perdão se me alonguei um pouco mais do que devia, mas é que o universo de questões era muito importante que fosse explicado aos senhores, os motivos do sistema de bandas, algumas de suas características. Era importante que explicasse aos senhores o motivo que nos levou à alteração do sistema de bandas, alguns aspectos operacionais, modificações que estamos fazendo, necessárias ao bom funcionamento do sistema de bandas. Era importante que fosse esclarecido aos senhores as insinuações, manifestasse aos senhores o meu absoluto repúdio diante da série de insinuações e dos danos que causaram a minha imagem, à imagem do Banco Central e à imagem do Governo e à do País como um todo.

Pedindo perdão por ter me alongado, estou à disposição dos senhores para perguntas, tanto quanto necessário.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Após a exposição do Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, passaremos à lista de inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente. notamos que sempre que acontecem mudanças de política econômica, de câmbio, surgem essas insinuações a que o Sr. Pêrsio Arida se referiu sobre vazamento de informações. Acredito que isso aconteça talvez até em função da insuficiência da legislação brasileira no sentido de criar mecanismos que possam detectar isso mais eficazmente e punir de maneira mais eficaz também.

A imprensa tem levantado, e é um fato, essa verdadeira simbiose que existe, ultimamente, entre diretores de instituições financeiras públicas, que, depois que saem do Banco Central ou de outros bancos, passam para a iniciativa privada.

Já existem algumas iniciativas de legislação, tanto na Câmara quanto no Senado - inclusive um projeto do ex-Presidente Itamar Franco -, que inibem essa ação.

Gostaria de saber qual a posição do Governo sobre a proposta de quarentena, que já tem algumas iniciativas legislativas nesse sentido, para diretores de instituições financeiras públicas, a exemplo do que acontece em outros países, como Estados Unidos e França.

A segunda pergunta é a seguinte: V. S^a disse que no período entre 1º e 10 de março - embora não seja um objetivo do Banco Central ter lucro - o lucro da mesa de câmbio do Banco Central foi da ordem de 82 milhões de dólares.

No dia 10, quando o Banco Central abriu o leilão, comprando dólar a 0,888 centavos de real, algumas instituições financeiras, como Banco do Brasil, Bamerindus e Bozano, Simonsen*, apresentavam lances em torno de 0,865.

Gostaria de saber por que o Banco Central abriu aquele leilão comprando já a 0,888 e, inclusive, coincidentemente com os mesmos valores que algumas instituições financeiras estavam oferecendo. E, se foi feito um levantamento do ponto de vista de lucro - embora este não seja o objetivo do Banco -, se o Banco tivesse entrado comprando a 0,865, qual teria sido esse lucro auferido pela mesa de câmbio.

E a terceira pergunta é sobre a auditoria que o Banco fez. Gostaria, inclusive, de louvar a iniciativa, até porque essas medidas tinham sido objeto de sugestão da nossa representação, que integramos no dia 08, quando propúnhamos uma investigação no âmbito do Banco, e também uma auditoria.

Gostaria de lembrar uma frase, não desejando fazer qualquer insinuação.

Primeiro, uma pergunta: esse ensaio estatístico que foi feito entre instituições financeiras, que chegou à conclusão de que apenas duas teriam lucro acima da média mais um desvio padrão, e nenhuma acima da média mais dois desvios padrões, também foi no período de 1º a 10?

Existe uma frase, não me lembro de quem, que diz o seguinte - desculpem-me pela piada um pouco politicamente incorreta: estatística é igual a biquíni: mostra muito coisa, mas esconde o principal.

A minha pergunta é a seguinte: uma instituição financeira que tivesse tido alguma informação privilegiada no período de 1º, 2 e 3, tivesse comprado um grande volume de dólares e os vendido no dia 06, teria auferido um lucro baseado numa informação privilegiada. Essa mesma instituição, depois do período de instabilidade e intraquilidade que houve do dia 07 até o dia 10, poderia, em função da própria especulação e da ação do Banco Central no dia 10, ter perdido esse lucro que auferiu no dia 6 em função daquela informação privilegiada.

Não temos informações - isso, inclusive, estava dentro do requerimento -, mas uma garimpagem que fizemos nos dados do SISBACEN detectou que, particularmente, três instituições teriam tido um movimento de compra de dólar atípico no período de 02 e 03, tendo desovado esses dólares no dia 06.

Uma forma de detectar isso seria ampliar o grau, o leque do período da nova estatística, para ver se essas instituições em outras épocas teriam tido uma iniciativa desse tipo, um volume de compra atípica em função de suas posições anteriores.

Gostaria de saber se está nos planos do Banco Central, particularmente nessas três instituições, fazer uma análise mais ampliada, do tipo de 60 dias, na forma da sugestão que fizemos de ver se eles fizeram naquele período de 02 a 06 um volume de compra maior do que 20% do que a média dos últimos 30 dias.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central, gostaria de pedir novamente aos Srs. Senadores que tentassem perguntar objetivamente e ao Presidente do Banco Central que respondesse objetivamente, porque temos 15 inscritos. Se cada pergunta e cada resposta demorarem 5 minutos, vamos ficar até às 16 horas. Acredito que temos sessão do Senado às 14h30min. Acredito que o Dr. Arida também tem muito trabalho no Banco Central.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Muito obrigado, nobre Senador José Eduardo Dutra. Vou tentar responder as várias perguntas que o Sr. levantou. Primeiro, vou falar sobre a conveniência de estender o período. A resposta é claramente positiva nós confinamos atenção nesse período porque, evidentemente, é um período mais crítico. Se tivesse no *insider*, poderia ter havido lucro extraordinário, inclusive na semana anterior e durante a própria semana. Para dar um exemplo ao senhor, *insider* que soubesse cada decisão do Banco Central teria tido lucros obviamente extraordinários.

É sempre possível que uma instituição compre na quinta e venda na sexta, compre na sexta e venda na segunda-feira. Na verdade, pode haver lucros ou perdas ao longo do caminho. É verdade, o fato de ampliar o período de observação está nos nossos projetos; ainda não fizemos, mas vamos fazê-lo para inclusive termos uma base mais ampla de comparação.

Eu queria observar o aspecto da estatística. Eu próprio, quando fiz meu curso de doutorado, especializei-me em cronometria. É evidente que existe hoje, de um lado, um certo descrédito, porque podem-se provar estatisticamente muitas coisas diferentes. No entanto, eu diria que a estatística, embora não seja um instrumento "inambíguo", é um instrumental, é uma ferramenta muito importante. Temos estatísticos de ótima qualidade, funcionários de carreira do Banco Central, que vão estender a observação do período. Eles têm um instrumental estatístico muito apurado. Na minha visão, apesar de a estatística não nos dar resultado "inambíguo", ela nos dá uma presunção, um grau de confiança razoável na análise dos fenômenos.

O fato de ter havido uma curva normal de distribuição, sem peso excessivo numa das pontas, é um indicador muito positivo. O fato de não termos tido um bloco de instituições acima de dois desvio-padrão ou uma instituição acima de dois desvio-padrão é um acontecimento positivo. O fato de as instituições que apareceram e tiveram maior lucro não terem operado nesse período - volto a dizer, com volumes excessivos - também é um dado positivo do ponto de vista da nossa tranquilidade.

Nobre Senador, V. Ex^a tem razão, sua sugestão será, de fato, encaminhada. Estamos trabalhando para ampliar a observação, ou seja, tomar um período anterior a esse para observarmos comportamentos assimétricos.

A minha idéia, inclusive, é comparar esse comportamento de agora com o movimento especulativo que tivemos em dezembro. O objetivo é verificar, na verdade, se são as mesmas instituições. Já sabemos um pouco, mas queremos saber se estatisticamente são as mesmas instituições, se, de fato, o padrão observado agora foi constatado anteriormente.

V. Ex^a sabe que suspendemos o leilão, não entregamos o leilão de títulos cambiais do Tesouro Nacional na quinta-feira. Não o fizemos porque houve dispersão de taxas de juros, em dólar, muito grande. Isso foi interpretado - pode ter sido interpretado - por alguns como sinal de mudança. Foi a primeira vez que não entregamos o título cambial. Mas, de fato, a nossa intenção - nem nossa, nem do Tesouro Nacional - não era comunicar ao mercado que iria haver modificação no leilão, nem era de tranquilizar o mercado oferecendo leilão de papéis cambiais, sabendo que se ia mudar na segunda-feira. Simplesmente não oferecemos papéis cambiais porque havia uma dispersão de taxas muito grande. Por causa de notícias veiculadas pela imprensa, algumas instituições inferiram a idéia de uma mudança de política cambial pelo fato de que não oferecemos os papéis cambiais dois dias antes. Na verdade, aquilo poderia comportar duas leituras diferentes, e a nossa preocupação foi simplesmente a de evitar um leilão com uma dispersão de taxas muito grande.

O assunto da dispersão de taxas leva-me à segunda pergunta feita por V. Ex^a: se o Banco Central tivesse comprado a 0,86 na sexta-feira cedo, não teria tido um lucro maior?

Lembro-me de que as posições de lucros são apuradas, todas de compra e venda, com custo de carregamento, com relação à posição final. Se ela tivesse entrado a 0,86, não é claro que a taxa final teria ficado a 0,88. Então, é um pouco difícil dizer.

Na transação isoladamente considerada, é evidente que o Banco Central oferece comprar a 0,86, tem mais lucro se oferecer comprar a 0,88. Mas volto a insistir: a função do Banco Central não é ter lucros. Tivemos lucros nessa operação. É uma informação que devo dar com tranquilidade e é uma informação que saiu como resultado. Como tivemos que criar um procedimento gerencial de apuração precisa, transação a transação de lucros e perdas de instituições financeiras, estendemos naturalmente para a nossa própria mesa e chegamos ao lucro.

Não é objetivo do Banco Central. As ações do Banco Central são freqüentemente mais eloqüentes do que os atos do Banco Central. Tínhamos a idéia muito clara em deixar que o dólar caísse a 0,86. Se entrássemos comprando a 0,86, seria uma sinalização efetiva de que o piso é 0,86 mesmo. Da mesma forma como entramos vendendo a 0,93, demos a demonstração de que o teto era 0,93.

Era o momento que nos pareceu, dada a confusão que houve na quinta-feira, que ter clareza era a coisa mais importante para a tranquilidade dos mercados. A não ser a banda, e fazer intervenção no ponto mínimo da banda, é a maneira mais clara, mais rápida de tranquilizar os mercados e dirimir qualquer tipo de boatos.

Nosso receio era que, se entrássemos comprando a 0,86, o mercado chegasse a 0,88. Estamos comprando de novo a 0,88. A incerteza sobre qual é o ponto de compra e o ponto de venda, naquele contexto, seria muito danosa ao País como um todo.

Mas V. Ex^a perguntou sobre o leilão de compra de 0,88. Eu queria explicar o procedimento dos leilões de compra. Quando o Banco Central anuncia o leilão de compra ou o leilão de venda, ele não diz a taxa em que haverá o corte: se é um leilão de compra, a partir de que taxa ele não compra mais; se é um leilão de venda, a partir de que taxa ele não vende mais. No caso, é um leilão de compra. Quando as propostas vêm ao Banco Central, elas chegam via SISBACEN com o ponto de compra marcado. Não é marcado que instituição está abaixo ou que instituição está acima.

Se os senhores fizerem uma conta do que é 0,88, verificarão que ele tem uma racionalidade. Calculado, como expliquei aos senhores anteriormente, existe a conta de arbitragem de juros: 0,93, daí a 2 meses deflacionado pelo diferencial de juros internos e externos. dá 0,88 agora.

Então, se o banco que fizesse o cálculo - não sei se foi este o raciocínio ou não - tivesse a presunção de que 0.93 era para valer e que, se o Banco Central estava vendendo a 0.93, a taxa **spot** tinha que obedecer à arbitragem de juros, chegaria por volta desse valor, sim.

Se foi esse o motivo pelo qual algumas fizeram? lances nesse valor, outras acima e outras abaixo, é muito difícil dizer. O nosso corte é independente do julgamento das instituições. É muito freqüente, na verdade, que o corte seja feito em alguma taxa onde tenha alguma proposta. Aliás, é o mais usual.

Se verificarmos boa parte dos nossos leilões, veremos sempre poderá dizer que neste leilão alguém acertou o nível do corte. Mas não é porque alguém acertou, é porque, ao olharmos a lista de propostas, fazemos o corte num determinado nível, e alguém, por definição, acaba acertando aquele nível individualmente considerado.

Com relação à posição do Governo sobre os assuntos pertinentes ao art. 192 e à regulamentação da Constituição, eu diria a V. Ex^a que é uma posição do Governo, e talvez ficasse mais conveniente aos líderes do Governo o pronunciamento a respeito.

Por coerência, não posso deixar de falar do que já falei publicamente: que tenho uma posição favorável a mandatos fixos no Banco Central, com quarentena na saída. Mas falei em outros contextos e a título absolutamente pessoal. Repito aqui por coerência de procedimento.

Há posição do Governo sobre essa matéria, e não me cabe decidir, nem me pronunciar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o eminente Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Estamos ouvindo atentamente V. S^a e acreditamos que numerosas indagações que poderiam ser feitas, já não o serão, em face da exposição.

Cabe-me apenas manifestar alguma preocupação no seguinte plano. Nestas três últimas semanas, no Brasil todo, no noticiário da imprensa, dentro desse cenário, fui acompanhado exatamente pelo "A Nação Pensante". E criou-se, efetivamente, uma inquietação muito grande, e o Presidente do Banco Central acaba de dizer que isso causou um prejuízo muito forte, profundo, dramático, a esta Nação.

Ora, fico imaginando que na medida em que a imprensa noticia uma luta surda entre o Presidente do Banco Central e o Diretor de Assuntos Econômicos do Banco central, e surgem desmentidos aqui e ali, que na medida que a imprensa, os meios de comunicação informam que o Presidente do Banco Central foi demitido ou será demitido pela madrugada, ou não, e vem o Presidente da República e desmente; surge o Ministro do Planejamento e apóia o Senhor Presidente; vem a Diretoria do Banco Central e desmente, e muitas lideranças políticas opõem desmentido, é claro que não há nenhuma restrição à sua conduta, à sua credibilidade. Milton Campos já dizia que governar é sobretudo resistir. E V. S^a tem resistido, em toda a sua vida, a esse problema que existe no Brasil.

Pois bem, essa afirmação e essa não-afirmação, esse desmentido e esse não-desmentido não fizeram paralisar o noticiário, que prossegue até hoje. Ora, isso me faz concluir que há um empobrecimento político e até emocional do próprio Governo, do próprio Presidente da República, do próprio Presidente do Banco Central, porque, por mais que falem, os meios de comunicação continuam falando. Como nós estamos vivendo em uma democracia, com uma imprensa livre - vamos conviver com ela infinitamente -, é necessário - quero concluir - que se estabeleça um sistema em que uma palavra é ouvida, é acreditada: que um comunicado do Banco Central encerra uma discussão. Esse tipo de entrevista, resposta aqui e ali, neste ou naquele local, naquele

corredor ou noutra não resolve o problema. Tivemos esse prejuízo dramático, a meu ver, porque a direção do País e a direção do Banco Central não objetaram, perante a imprensa, perante a Nação, uma palavra definitiva a respeito do que estava acontecendo.

Então, até hoje, os fatos estão aí: o Presidente do Banco Central está aqui, mas amanhã haverá um noticiário contrário ao que S. S^a está falando.

De maneira que pergunto: o que temos que fazer? Esse problema envolve até mesmo conceitualidade. É partir para a autonomia do Banco Central? É proibir que o pessoal do Banco trabalhe no setor privado? Como seria um entendimento, dentro do Governo, para que alguém do Governo falasse e essa fala representasse uma decisão, uma afirmação na qual a Nação pudesse se firmar e acabasse esse tipo de especulação que provoca a indignação do Presidente do Banco Central e o nosso empobrecimento político? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Presidente do Banco Central.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Senador, antes de mais nada quero agradecer suas palavras de apoio e conforto.

Devo dizer-lhes que os presidentes do Banco Central, no mundo inteiro, falam pouco, e não pretendo ser exceção à regra.

Essa série de notícias, boatos, essa coisa toda, foi muito prejudicial ao País; não tenho a menor dúvida. Temos uma imprensa livre - e é bom que seja assim -, mas acho que cabe a todos nós, ao Governo, ao Senado, às lideranças responsáveis do País colocar balizas nesse processo.

Ao Presidente do Banco Central não seria ideal este papel - vou colocar dessa forma - que cabe às lideranças políticas do País. O próprio Presidente da República se pronunciou a esse respeito ontem.

A pergunta de V. Ex^a me permite também mencionar algo com relação a essas notícias constantemente veiculadas na imprensa sobre desentendimentos internos, brigas e articulações, grupos de poder. Há histórias para todos os lados.

Permitam-me reafirmar, mais uma vez, que o que se convencionou chamar de equipe econômica, na verdade, trata-se hoje de um Governo como um todo que funciona de forma muito colegiada. Trabalhamos em conjunto, somos amigos pessoais há muitos anos; tivemos, todos nós, trajetórias de vida diferentes, mas trabalhamos de forma colegiada e com laços pessoais de amizade e respeito muito profundos.

As discordâncias aqui e ali sempre existiram. Se alguém taquigrafasse nossas discussões, se houvesse a memória desse processo, desde há um ano e meio, quando o então Chanceler Fernando Henrique assumiu o Ministério da Fazenda, até hoje, saberia que houve inúmeros episódios em que existiam discordâncias, opiniões divergentes sobre a maneira de conduzir, sobre câmbio, juros, processo de desindexação, Fundo Social de Emergência, inúmeros processos. Divergências são absolutamente naturais, daí se imaginar que existe disputa por poder, grupos organizados, eixos de articulação, é uma visão claramente equivocada. Nós decidimos e trabalhamos buscando o consenso; há sempre discussões exaustivas entre nós. Divergências são naturais e devem existir entre pessoas diversas; é natural que existam.

Mas criou-se um clima conspiratório de fracionamento que dá à opinião pública a impressão de um Governo fracionado. As histórias mudam; dependendo do jornal, do colunista, vemos histórias com alianças diferentes, jogos de poder, etc, que são absolutamente infundados.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - Todos falam; se apenas um falasse, o País podia acreditar. Então, é preciso estabelecer um sistema. Por exemplo, na sua área,

quem é que fala, quem é que divulga um comunicado? Porque, senão, na próxima semana, vamos ter uma outra crise.

O SR. PÉRSIO ARIDA - V. Ex^a não tenha dúvida que vamos falar cada vez menos, aliás é o que a experiência internacional recomenda para a presidência do Banco Central: o pronunciamento nesta Casa, que é, inclusive, o seu fórum natural. Não tenho dúvida que mais um pouco de tempo essa coisa toda vai se dissipar. Mas serve para todos nós, para o País, como um alerta de quão danoso, sem controle e responsabilidade pode ser esse processo sequencial de difusão de notícias infundadas.

V. Ex^a verá que notícias de disputas internas variam de jornal para jornal, de colunista para colunista. É possível que alguém consiga uma história coerente lendo as várias coisas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Srs. Senadores, pretendo fazer uma pergunta e, posteriormente, uma reflexão.

A pergunta repete aquela que formulei ao Ministro do Planejamento há exatamente uma semana e que não foi respondida. Na verdade, essa pergunta questiona todo o curso, como chamou o Dr. Pérsio Arida, toda a direção que o Banco Central vem adotando em matéria de política cambial e que S. Ex^a considerou que não foi questionada. Duvido; penso que tem sido questionada. A adequação foi questionada especialmente, mas não exclusivamente, quanto a sua tempestividade.

Quando se adota uma correção dos valores da cotação em moeda estrangeira num tempo descompassado em relação a advertências, a proposições e colocações que vinham sendo feitas desde setembro do ano passado, acho que há uma profunda divergência. E essa divergência é focalizada por todos aqueles que têm avaliado o que vem acontecendo com a exportação no Brasil, com a importação, com a feérica importação.

Os setores industriais que exportam e que puderam compensar até aqui o que sabiam que iam perder ao exportar, carregando na importação, conseguiram se salvar. Não foi o caso dos calçadistas, da indústria moveleira, por exemplo, que não tem matéria-prima para importar, nem subsidiariamente ao seu processo produtivo. Foram penalizados os agricultores, especialmente os pequenos, que não têm pela via da agroindústria o mecanismo de compensação.

Queria apresentar, não isoladamente ao Presidente do Banco Central, a minha divergência, a divergência do meu partido, que vem sendo expressa até construtivamente. Por isso, realmente, não temos um questionamento a fazer sobre a direção, mas seria absolutamente desonesto da minha parte não divergir quanto à tempestividade. Quanto à forma, ou seja, quanto à operação, acho que as explicações do Sr. Presidente de Banco Central foram bastante didáticas, cautelosas e não pretendo sobre elas discorrer.

Quero repetir a pergunta que fiz ao Ministro José Serra. Estamos caminhando - essa foi a pergunta que fiz terça-feira passada - para um déficit na conta de serviços de US\$ 15 bilhões. O Governo considerava a hipótese de um superávit na balança comercial, ou seja, apenas importação *versus* exportação, de US\$ 5 bilhões. O Ministério da Indústria e Comércio anunciava para fevereiro um superávit de US\$ 200 milhões. A Receita Federal - essa pergunta foi feita terça-feira passada - informava que teria havido um déficit de US\$ 1,2 bilhão.

Não estamos construindo o superávit da balança comercial, pelo menos até aqui. Estamos agravando o déficit na conta de serviços, e esse é mais ou menos inexorável - eu penso. Estamos sustentando o capital volátil - e nesse último fim de semana tivemos uma excelente bibliografia a recolher sobre o dinheiro esperto, sobre o

dinheiro de motel, como insisto em chamar. O dinheiro de motel não vem aqui para casar, para gerar filhos, empregos, empresas: vem aqui para fazer aventuras - dinheiro de motel. Estamos recompensando esse dinheiro de motel com taxas de juros tão obscenas quanto os piores usos de um motel, posto que não são praticadas em nenhum outro lugar do mundo próximo - e incluo no mundo próximo a Argentina e o México. Quem paga é o Governo, que tem uma dívida interna de US\$ 60 bilhões aproximadamente, e isso consome mais US\$ 2 bilhões por mês, pelo menos.

Acho que este cenário, Sr. Presidente, que decorre do modelo de política cambial que V. Ex^a tão bem descreveu, e considero a descrição perfeita, me levava a fazer mais uma pergunta ao Senador e Ministro José Serra. É confortável para V. Ex^a uma reserva cambial de US\$ 25 bilhões, como os jornais daquele dia, 14 de março, lhe atribuíam? Tenho aqui as notas taquigráficas da sua resposta. Não respondeu nem sobre o déficit - tenho as notas taquigráficas posso alcançá-las a V. Ex^a -, porque disse que não tinha os números. E aqui reitero meu profundo respeito à inteligência e à seriedade do Senador José Serra, hoje Ministro do Planejamento, mas não tive a resposta, e continuo inquieto. Todos os Líderes do meu Partido têm manifestado grande preocupação com a geração desse déficit que vai reduzir as nossas reservas.

E a última parte da pergunta. Desse saldo da reserva cambial, seja US\$ 25, 30, tomara que seja 40, no fim do ano, quanto será dinheiro quente e quanto devemos imaginar que possa ser dinheiro de motel? Isso é muito grave, porque foi o dinheiro de motel que despencou, que fez desmontar economias vizinhas à nossa.

E só para rematar esta observação, peço desculpas se me alonguei, neste fim de semana, como fiz menção, economistas tidos como liberais, aconselharam que o Brasil se liberte, ou seja, não guarde a dependência que lhe vem sendo imposta, em relação a este tipo de dinheiro. Referindo-se aos seus ex-alunos dizia: "esses rapazes querem ganhar dinheiro fácil e não têm nenhum constrangimento em quebrar um país". E nós estamos reverenciando esses rapazes.

A segunda colocação é de natureza moral. Meu Partido não faz parte da sustentação do Governo. Todavia, talvez V. Ex^a não saiba, mas fui responsável pela antecipação da sua votação.

O SR. PERSIO ARIDA - Eu sei disso.

O SR. ESPERIDIAO AMIN - Ao relatar o sentimento de dever que nutre a gente do meu Estado... O dever daquela mulher que foi pagar a prestação, porque o dia era aquele. Era dia de votar, nós tínhamos que votar, é do meu dever respeitar a honra alheia. Tenho uma ponderação a lhe fazer. Ontem participei com o Senador Roberto Freire de um programa de televisão em que ficou constatado que não é a pessoa que está cometendo equívocos. É sistema que facilita uma promiscuidade, que já foi aqui observada pelos que me antecederam.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu pediria a V. Ex^a que concluísse, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Minha colocação é a seguinte: se o País teve prejuízos, Dr. Pêrsio Arida, creio que esta questão deve ser transformada num exemplo. V. S^a merece de minha parte aqui a reafirmação, eu votaria hoje de novo a sua indicação, portanto, estou afirmando que tenho confiança na sua competência e na sua honorabilidade. Este voto continuaria sendo seu, mas tenho o direito de lhe pedir: não deixe passar em branco o prejuízo do País. Ou seja, se alguém provocou, pela via da boataria, prejuízo ao País, cobrem, principalmente para que a viúva não pague também. Finalmente um conselho: no momento da borrasca, só o comandante do barco deve falar. No momento da dificuldade, o Banco Central deve ter uma só voz. Prudente e parcimoniosa, mas uma só.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Dr. Pêrsio Arida.

O SR. PÊRSIO ARIDA - Antes de mais nada, Senador Esperidião Amin, devo agradecer de público a confiança e suas palavras de encorajamento. Soube da importância da sua atuação quando da votação do meu nome, e fico muito emocionado. Fico muito emocionado mesmo com a repetição, aqui de público, do mesmo voto de confiança neste momento.

V. Ex^a fez uma série de indagações, que vou tentar responder. A primeira delas é quanto à tempestividade, ao momento em que a alteração foi feita. O que disse aqui é que não se questionou a direção, ou seja, nós não tivemos a observação, analistas dizendo que nós não deveríamos ter feito esse movimento. A direção foi claramente bem compreendida. Tivemos, sim, e neste sentido o senhor tem toda a razão, muitos analistas dizendo que o movimento veio tarde, já devíamos tê-lo feito antes. Gostaria de listar, no entanto, várias outras providências que adotamos nesta direção. O senhor sabe que a primeira providência, só para falar de eventos deste ano, foi uma clara reversão das limitações aos adiantamentos do contrato de câmbio que haviam sido impostos o ano passado. Revogou-se, logo em janeiro, os depósitos compulsórios; as linhas voltaram a ser da amplitude anterior. Fizemos um movimento importante no que tange a carros, praticamente carros importados, que foi o aumento de alíquotas. São todos movimentos que fazem parte de um conjunto de política. Estamos trabalhando em vista da desoneração fiscal das exportações também, que vai ser um outro impulso nesta direção. Mas o senhor tem razão quando diz que a **performance** da balança comercial recente é preocupante, que nós temos que reverter. O País tem que gerar saldo expressivo na balança comercial sem a menor dúvida. Nós não devemos pensar que saldos devem ser gerados apenas com instrumento de câmbio. É um conjunto de instrumentos. A desoneração fiscal dos exportadores é importante, o desaquecimento do mercado interno também é importante neste sentido. V. Ex^a sabe que muitas das exportações são, na verdade, voltadas, são desviadas para o mercado interno, quando o mercado interno está muito propício.

Isso não é factível aos calçadistas ou aos produtores de laranja, para dar dois exemplos nos quais a absorção do mercado doméstico é inexistente. No entanto, para papel e celulose, por exemplo, essa conversão é possível.

Estamos muito atentos, é nossa obrigação tomar todas as medidas de caráter monetário, fiscal e cambial, para assegurar um superávit expressivo da balança comercial.

O caso dos calçadistas, de todos os casos lembrados por V. Ex^a, é o que me parece, talvez, o mais dramático deles, do ponto de vista de perda de competitividade, inclusive pela dimensão social associada à característica da produção de calçados no sul do País.

V. Ex^a fez a pergunta com relação à balança de serviços, sobre o que seria um número razoável.

Em 1993, tivemos números como 15,3 bilhões de dólares de déficit na balança de serviços. Em 1994, esse número sofreu uma queda para 14,3 bilhões de dólares, mais ou menos. A nossa previsão para 1995 é que ele deve, certamente, ultrapassar os 15 bilhões de dólares; ou seja, não temos, do ponto de vista da balança de serviços, algo que nos permita deixar de prestar atenção na balança comercial.

Estou falando a V. Ex^a com muita franqueza e clareza.

Com relação ao volume de reservas, antigamente as informações eram divulgadas com noventa dias de atraso. Se não me falha a memória, a partir de 1986 começou-se a divulgá-las com sessenta dias de atraso. O número de janeiro, que está

saindo agora, é da ordem de 38.2 bilhões de dólares - conceito liquidez, na posição de janeiro.

Vai ser publicada uma nota do Banco Central, entre hoje e amanhã, explicando isso, mas essa é a informação mais recente que temos.

A questão do nível de conforto de reservas ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. PÉRSIO ARIDA - Entendo a pergunta sobre fevereiro. Apenas gostaria de lembrar a V. Ex^a que estamos mantendo uma sistemática de mais de dez anos nesse aspecto. Isso são reservas do Banco Central, não do País, que é um número maior.

Quanto ao nível de conforto nas reservas, essa é uma questão delicada. A visão intuitiva que se tem é de "quanto mais, melhor". Reserva, no entanto, tem um custo. A reserva é um ativo do Banco Central, remunerada a taxa de juros mais **libor**.

As reservas brasileiras têm um manejo muito prudente, ou seja, colocamos as reservas em uma aplicação sem qualquer tipo de risco, o que é bom, de um lado, mas tem um custo, porque o ganho é muito pequeno sobre as reservas. É claro que se estivéssemos dispostos a comprar papéis de países de Terceiro Mundo teríamos ganhos muito mais altos, mas poderíamos correr algum tipo de risco, e preferimos não fazê-lo. As reservas são aplicadas de uma forma ultraconservadora. Isso faz com que exista um custo.

Se pudéssemos fazer um balanço simplificado, como Tesouro mais Banco Central, veríamos, de um lado, os 38 bilhões no ativo, mais um passivo de 60; e o passivo de 60 cresce a taxas muito mais rápidas do que cresce o ativo de 38.

Isso é um fato, e significa que, na verdade, ter um nível excessivamente alto de reservas, tendo como contrapartida passivo interno nessas taxas de juros, não é recomendável. Daí não se segue, evidentemente, que se deva ter um nível muito baixo de reservas, porque para a estabilidade do câmbio é necessário tê-las num montante expressivo. O "x" da questão está na taxa de juros doméstica, a taxa de juros interna.

Hoje, estamos com taxas de juros extremamente elevadas. São taxas de juros que certamente inibem a atividade produtiva. Não tem um efeito maior porque, na verdade, nem todo o sistema reflete essas taxas de juros.

O BNDES, por exemplo, baseado no Fundo de Amparo ao Trabalhador tem taxas de juros de longo prazo. Portanto, o custo, na verdade, é muito mais baixo. Como taxa de referência para o sistema, a taxa que estamos praticando, a taxa de custo-reserva, da ordem de 4, 4,2% ao mês, é extraordinariamente elevada. Essa taxa, na verdade, tem que diminuir, sim. Fizemos uma diminuição de taxas de janeiro até esse episódio. A taxa estava em 4,2, 4,3, em janeiro. Foram caindo ao longo do tempo e já estavam em 3,2, antes dos episódios especulativos.

A subida, de novo, ao patamar anterior a janeiro foi temporária e aconteceu num momento em que nos pareceu ser importante, depois de todo o instrumento para "contra-restar" um ataque especulativo. Mas o senhor não tenha dúvida, ela tem que cair. A taxa está hoje em níveis muito elevados.

Taxas de juros muito elevadas têm alguns efeitos positivos: inibem a formação de estoques, por exemplo. As taxas muito elevadas têm efeito, às vezes, depressivos. Para dar um exemplo, vários preços agrícolas são efeitos de taxas de juros altas. Por que os preços agrícolas caíram tanto? Cada preço agrícola tem sua peculiaridade, mas, em última análise, aconteceu com os preços agrícolas o mesmo que aconteceu com o preço dos carros usados. Taxas de juros altas derrubam os preços.

Não tenho dúvidas de que nossas taxas de juros estão absurdamente altas hoje; têm - repito - que cair. Vamos retomar a trajetória de queda que já tínhamos empreendido desde janeiro.

A questão dos capitais voláteis, "dinheiro de motel", como o senhor coloca, é muito importante. Se o capital volátil for para a Bolsa de Valores, o fato não é tão preocupante, porque, quando todos quiserem sair, a Bolsa cai. Há ganhos e perdas na Bolsa de Valores. Mas se o capital for para a compra de títulos do governo, aí, sim, coloca-se a questão.

Temos um instrumento importante sobre isso: é o chamado IOF, porque, na verdade, recupera parte do ganho. Mas o senhor terá o meu empenho, e de todo o Banco Central, no sentido de fazer com que essas taxas de juros caiam mais rapidamente.

É uma pena que a turbulência tenha continuado nessas duas semanas. Caso contrário, já teríamos tomado atitudes nessa direção, revertendo o que foi uma subida em um dia específico. Pretendemos fazê-lo, porque acreditamos que a taxa de juro imposta, embora não possa ser muito baixa, não deve cometer o pecado de ser excessivamente alta.

Taxas de juros excessivamente altas não só remuneram, atraem o "dinheiro de motel", que é um dinheiro muito perigoso, sem a menor dúvida, porque inibe o processo de investimento e tem uma eficácia, a partir de certo ponto, duvidosa sobre a formação de poupança.

Há uma lição importante sobre a importância do fortalecimento do processo de poupança doméstica, que se deve tirar da crise mexicana. Foi-se a época - felizmente, o Brasil nunca "embarcou nesta canoa" nos tempos recentes - em que se dizia que o país não precisava poupar porque tinha poupança externa para financiar seu déficit em conta-corrente e seu volume de investimento. O que o exemplo do México nos demonstrara é que, na verdade, o acesso à poupança externa é mais escasso do que imaginávamos. Temos que trabalhar ativamente no sentido de fortalecer a poupança interna. Para isso não é preciso ter taxas de juros tão altas como as que temos agora.

As cadernetas de poupança, em particular, têm uma rentabilidade que, por qualquer critério que se tome, extraordinariamente elevada. Há escopo, portanto, para a diminuição de taxas, sem prejuízo da captação em caderneta de poupança.

Muito obrigado. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sobre as questões relativas aos abalos do País é que gostaria de ouvir, foi parte da minha reflexão. Eu gostaria de saber se há possibilidade de alguma providência ou gerar punição a quem tenha produzido. Pela difusão de inverdades, é crime. Lembra aqui o nosso Corregedor que isso é crime, ele entende do assunto. Portanto, eu gostaria de ouvi-lo a esse respeito.

Finalmente, Sr. Presidente, com a sua tolerância, eu queria que V. Ex^a nos convidasse para inaugurar a taxa de juros boa, principalmente aqueles Senadores que votaram de boa fé nos 12%.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Sr. Presidente, entendo que seria importante também que V. Ex^a convidasse os membros da Comissão de Economia para visitar o Banco Central, efetivamente, e para ter uma idéia de como funciona a sua mesa de câmbio. Seria muito importante, para se tirar uma série de dúvidas, que a sua assessoria marcasse um dia e nós o comunicaríamos aos Srs. Senadores.

Concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Sem dúvida, a idéia é muito oportuna. Convido todos os membros da Comissão e outros Senadores que a eles se quiserem juntar para fazermos uma visita ao Banco Central, ao detalhamento da forma de operações e, depois, teríamos um almoço com a Diretoria do Banco Central.

A questão de perdas ao País, de danos ao País, pode ser vista de várias maneiras. A primeira delas aparece nas cotações de títulos brasileiros no exterior. Isso é um sinal inequívoco de confiança no País. São títulos tipicamente emitidos com taxas de juros fixas, quando o preço de mercado cai muito: é como se houvesse uma sinalização para toda a Comunidade Econômica e Financeira Internacional que há menos confiança no País.

Para V. Ex^{as} terem uma idéia do que estou falando, as taxas dos chamados **IDUs**, que é um tipo de título no exterior, cujo nome é um exemplo de como não fazer **marketing**, porque o nome é, em inglês, "Juros Devidos e Não Pagos", um exemplo de **antimarketing** do País.

Esses títulos, conhecidos como **IDUs**, tiveram quedas de preço que fizeram com que a rentabilidade do novo preço até o valor subisse de número, como 14%. São títulos em dólar, chegando a quase 20%.

Isso é uma sinalização de falta de credibilidade no País muito grande. Aliás uma sinalização de quem não tem o que questionar, porque a queda é do mercado. O mundo inteiro vê a cotação, vê que ela caiu; é um sinal inequívoco. Não estou referindo-me a quem compra e vende, mas ao resto do mundo que teve uma perda de confiança no País.

A queda das Bolsas foi muito expressiva. Tivemos uma recuperação no dia em que se percebeu que a intervenção do Banco Central tinha sido decisiva, de 25% de subida da Bolsa num determinado dia. Mas havia caído 30% e, na verdade, voltou a cair depois.

Excessiva volatilidade em Bolsa de Valores também não é bom para o País. Que investidor externo pode investir se não sabe se a Bolsa ou se os papéis de companhias brasileiras podem cair 30% numa semana, subir 25% em um dia? A dimensão de risco fica tão associada que o fluxo de capitais para a Bolsa de Valores, que é um fluxo importante, é mercado de capitais, é um financiamento na forma de compra de ações, não é um financiamento oneroso às companhias, fica claramente obstaculizado.

Os números - não me recordo de memória - mostram claramente a queda muito forte no volume de entrada em aplicações de risco no País.

Estou dando, nobre Senador, apenas dois exemplos de efeitos danosos ao País, causados por essa turbulência toda.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Antes de passar a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, peço aos Srs. Senadores para evitarmos de entrar em discussões acadêmicas ou comentários acadêmicos, porque ainda temos 11 escritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, Dr. Pêrsio Arida, ao mudar a política cambial, o Governo estava tentando evitar cair na armadilha mexicana, reforçando o ajuste fiscal para não depender tanto da âncora cambial e das taxas de juros altos.

Comparando a situação da sexta-feira, dia 03 de março, com a de hoje, verificamos que, naquele dia, o Governo operava sem uma banda formal, portanto, com uma forma mais flexível de ancoragem cambial. Com os últimos eventos, conforme V. S^a aqui mesmo testemunhou, o Governo perdeu reservas e teve a sua credibilidade em boa parte atingida. Foi levado a se comprometer com uma banda estreita por prazo indeterminado, segundo suas próprias declarações por muito e muito tempo. Bastou o Governo explicitar uma banda rígida no dia 10, para que o mercado futuro reagisse, negociando dólares a valores superiores ao limite de R\$0,93, desde a semana passada até ontem, quando houve transações para 30 dias, a R\$0,937.

Por outro lado, o Ministro Pedro Malan declarou ontem, na Alemanha, que os limites da banda não são propriamente tão rígidos. Na verdade, a sua frase foi que "o Governo optou por reter uma margem de flexibilidade".

Esses fatos não demonstram que a sustentação de uma banda estreita, como a vigente, é precária? Não estaria o Governo agora com uma dependência ainda maior da âncora cambial, com a agravante de que, se não sustentar a atual banda, poderá ter prejuízo no mercado futuro, pois vendeu dólar a R\$0,93 para o dia 02 de maio, além de ter colocado no mercado volume apreciável de títulos federais indexados ao dólar? E se o fizer, não terá que manter uma taxa de juros elevada, solapando o ajuste fiscal, o que poderia inviabilizar a flexibilidade segura da política cambial no futuro?

Gostaria de observar que os contratos de compra e venda do dólar na Bolsa de Mercadorias e de Futuro, com vencimento no dia 05 de maio, fecharam a uma cotação de um dólar igual R\$0,957. Portanto, quem comprou dólar no dia 02 de maio a R\$0,93, pode realizar um lucro imediato ao vender na Bolsa de Mercadorias e de Futuro.

Gostaria de assinalar que considero importante a afirmação do Presidente Pêrsio Arida ao se posicionar favorável ao que os diretores, os presidentes de instituições como o Banco Central, tenham um período de quarentena após a sua gestão, uma vez que isso denota que, diante da experiência do que tem vivido, recomenda que assim se proceda. Inclusive, como hoje o Partido dos Trabalhadores está requerendo que se vote essa matéria com urgência na Câmara dos Deputados, creio que poderá até haver aperfeiçoamento dos projetos, o que será muito importante.

Gostaria também que V. S^a fizesse uma análise relativamente ao desempenho considerado extraordinário das instituições financeiras segundo os resultados divulgados ao longo de 1994.

A **Gazeta Mercantil** publicou, ontem, matéria informando que os bancos mantêm altos lucros depois do Real, ressaltando que espetacular mesmo foi o avanço patrimonial dos bancos atacadistas, os chamados bancos de andar de uma agência só(?), alguns deles conduzidos por especialistas, gurus do academicismo econômico, com passagem pela Administração Federal, que deram um show de eficiência e de manejo desse mercado instrumental, do mercado financeiro, **swaps**, derivativos, futuros, uns duplicando e outros quadruplicando os seus lucros.

Portanto, há que se fazer uma análise dos resultados disto à luz inclusive desta proposição que a Câmara dos Deputados deverá votar, completando a trajetória do projeto do ex-Senador e ex-Presidente Itamar Franco aqui no Senado Federal.

Gostaria também de comentar que considero muito importante que a Comissão de Assuntos Econômicos, por intermédio do seu Presidente, Gilberto Miranda, fizesse a solicitação específica ao Banco Central, no sentido de que seja feita a auditoria completa, não apenas para o período em que for realizado, conforme sugestão já formulada pelo Senador José Eduardo Dutra e sobre a qual o Presidente Pêrsio Arida considerou importante. O período de duas semanas não é propriamente o melhor para se avaliar o resultado gerencial do Banco Central, porque ele vendeu volumes significativos de dólares para 2 de maio a R\$0,93. Qualquer cotação, como indica a Bolsa de Mercadorias e de Futuro, como já mencionei, no fechamento de R\$0,95 para 3 de maio, acima de R\$0,93 para o dólar significará prejuízo para o Banco Central.

Concluindo, indago se na pesquisa estatística feita foi considerado apenas o resultado gerencial. Se assim ocorreu, quem sabe uma melhor medida seria o resultado dividido pelo volume de transações, uma vez que há instituições com tamanhos tão díspares quanto o BRADESCO, o BBA e outros.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Agradeço a compreensão de V. Ex^a, nobre Senador Eduardo Suplicy. Com relação ao pedido do relatório, sabe V. Ex^a que muitos dados constantes do relatório do Banco Central às vezes é confidencial. Poderíamos ter essas informações sem a presença da Imprensa. Creio que tão logo o Banco Central conclua o relatório - aguardo um comunicado do Presidente do Banco Central -, poderemos fazer uma reunião privada para sabermos detalhes, nomes. Assim seria mais simples do que no dia de hoje, já que não teria condições.

Concedo a palavra ao nobre Presidente do Banco Central.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Nobre Senador Eduardo Suplicy, tentarei responder uma a uma as várias questões suscitadas. Antes de mais nada, gostaria de fazer um esclarecimento.

As operações na Bolsa Mercantil e de Futuros são operações com depósitos de margem limitados a 10%, na qual a instituição compromete-se em comprar ou vender. Todavia, o que de fato aporta é uma fração do chamado contrato que ela se compromete a comprar ou vender, com liquidação em reais. Na verdade, embora seja um derivativo referido a dólar, a liquidação de compra e venda é uma liquidação por diferença e em reais, o que é muito diferente do leilão a termo do Banco Central, que é um leilão de dólares para uma determinada data.

O Banco Central não atuou nas Bolsas de Mercantil e de Futuros neste episódio. Já o fez em outras ocasiões através da distribuidora do Banco do Brasil. Não o fez nessa oportunidade, porque se trata de um mercado, como todo mercado de derivativos, extremamente volátil e se o mercado está correto ou não - os senhores sabem que essas cotações são revistas diariamente -, teremos que esperar até o dia 2 de maio para observar se de fato, nesse dia, o mercado **export**, que é o mercado que se antecipa, naquele momento, está ponto 93 ou não. A indicação de hoje é uma indicação típica de um momento tenso, de um momento nervoso, um mercado volátil - ao menos no período recente, o Banco Central não tem feito nenhuma intervenção nesse mercado, já o fez no passado -, que nos suscita preocupação, não pelo que ele indica, mas uma preocupação pertinente a todo problema de derivativos. Existe, hoje, como falei, em todos os mercados internacionais, todas as autoridades reguladoras têm uma preocupação muito grande com o sistema de mercado baseados em derivativos, porque proporciona alavancagens extraordinárias, lucros extraordinários quando acertam e prejuízos colossais quando erram, como é o caso do Banco Bering, recentemente.

Nós acompanhamos de perto, mas não temos ou não fizemos nenhum processo de intervenção na BMF. Seria equivocado, a meu ver, imaginar que o Banco Central vai ter prejuízo ou lucro, embora volte a insistir que não é objetivo do Banco Central ter lucro ou prejuízo; mas o Banco Central poderá ter prejuízo ou lucro, comparando a cotação, hoje, da BMF com o termo em maio. Só iremos saber isso quando chegarmos em maio, comparando, na verdade, a taxa de maio com o valor de 1993.

A segunda pergunta, que é importante, é com relação ao que teria sido uma perda de margem de flexibilidade.

No sistema de bandas, este sistema pode ser operado com bandas estreitas ou amplas - esta é uma primeira diferença importante. Pode ser operado com bandas anunciadas formalmente ou bandas inferidas na prática. Quando o sistema opera com bandas inferidas na prática, uma vez feita a inferência, ele é tão rígido, digamos assim, do ponto de vista de expectativas do funcionamento do mercado financeiro quanto o da banda anunciada. Nós funcionamos durante meses com 83 e 86. Todo mundo sabia que o teto era 86. Quem não soubesse... nós tivemos um surto especulativo contra o teto de 86 ainda em dezembro. Não houve noticiário de imprensa, mas foi um teste contra o teto da banda informal, porém tão efetiva quanto. A dúvida, na prática; entre anunciar ou

não, é a dúvida entre, de um lado, deixar que o mercado perceba, através das ações de compra e venda do Banco Central - que poderiam ser feitas - ou anunciar. Uma vez percebida a banda, ela tem todas as vantagens de estabilidade e, evidentemente, tem a desvantagem do processo difícil, quando a banda é alterada.

Então, não vejo, do ponto de vista da passagem da banda informal para a banda formal, uma perda de grau de flexibilidade do Governo.

A outra pergunta que o senhor coloca: teria sido melhor uma banda muito ampla ou uma banda estreita? As bandas amplas, como a Europa as utilizou durante muito tempo, são bandas que, na verdade, tem uma atuação intrabanda do Banco Central muito grande. A banda é muito ampla e os Bancos Centrais tentam fazer com que os mercados fiquem mais ou menos no meio da banda. A medida em que as taxas se afastam em direção ao topo da banda, o Banco Central vai vendendo cada vez mais. Quando se afastarem em direção ao piso da banda, ele compra, cada vez mais, de tal forma como se ele pusesse, digamos, ponto de resistência crescente a medida em que se afasta do meio da banda.

A experiência internacional sugere que, do ponto de vista da flexibilidade do anúncio, a banda larga é certamente superior. Do ponto de vista da operação, há prós e contras. A banda larga cria muita incerteza, obriga uma atuação, o tempo todo, do Banco Central e, com o passar do tempo, quando o mercado percebe qual é ponto de resistência - na verdade, a banda é grande, mas o Banco Central não quer que ultrapasse um pouco ou ultrapasse em muito o meio da banda, acaba-se, na prática, numa banda razoavelmente estreita.

Senador, creio que, no fundo, as grandes opções, dentro de um sistema completamente flutuante, é o sistema de banda. Esta, na verdade, é a opção de política cambial mais delicada. Nós temos uma convicção muito grande de que, nas circunstâncias brasileiras, um sistema de bandas é preferível a um sistema de livre flutuação. Já tivemos essa convicção quando do lançamento do programa e continuamos tendo agora.

O sistema de bandas amplo, na verdade, tem uma conveniência retórica, na prática funciona com os bancos centrais intervindo com frequência para sustentar, mais ou menos, no meio da banda. Aliás o meio da banda situa-se entre 86 e 98 ou 92, que é outra leitura possível da primeira circular do Banco Central.

Com relação ao desempenho de bancos, a função do Banco Central é de fiscalização em dois sentidos. Primeiro para ver se, de fato, a instituição está se comportando nas margens de risco previstas pelo Banco Central. É muito fácil uma instituição financeira ter ganhos muito expressivos, correndo riscos exagerados, corre o risco de quebrar também. Por isso, existem parâmetros de risco. Essa é uma função do Banco Central.

Alguns bancos atacadistas tiveram um desempenho extraordinário em 1994. Lembro que outros não, nem todos bancos de um andar tiveram um bom desempenho em 1994. Como um todo, temos a expectativa de que o desempenho de bancos atacadistas, como são desempenhos muito voláteis, tendem dificilmente a se comprovar sistemáticos ao longo do tempo. Noto que na Argentina, quando do lançamento do programa em 1991, aconteceu um lucro extraordinário dos bancos atacadistas, e boa parte da crise bancária que surgiu, no final de 1994 e 1995, foi por conta de vários bancos atacadistas, inclusive os mesmos bancos tiveram lucros extraordinários em determinados períodos e prejuízos muito forte em outros períodos.

Não penso que seja razoável que se diga que o desempenho de certos bancos está vinculado, em determinado período, a qualquer forma de acesso privilegiado desses bancos a informações do Banco Central.

Com relação à pergunta que foi feita a respeito da chamada quarentena - tem um mau nome -, preferiria não respondê-la pelo seguinte, e só repeti aqui, por coerência...

O SR. EDUARDO SUPLCY - Só registrei que achei positivo a opinião que ouvimos.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Essa opinião já foi dada várias vezes e, por coerência e franqueza dentro desta Casa, é que a repeti aqui. Já foi dita em várias ocasiões, nem vou prolongar e repetir os argumentos em favor do mandato fixo em quarentena. Já expus esses argumentos em vários momentos, mas em outro contexto, inclusive eu não estava no Banco Central. A posição do Governo sobre esta matéria não cabe ser mencionada por mim. Cabe ser anunciada pelos Líderes do Governo.

A sua pergunta sobre o teste com relação ao volume de transações foi feita. O lucro tem que ser deflacionado em relação ao patrimônio e em relação ao giro de transações. Evidentemente giros muito elevados são fáceis de justificar, quer dizer, lucros muito elevados com giro elevado é uma situação diferente do lucro muito elevado com transações típicas. Têm sinais diferentes. Esse resultado gerencial do Banco Central, que parece muito expressivo, tem que ser visto à luz de um giro, ou seja, de volume de compra e venda muito elevados. O giro neste mercado como um todo ascende a, nessas duas semanas, totais de compra e venda, US\$ 36 bilhões, para se ter uma idéia da intensidade dos volumes de compra e venda nesse mercado. Mas fizemos testes sempre deflacionando dentro desse período de 1 a 10, tendo como deflator o lucro não só pelo patrimônio, que é uma dimensão de normalização, como pelo giro também. Esses testes também foram feitos dentro desse período. A extensão, conforme sugerido aqui, já está nos nossos planos e será feita, podendo dar uma outra luz a esses resultados.

Com relação a evitar a armadilha mexicana, eu lembraria que a armadilha mexicana consistiu na manutenção de déficits de conta corrente muito elevados e por muito tempo.

Déficits de conta corrente, na verdade, não tem nenhum significado quando a moeda é única. Ninguém se pergunta no Brasil hoje se o Estado "X" tem um déficit em conta corrente com o restante do País nessas transações de mercadorias, ou superávits de conta corrente. Essa pergunta não faz nenhum sentido se a moeda é a mesma.

Quando as moedas são diferentes os déficits passam a fazer sentido. Evidentemente, havia uma percepção por parte dos mercados que a integração do NAFTA levaria a um regime, de alguma forma tal, que a esta estabilidade monetária fosse de tal sorte que o déficit de conta corrente, no fundo, não teria muito importância, embora preservando, evidentemente, a autonomia dos países, mas, sob o ponto de vista econômico, não teria muita importância. É a racionalidade que se atribui à persistência de déficits durante muito tempo, por muitos anos, e déficits muito expressivos. No último ano o déficit de conta corrente mexicano foi 8% do PIB. O nosso foi de 0,2%, para dar um exemplo da dramaticidade da diferença. Foi 8% depois de outros déficits sucessivos.

O fato é que havia uma percepção, na época, dos mercados financeiros internacionais, de que, como existia um processo de integração em cursos, esses déficits não seriam preocupantes. A experiência que tiramos é que devemos ser muito cautelosos no manejo de conta corrente. Já o fomos em 1994, seremos certamente em 1995, e com a atenção redobrada.

Daí para dizer que teremos um sistema de livre flutuação, eu diria que é um passo longo. O sistema de livre flutuação pode gerar turbulências muito grandes, nas duas direções. Surtos especulativos levam a que a moeda se desvalorize numa velocidade extraordinária. Surtos de confiança levam a que a moeda se valorize numa velocidade extraordinária. Movimentos muito voláteis no câmbio têm efeitos desorientadores sobre

as atividades de exportação e importação. Se o câmbio é muito volátil o exportador não fica com confiança para investir porque, na verdade, ele lá sabe se um investimento que demora um, dois anos vai ter retorno ou não. O importador também não tem confiança para importar, porque não tem a menor idéia da taxa pela qual ele está importando.

Então, excessiva volatilidade no câmbio acaba provocando uma paralisia nos fluxos internacionais de comércio e perda de bem-estar para o País. Por isso, mesmo nos sistemas com absoluta liberdade de flutuação, como vimos exemplos recentes com o dólar em relação ao iene e ao marco, basta cair que os bancos centrais se reúnem, se consultam, discutem a possibilidade de uma intervenção para sustentar a queda, como foi no caso dólar, porque, mesmo que exista uma banda formal, um compromisso, existe a presunção de que uma volatilidade excessiva pode ter conseqüências dramáticas, não para os mercados financeiros, mas para os mercados reais.

Os mercados financeiros são computadorizados e se ajustam instantaneamente, uma instituição perde, outra ganha. Então, a volatilidade não é problema para o mercado financeiro nunca. Aliás, os bons bancos no mercado financeiro têm lucro justamente quando há volatilidade. Volatilidade não é problema para o mercado financeiro. Volatilidade é sim um problema para o setor real da econômica.

Foi essa a nossa preocupação, desde a partilha, que nos levou a não adotar um sistema de livre flutuação. Estaríamos numa armadilha se tivéssemos, na verdade, reagindo a um problema. Parte do problema mexicano foi uma reação tardia a um problema já criado, cumulado historicamente. Nosso movimento aqui é de caráter preventivo, não tivemos um ano sequer com evidência remotamente próxima do México, mas é um movimento preventivo que tem razão de ser. Tem razão de ser porque vamos observando uma performance da balança comercial que não nos é satisfatória, sabemos que as contas serviços não deve apresentar um resultado que nos dê tranquilidade para arcar com uma piora substantiva na balança comercial.

Então, os termos do problema são muito claros. Não quer dizer que o câmbio é a única dimensão que atuaremos, atuaremos em várias outras, como fizemos no caso dos automóveis, mas certamente uma dimensão muito importante.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria de sugerir que a Comissão de Assuntos Econômicos tivesse uma fase reservada para que o Presidente Pêrsio Arida mostrasse aos Srs. Senadores o resultado da auditoria já realizada, a fim de que depois pudéssemos conhecer a outra que será realizada.

Gostaria de transmitir que sou testemunha da amizade de V. Sa, Presidente do Banco Central, com o ex-Presidente Fernão Bracher do Banco Central e hoje do BBA. E sinto-me com maior responsabilidade, até por ser amigo de ambos, para cobrar igualmente a lisura e obter a informação precisa.

Gostaria de lembrar que o Senado Federal foi extremamente rigoroso na arguição do ex-Ministro da Fazenda Eliseu Resende, investigando um possível elo de influência entre ele e a empresa da qual havia sido membro do conselho de administração. E tão forte foi a arguição por parte de diversos Senadores que, pouco depois, foi necessária a substituição daquele Ministro da Fazenda pelo hoje Presidente da República. É muito importante proceder-se com seriedade na arguição e indagação destes fatos com a sua conseqüente apuração.

Tenho convicção de que houve lisura, mas sinto-me com a responsabilidade de cobrar até o fim as informações para averiguar.

O SR. PÊRSIO ARIDA - Evidentemente, existem informações, detalhes que, numa reunião só com a Comissão, sem a imprensa, terei todo o interesse e obrigação de trazê-los aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Eduardo Suplicy, gostaria de lembrar a V. Exª que temos às 14h30min sessão do Senado Federal e não

podemos ter duas reuniões ao mesmo tempo. Lembro também que só as perguntas e respostas de V. Ex^a consumiram 30 minutos do nosso tempo. Estamos no quarto orador inscrito e temos ainda 11 parlamentares para falar. Lamento as colocações que V. Ex^a fez, ou melhor, não as colocações de V. Ex^a, mas lamento o episódio que colocou dúvidas sobre o ex-Ministro Eliseu Resende na época em que o inquirimos aqui no Senado Federal. Foi lamentável! O pulso firme do Presidente da República, naquele momento, que não manteve o Ministro da Fazenda depois de S. Ex^a ter passado pelo Senado Federal e pelo Plenário. O Presidente da República fraquejou e demitiu o seu Ministro da Fazenda.

Foi lamentável para o País, foi lamentável para todos nós Senadores, foi uma frustração total. Mas acredito que o Presidente do Banco Central, como já disse, terá oportunidade, tão logo conclua todo o relatório, de voltar à esta Comissão.

Passo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Vilson Kleinübing.

O SR. PEDRO SIMON - Em primeiro lugar, desejo apresentar a minha discordância de V. Ex^a.

Sr. Presidente, absolutamente, não aconteceu o que V. Ex^a afirmou. O Ministro Eliseu Resende veio à esta Casa e, como disse o Senador Eduardo Suplicy, "prestou amplos esclarecimentos com relação a uma série de fatos que lhe eram apontados". O principal fato era a amizade do Ministro da Fazenda com o Sr. Odebrecht, dono de uma empresa da qual, parece, o Sr. Ministro teria sido diretor. O Ministro da Fazenda veio a esta Casa, prestou amplos esclarecimentos e nós nos consideramos satisfeitos. O Presidente da República também considerou-se satisfeito e o assunto estava encerrado.

Eis que numa quinta-feira, eu estava no gabinete do Senador Itamar Franco quando o Ministro da Fazenda disse que revista *Veja* ia repetir tudo de novo, ia apresentar novos fatos, novos argumentos invocando não sei o quê. E o Ministro, à revelia do Presidente da República e à minha revelia, disse que ia se demitir porque estava lançando um Plano do Governo e não podia passar o tempo todo se defendendo e dizendo que era um homem sério. O Ministro da Fazenda tinha que ter credibilidade e seriedade para ter o respeito da Nação. O Ministro Eliseu disse: se eu tiver que passar o tempo todo me defendendo e dizendo que sou um homem sério, como é que vou querer que acreditem num plano que estou apresentando? Foi gesto de grandeza dele mas à revelia do Presidente da República. Eu estava presente quando se fez um apelo dramático para que ele ficasse, pois, ele tinha saído com o respeito de todo Senado, tinha se saído muito bem, e porque que ele iria sair? A resposta - repito - é porque a revista *Veja*, daí a dois dias, repetiria tudo de novo com outros fatos. S. Ex^a tinha de voltar a repetir e ele deu inclusive resposta; já tinha os fatos que iriam aparecer na revista *Veja* e ele já tinha a resposta explicando tudo.

S. Ex^a disse que não iria ficar a vida inteira como Ministro da Fazenda a explicar que era um cara sério, enquanto que o que tinha a explicar é que o plano era bom.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Respeito a opinião de V. Ex^a, nobre Senador Pedro Simon. Como líder do Governo realmente, naquele momento, V. Ex^a teria de defender o Governo agora.

Para concluir, não quero polemizar, mas eu como Presidente da República, que não é o caso, ministro meu não viria aqui para prestar contas sobre conta de hotel. Foi lamentável que se deixou um ministro de Estado vir aqui.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon para efetuar as suas perguntas.

O SR. PEDRO SIMON - Antes de efetuar perguntas, respondo mais uma vez a V. Ex^a. Se um Senador apresentou uma conta de hotel, o Ministro tem de responder à questão da conta do hotel. Também penso, como V. Ex^a, que um Ministro da Fazenda vir aqui para ter de debater que entre os motivos de sua suspensão estaria a conta do hotel é meio grotesco. Na verdade, a pergunta foi feita, e o Ministro da Fazenda respondeu, não deixando de responder a qualquer pergunta.

Em primeiro lugar, quero falar sobre o carinho, o afeto e do respeito que tenho por V. Ex^a.

Sou daquelas pessoas que o conheço e o admira; penso que V. Ex^a é uma dessas pessoas de competência extraordinária, de um gabarito acima do normal; portanto, temos de aproveitar e respeitá-lo.

V. Ex^a é um homem de bem, eu sei e eu integro e digo o que disse o Senador Esperidião Amin. Se tivesse de votar, eu votaria de novo em V. Ex^a, pela tranquilidade que tenho a respeito da sua posição.

Lamento que as coisas no Brasil sejam dessa maneira. É muito delicado brincarmos e zombarmos com a honra e com a dignidade das pessoas, e as coisas ficam dessa forma. Algo deveria ser feito no sentido de levantarmos dúvidas. Mas vamos concluir alguma coisa.

Uma revista do porte da **Veja** diz o que bem entende de V. Ex^a. O nobre Ministro vem aqui e explica, mas as coisas a nível de opinião pública, eu que estou lá no interior, ficam como ficam. Daí por que penso que algo está errado. Essa é a situação que faz com que a política seja mal colocada neste país, a sociedade, o povo, tenha uma interrogação sobre nós do Congresso, sobre V. Ex^a, sobre os políticos. Fatos como esse acontecem, estão acontecendo. Algo deve ser feito, uma justiça no sentido de desmentir, de explicar, de esclarecer algo ultra sumário no sentido de que não se pode brincar com a honra de V. Ex^a; por outro lado, não se pode brincar com o dinheiro da nação.

Sinto-me esclarecido, mas, lamentavelmente, o episódio demonstra uma realidade do dia a dia neste país. Quero dizer a V. Ex^a que também fico satisfeito, embora V. Ex^a não tenha falado como Presidente do Banco Central, tenha falado anteriormente, com relação à posição de V. Ex^a no que concerne ao projeto que está para ser votado, que teve votação unânime no Senado da República e que agora será votado em caráter de urgência na Câmara dos Deputados.

Com toda sinceridade - aí critico inclusive o Sr. Itamar Franco, mas acho que Presidente de Banco Central deve ter um mandato determinado, quer dizer, o prazo é X; se houver alguma interrogação a respeito do mandato dele que se venha para essa Casa decidir. Ela votará a respeito da matéria; o prazo é determinado. Se houver algum fato grave a ser investigado, essa Casa o admitirá, ou, pelo menos, o Presidente admitirá, mas será enviado a esta Casa para ser referendado.

Por outro lado, com toda sinceridade, o modelo americano tem um prazo determinado; Se deixou de ser Diretor do Banco Central, o Governo americano paga um salário X para que ele, durante um espaço de tempo, não vá para instituições privadas. A meu ver, isso é o correto.

Copiamos tantas coisas dos americanos e outras não. Parece-me correto.

Lá, a capital do capitalismo, lá, onde o individualismo é total, lá, eles têm isso; lá, Presidente do Banco Central é uma pessoa ultra-importante, com ultra-responsabilidades. Repare que o Presidente dos Estados Unidos deixa de ser Presidente e pode trabalhar onde quiser, em empresa multinacional e até no estrangeiro. O Diretor do Banco Central, não. Ele deixa de ser Diretor do Banco Central, ganha como tal, mas não pode trabalhar em outro local.

Este é outro aspecto que apontamos sempre com relação aos americanos. Vejo em jornais que o presidente do Banco Central dos Estados Unidos disse isso, disse

aquilo. Juro por Deus, confesso a minha ingenuidade, a minha ignorância, mas nunca vi outro nome que não o do Presidente do Banco Central dos Estados Unidos. Não sei quem são os outros diretores, nem sei até se há outros diretores, se falam, se são muitos. Não se ouve falar que um diretor tenha discordado ou não de determinado assunto. O que vejo é apenas a posição do presidente do Banco Central americano, que pode ser favorável ou não.

V. Ex^a diz, com muita inteligência, que a equipe econômica era X, mas que agora entrou no Governo. V. Ex^a fez uma afirmativa positiva. No Ministério da Educação está um membro da equipe econômica, na Casa Civil está outro. Nunca a equipe econômica esteve diversificada por tantos lugares do Governo como está agora. Na verdade, é inédito na história de um Governo, neste País, tantos economistas. Acho que foi compensação. Colocaram um sociólogo na Presidência da República, mas em compensação, economistas nas outras áreas. Cercaram o sociólogo por todos os lados. Para onde ele se vira, encontra um economista.

É claro que é fácil entender uma equipe de economistas do gabarito de V. Ex^a, do gabarito do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento. E V. Ex^a já disse: pode ser amigo, pode ser irmão, mas a diversificação é natural. O absurdo o irracional, seria se todos pensassem do mesmo jeito. Isso estaria fora da lógica. O Sr. Fernando Henrique Cardoso vem insistindo que quer a uniformidade de pensamento de Governo a nível externo. Conheço o Presidente mais do que V. Ex^a e sei o estilo democrático e carinhoso com que recebe bem o debate, a discussão. Ele vai até madrugada nas discussões internas. Se depender do Sr. Fernando Henrique Cardoso - ele foi assim como chanceler, como Ministro e ele é assim, tenho certeza, como Presidente - fica com a equipe dele até madrugada.

Mas ele não gosta, como eu também não gostaria, de ler nos jornais as diversificações de pensamento da sua equipe. Que hajam, mas que se discuta com ele. Se o Presidente fosse um homem incompetente, uma pessoa que não tivesse inteligência, ou se fosse uma pessoa que só na pressão mudaria o pensamento, se ele fosse um radical, aí, sim, que se vá à imprensa pressionar o Presidente. Mas nós sabemos que ele não é assim. Sabemos que é uma pessoa tranqüila, serena, que se curva aos melhores argumentos, não tem uma idéia pré-fixada. Sabemos que, se a equipe econômica tiver alguma dúvida, pode chamá-lo a qualquer hora que quiserem para um debate interno.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Pedro Simon, eu pediria que V. Ex^a concluísse.

O SR. PEDRO SIMON - Desconte o tempo da nossa conversa particular, Sr. Presidente.

Se isso existisse na postura geral, provavelmente esse problema não tivesse acontecido.

Concordo com V. Ex^a que Presidente do Banco Central deve falar pouco, principalmente quando se trata de privatização bancos estaduais. Não é missão do Presidente do Banco Central dizer que vai privatizar o Banco do Estado de São Paulo e quando isso vai acontecer. Essa é uma política de Governo. Quem vai decidir uma questão dessa importância - privatizar ou não o Banco do Estado de São Paulo - é o Governo. É uma política de Governo tão séria que não pode o Presidente - com todo o carinho que lhe tenho - em uma manchete de jornal como essa, dizer que vai privatizar esse Banco.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a está fugindo ao tema questão cambial, o problema do banco. Peço que conclua.

O SR. PEDRO SIMON - Se fôssemos vender uma propriedade minha, em primeiro lugar eu teria que pintá-la, reformá-la, para conseguir melhor preço. O Banco do Estado de São Paulo, que sempre esteve bem, agora que está numa situação ruim, se

for o caso, vamos dar-lhe força, mostrar o seu poderio, para vendê-lo numa boa situação e não em troca de moeda podre.

Eu entendo, com toda a sinceridade e carinho, que o problema de privatização é do Presidente. Se formos privatizar, vamos fazê-lo em um bom momento. Vamos deixar o Governador Mário Covas relevantar o Banco do Estado de São Paulo, e aí Mário Covas vai dizer se quer ou se não quer privatizá-lo. Mas reafirmo o meu carinho, o meu respeito, a minha admiração e a convicção na seriedade e na dignidade de V. Ex^a.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra, pela ordem.

O SR. CARLOS BEZERRA - Sr. Presidente, eu entendo que as inscrições são pessoais e intransferíveis. Eu não quis abordar antes da fala do Senador Pedro Simon, mas peço a V. Ex^a que obedeça à relação dos inscritos, sem a possibilidade de transferência.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Carlos Bezerra, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que, se no Plenário do Senado adotamos esse comportamento de um Senador ceder a inscrição a outro, acho que na Comissão devemos seguir a mesma elegância ali vigente. Afinal de contas, aqui no Senado não existe partido, existem companheiros.

O SR. CARLOS BEZERRA - Eu lamento que seja esta a prática, porque é uma prática incorreta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - É uma prática adotada no Plenário do Senado.

Eu acho que foi fantástica a fala do Senador Pedro Simon, porque prova que o PMDB defende o Governo.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. PEDRO SIMON - Só para esclarecer, Sr. Presidente. Pode parecer, mas não há nada de pessoal no que o Senador Carlos Bezerra falou.

O SR. LAURO CAMPOS - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aqui estamos em uma Casa política. As explicações técnicas dadas pelo Sr. Pêrsio Arida foram muito interessantes, mas permaneceram fora do âmbito político, e este é o espaço que eu gostaria de penetrar. Parece-me que a economia é política, sempre foi política. **Economia** é um erro da mente abstrata e esquizofrênica. Para mim, economia é a política, e estamos num processo político que se repete há muito tempo.

O êxito político dos planos monetários é inquestionável. O Plano Cruzado I foi um plano perfeito - a não ser com pequenos erros de cronometragem, que obrigaram a uma oxigenação, até que os 23 governadores fossem eleitos. Para mim, o Plano Real é político e já teve completo êxito, ao eleger o Presidente da República, a maioria do Congresso e vários governadores. De modo, então, que o Plano já está com a sua missão principal cumprida. É óbvio que esse plano - como os demais, os planos mexicano e argentino - são artificiais, completamente abstratos, que tentam colocar a razão pura do equilíbrio, a razão do equilíbrio orçamentário, a razão do equilíbrio cambial, a razão do equilíbrio externo, numa sociedade convulsionada por problemas estruturais, fundamentais. De modo que, então, uma coisa tem que se chocar com outra. Sabemos muito bem que todos os planos do Brasil, com exceção do Plano de Metas do Juscelino, passaram a não funcionar. Nenhum deles funcionou, a partir do Plano Celso Furtado.

O que me parece é que esse Plano chegou agora ao seu ponto de exaustão e que a questão cambial é apenas um sintoma de que isso está acontecendo.

A coisa me parece tão estranha que a sociedade tem que se mostrar altamente desconfiada de diversas coisas que acontecem no nosso sistema financeiro-político-econômico. Há pouco tempo, um diretor do Banco Central afirmou, em São Paulo, que se pensou em estabelecer a taxa de câmbio em cinquenta centavos de Real por dólar. E se os industriais brasileiros viessem - paulistas, da FIESP - a quebrar, que eles deveriam fazer como aconteceu no Japão, em certo momento de sua história, e mudar-se do Brasil.

Fica óbvio que, diante de uma arbitrariedade dessas - uma taxa de câmbio de R\$ 0,50/dólar - e as conseqüências econômico-político-sociais dessa taxa sobre o volume de emprego, sobre a capacidade de produção nacional, sobre a impossibilidade quer dizer, um **dumping** às avessas, para destruir toda a estrutura básica da produção e aumentar o desemprego no Brasil.

Diante dessa assertiva de um diretor do Banco Central, tudo é possível. Tenho absoluta certeza de que a banda agora adotada não impedirá o dólar de passarinho entre as margens e ultrapassá-las dentro de muito pouco tempo. A taxa de câmbio foi artificialmente fixada num nível capaz de garantir que as importações subsidiadas, as importações com as alíquotas zeradas ou próximas disso, e com a taxa de câmbio de R\$ 0,84 iriam realmente ser um instrumento de combate à inflação, ou melhor, de achatamento de preços e salários, o que viria a ter uma grande importância para o êxito da eleição do Sr. Fernando Henrique Cardoso e da maioria dos Deputados e Senadores presentes e que apóiam o Governo.

Tancredo Neves dizia que toda vitória política produz suas vítimas. Essa vitória feita a expensas do Plano Real, como um processo que se iniciaria, de acordo com o Sr. Fernando Henrique Cardoso, em três pauladas, e depois completadas, de acordo com o Sr. Ciro Gomes, com mais quatro porradas. E assim se consegue o equilíbrio orçamentário, o equilíbrio cambial e o equilíbrio desta sociedade: com três pauladas iniciais e quatro porradas, de acordo com o Sr. Ciro Gomes.

Quer dizer que estamos diante de um sistema que exige uma pressão política, uma força muito grande - porradas e pauladas - para manter este Plano em andamento. Ele já demonstrou, no México e na Argentina, que os seus êxitos políticos foram assegurados, durante algum tempo, mas que, agora, felizmente, percebemos claramente - o mundo descobriu - que ele não se sustenta mais.

O que penso é que nos encontramos numa situação em que o Governo se encontra completamente engessado, no sentido de que perde o controle sobre a taxa de câmbio. Ele, que manteve uma reserva artificial de 40 bilhões de dólares para garantir as importações e achatar os preços internos, agora já faturou a Presidência da República e percebe que agora é hora...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Nobre Senador Lauro Campos, pediria a V. Ex^a...

O SR. LAURO CAMPOS - Tive um prazo de, pelo menos, a quarta parte de qualquer um outro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Caso V. Ex^a tenha perguntas a formular, pediria que V. Ex^a...

O SR. LAURO CAMPOS - Durante meu tempo, V. Ex^a não tem o direito de me dizer o que devo falar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a tem 5 minutos para falar, já falou há 7 minutos. A Mesa deixa o tempo correr, porque ela tem interesse no debate, mas V. Ex^a, se tem perguntas a fazer, que as faça.

O SR. LAURO CAMPOS - Eu já estou fazendo perguntas. O senhor talvez não esteja entendendo...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não, o senhor está comentando. Até agora, o senhor só comentou.

O SR. LAURO CAMPOS - Talvez o senhor não esteja entendendo as perguntas que eu estou colocando. Eu não sou obrigado a colocar as perguntas com 3 ou 4 palavras, ou com quantas palavras o senhor queira.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu peço que V. Ex^a conclua, Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Pois não. Para terminar, porque não tenho mais tempo, e portanto as minhas colocações não poderão ser feitas a contento meu. Eu gostaria de dizer apenas, que, realmente, numa conjuntura dessas, como acontece em todas as crises econômicas, como na crise econômica de 1930, nos Estados Unidos, faliram 5.000 bancos. E houve uma corrupção fantástica na economia naquele tempo, como acontece em todas as crises.

De modo que, então, diante da corrupção que abala esta Casa e que compromete todo o sistema, é evidente que as pessoas, mesmo as mais honestas, passam a ser suspeitas.

O BBA foi um banco adquirido devido a algumas falências que houve por aí. A carta patente do Banco Auxiliar foi vendida por 6 mil dólares e, este ano, percebemos que ele deu um lucro de 148%, de acordo com as informações da imprensa. Essas coisas realmente acontecem em situações de crise, e algumas pessoas deveriam, como o Sr. Bracher, tomar mais cuidado no sentido de não se aproveitar de situações de crise em que a sua função, como Presidente do Banco Central, permitiria que ele fizesse.

Mas isso é apenas uma questão lateral, porque o que me parece realmente importante é que as âncoras que sustentaram este plano, inclusive a âncora cambial, estão se apodrecendo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu pediria a V. Ex^a que concluísse, Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Pois não. Infelizmente, esse **dumping** às avessas vai sendo agora compensado através de subsídios às exportações; subsídios esses que adquirem diversas formas e diversas conotações.

Eu gostaria de saber de V. Ex^a se o que está acontecendo...

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, nós estamos próximos do fim da reunião e eu não ouvi, até agora, nenhuma pergunta do Senador Lauro Campos. Eu quero fazer as minhas perguntas e eu gostaria, portanto, que fosse cumprido o regulamento que foi imposto aqui, no início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu acredito que continuando assim, dificilmente, nobre Senador, V. Ex^a fará perguntas, porque V. Ex^a é o penúltimo. Eu pediria a compreensão do Senador Lauro Campos para que concluísse.

O SR. OSMAR DIAS - Inclusive, o Senador fica falando de eleição em outros Estados. Eu não sei se ele conhece a eleição do Estado dele, como é que ele pode falar da eleição do meu Estado, dizendo que a maioria dos Senadores que apóiam o Governo elegeram-se carregados pelo Plano Real. Ele não conhece o trabalho de cada Senador aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Eu peço a compreensão de V. Ex^a, pois o Senador Lauro Campos também disse que a carta patente do banco foi vendida por 6 mil dólares. Pelo que eu sei...

O SR. LAURO CAMPOS - Por 6 milhões de dólares.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Ah, mas V. Ex^a falou 6 mil dólares.

O SR. LAURO CAMPOS - Mas o senhor me açoda de tal maneira, que, realmente, entre 6 mil e 6 milhões, acho melhor não entrarmos nessa história.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - A diferença é mínima. Pode fazer a sua pergunta. Senador.

O SR. LAURO CAMPOS - Pois não. O que eu gostaria de perguntar é se o Presidente do Banco Central considera que esses problemas cambiais, que agitaram o País a partir do dia 6, são o início de um processo de descontrole, ou se nós estamos no gênese ou no apocalipse; se nós estamos saindo do caos, ou se estamos realmente caminhando para uma situação muito mais grave, em que fatos como este se repetirão, necessariamente, transbordando as bandas, a faixa cambial e provocando agitações talvez mais violentas do que essa.

Era isso que gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Pêrsio Arida.

O SR. PÊRSIO ARIDA - Respondendo diretamente à pergunta feita por V. Ex^a, a minha visão da questão é muito clara.

O Brasil hoje tem um volume expressivo de reservas. Nós estaremos imprimindo uma gestão às políticas monetária, cambial e fiscal de forma a assegurar um resultado positivo e expressivo na balança comercial.

O Brasil não entrou num processo similar ao mexicano. Vejo condição de permanência, por muito tempo, do atual regime cambial.

Digo também que eventos de natureza internacional - em particular, a queda do dólar nos mercados internacionais -, são mais um importante reforço à atual política cambial.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o nobre Senador do Estado do Amazonas, Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Pêrsio Arida, vou procurar ser o mais objetivo possível, porque o tempo avança.

Não poderia deixar de referir que a sua honorabilidade não me parece estar em questão. Não o conheço pessoalmente, mas todas as informações que obtive, nos últimos dias, de pessoas idôneas atestaram, sem vacilações, a sua probidade.

Concordo com V. S^a em que não seria bom para o Brasil nem o sistema de livre flutuação nem o de taxa fixa; o de banda me parece o melhor.

Pergunto-lhe se o Banco Central não atrasou demais a formalização do sistema de banda, tendo em conta o toque estridente da campanha mexicana em 22 de dezembro e, depois de muitos anos, o primeiro déficit - e muito grande - na balança comercial brasileira já em dezembro. O Banco Central só estabeleceu o sistema de banda dois meses depois. Sendo uma questão de *timing*, não deveria tê-lo instituído pelo menos trinta dias antes? Se não se atrasou demais?

Em segundo lugar, parece-me que houve também uma falha do Banco Central no primeiro comunicado, que foi interpretado pelo mercado como sendo a seguinte a decisão do Banco: o limite do sistema de banda introduzido de 86 até 90 centavos de dólar poderia ser ultrapassado antes de maio. Foi interpretado assim - não sei se houve intenção ou problema de ambigüidade -, e isso desencadeou a onda especulativa de duas semanas atrás.

Eram essas, então, as perguntas que gostaria de fazer. Ainda teria outras, mas, em homenagem aos colegas, limito-me a essas.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida.

O SR. PÊRSIO ARIDA - As duas perguntas de V. Ex^a são sobre duas questões separadas.

Primeiro, poderia esse movimento ter sido feito, digamos, um mês antes? A resposta é a de que poderia ter sido feito, sim, um mês antes. O que nos levou a não

fazê-lo um mês antes? Havia uma preocupação muito grande - acho que repito aqui algo que o Ministro José Serra já disse nesta Casa - de não parecermos iguais ao México.

Não somos iguais ao México, qualquer bom analista observaria isso; mas mercados financeiros são freqüentemente tomados de percepções irracionais, são mercados com muita mobilidade.

A nossa preocupação de não fazer um movimento simultaneamente ao mexicano foi no sentido de não sinalizar uma semelhança entre os dois casos. Muito tempo nos custaria depois para explicar que essa semelhança é falsa. A melhor maneira de assegurar a dessemelhança é fazer as duas decisões separadas no tempo - essa foi uma consideração muito importante.

A outra consideração também é a de que nos foi importante observar o desempenho da balança comercial. Evidentemente, desempenhos de um ou dois meses oferecem uma base frágil para avaliação. O mau desempenho no final do ano, por exemplo, que tem um componente sazonal típico, podia não ser base firme para uma decisão dessa magnitude. Esperar passar o mês de janeiro, ter uma observação, algo preliminar ainda porque os dados não estão definidos até hoje, mas algo preliminar na parte computadorizada dos dados de fevereiro, deu-nos a percepção de que esta trajetória, se deixada a anterior taxa de câmbio, poderia levar a um resultado preocupante. Daí, nos apressamos em agir preventivamente.

Houve duas considerações. A primeira, uma questão de imagem e semelhança; a segunda, uma questão de um pouco de tempo de observação da balança comercial, para ter certeza de que o movimento se fazia necessário.

A segunda pergunta feita por V.Ex^a é relativa à informação. Pareceu-nos muito claro que, se o Banco Central se dispunha a vender a termo daqui a dois meses, não seria crível que o próprio Banco Central permitisse que a taxa subisse entre um ponto e outro para ter de cair depois. Afinal, todo o objetivo do Banco Central, com o sistema de bandas, é evitar flutuações muito grandes. Seria um contrasenso um Banco Central que anunciasse uma banda intermediária no meio do caminho com teto em 0,95, quando estivesse vendendo com 0,93 mais à frente.

O fato é que criou-se essa percepção. A nossa intenção de agir, mostrando na prática nossos limites (ponto de compra 0,88 e ponta de venda máxima 0,93) pareceu-nos que seria um processo prolongado. E no clima que se instaurou - apesar de não ter justificativa lógica, porque seria imputar ao Banco Central um contrasenso do ponto de vista da estabilidade de câmbio -, a situação nos pareceu suficientemente séria para que, em vez de nos comunicarmos com o mercado pelas nossas ações, na verdade redefiníssemos a banda, coerente com nossas ações anteriores evidentemente, mas de forma clara, para aproveitar o máximo o conteúdo de informação de uma banda.

Tivemos um sistema de bandas de 83 a 86, que tornou-se claro, do ponto de vista informacional, depois de sucessivos leilões de compra e venda do Banco Central. A vantagem do anúncio é que é mais rápido, poupa-nos o processo de leilões de compra e venda e é uma sinalização mais clara para o mercado.

Se não tivesse havido essa turbulência adicional, tenho certeza de que hoje estaríamos com o mercado funcionando normalmente. Não vi quanto está o mercado hoje; ontem chegou a subir. Agora há a turbulência social decorrente de dar o depoimento aqui. Mas não tenho a menor dúvida de que, tão logo a situação se normalize, o mercado encontrará seu próprio ponto de equilíbrio dentro da banda.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Serei rápido, como determinou o Presidente da Comissão no início destes trabalhos, até porque quero respeitar todos que não almoçaram também.

Trago uma carta do proprietário do Bamerindus. Com certeza, o Presidente do Banco Central sabe que se trata do Ministro da Agricultura. A carta, escrita no dia 15 de fevereiro, portanto alguns dias antes das alterações cambiais, convidava os produtores rurais do País a substituir no Bamerindus o financiamento de TR mais juros por dólar mais 20%.

O senhor disse, no seu pronunciamento, que as insinuações levaram o País ao prejuízo. Não estou fazendo uma insinuação; estou mostrando um fato concreto de uma carta do banco do Ministro escrita aos produtores rurais.

O senhor acha que isso é coincidência, competência ou esperteza? No caso de coincidência e competência, o senhor não acha que falta ao Ministro da Agricultura confiança na moeda do País e, portanto, no Plano de estabilização econômica do Governo?

Essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Dr. Pêrsio Arida, V. Exª gostaria de dar uma olhada na carta, para ver-lhe os termos, antes de responder, ou V. Exª já conhece o teor da carta?

O SR. PÊRSIO ARIDA - Já tive conhecimento. Não vi a carta exatamente

O SR. OSMAR DIAS - Só mais um ponto. Estou encaminhando ao Banco Central um requerimento solicitando que se verifique se foi competência, coincidência ou esperteza.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Pediria a V. Exª que passasse a carta à mesa, para que o Dr. Pêrsio Arida pudesse lê-la e opinar sobre a carta, se for o caso.

Pediria também que depois a assessoria e a taquigrafia fizessem constar a carta desta reunião, do Senado, da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PÊRSIO ARIDA - Respondendo a questão de V. Exª, eu não tinha tido conhecimento do texto da carta. Mas, como isso foi noticiado em jornal, eu próprio comentei o assunto ontem com o Ministro José Eduardo Andrade Vieira. Porque ontem tivemos uma reunião - aliás, como noticiado - sobre a questão de financiamento ao crédito agrícola, nos encontramos e comentei o assunto com S. Exª.

Vou dar a minha visão e gostaria também de repetir uma pouco o que o Ministro me disse. Primeiramente, no meu entender, há uma coincidência, sim. Sei que no Brasil as coincidências parecem todas suspeitas em face do clima que estamos vivendo. Parece-me uma coincidência sim, motivada pelo seguinte: boa parte dos produtos agrícolas, particularmente aqueles - não me refiro a feijão, mas a produtos como soja, trigo - que têm preço referenciado em dólar, tem a formação do seu preço nos mercados internacionais atrelada à taxa de câmbio.

É um desejo da agricultura, a meu ver, pelo meu conhecimento, um desejo expresso em muitas ocasiões, que a agricultura não seja financiada pela TR. O raciocínio não é só que a TR é muito alta. Ela também é alta, mas parte dos agricultores dizem que a formação da TR nada tem a ver com o preço, a formação do preço do produto agrícola. Então, o agricultor, que, na verdade, já está sujeito às intempéries da natureza, fica sujeito às intempéries da política econômica. Se o preço agrícola subir e a TR cair, ótimo, grande lucro; se ocorrer o processo contrário, haverá um prejuízo, independente da sua produtividade, da sua eficiência etc.

Boa parte do pleito da agricultura, ao longo não só deste ano mas do ano passado também, foi sempre no sentido de diminuir o risco da atividade agrícola associado às oscilações da política econômica. Esse foi o espírito das inúmeras menções, por exemplo, em várias documentos da bancada ruralista em acordos com o Governo, o chamado equilíbrio econômico/financeiro do contrato. Foram preocupações da bancada

ruralista, expressas inúmeras vezes, por exemplo, com relação ao processo de revisão de preço mínimo. Era sempre no sentido de evitar que a fonte de financiamento tivesse um critério, uma forma de cálculo muito diversa da formação do preço.

Boa parte desses preços agrícolas são preços que evidentemente têm uma flutuação por si mesmos, mas dependem também da taxa de câmbio. A contrapartida em Real do preço da soja é o preço da soja em Chicago, que é a bolsa principal da formação do preço de soja, vezes a taxa de câmbio.

Parece-me - estou repetindo claramente o que me disse o Ministro -, com muita honestidade e franqueza, que esse é o caso mesmo. A oferta foi feita no sentido de possibilitar aos agricultores, num banco que é bastante ativo em crédito agrícola, em um dos bancos privados mais ativos no crédito agrícola, evitar um descasamento do tipo de seus passivos e seus ativos. Seria uma proposta de particular interesse, por exemplo, para os produtores de soja, para os produtores de bens com preço no exterior.

Sei que a carta é datada do dia quinze. Pode ser que haja uma coincidência. Diria ao senhor, com muita franqueza - não tomei conhecimento do conteúdo da carta - que essas coincidências acontecem. É um banco voltado ao atendimento da clientela agrícola, é um banco que capta expressivamente no exterior, ou seja, que tem linhas comerciais que servem para isso.

Apenas para exemplificar, diria que o banco não faria uma proposta desse tipo se não tivesse linhas. Sabemos que quem tem linhas lá fora, quando muda o câmbio, corre o risco de um prejuízo. E digo mais, quando o banco capta uma linha no exterior e reempréstima aqui dentro, ganha o **spread**. Na verdade, é freqüente a idéia de que o banco ganha no descasamento, mas ele ganha o descasamento na tesouraria. Nas operações de crédito, ele ganha o **spread**. Se o banco está emprestando para o agricultor em TR, o senhor pode ter certeza de que ele ganha um **spread** sobre a TR. Se está emprestando ao agricultor com a variação cambial é porque tomou emprestado lá fora, digamos a 8 ou 10%, e está repassando ao agricultor aqui a 14 ou 15% - não tenho a menor idéia dos números. Estou vendo, aqui, juros de 20% ao ano. Não sei nem qual é a sua taxa de captação. O que o banco ganha é o **spread**.

Do ponto de vista do agricultor, é muito razoável ter a opção como política comercial do banco. Não quero aqui...

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Deixe apenas que eu complete o meu pensamento. Sei que a minha posição é desconfortável, porque o Presidente do Banco Central tem uma posição de fiscalização. Não me cabe falar bem ou mal de qualquer instituição financeira. Só o estou fazendo aqui, apesar de ser contrário aos meus princípios e a minha forma de conduta, por ter uma questão de Governo associada e por ser minha obrigação repetir, em plenário, dar o meu depoimento pessoal resultado da minha própria conversa com o Ministro. Isso foi o que o Ministro me disse. Eu vou examinar, mas, para mim pessoalmente, parece-me uma coincidência. É um banco que opera ativamente na agricultura, que tem posições captadas lá fora e são operações cujo ganho é o ganho do **spread**. Não acredito...

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Não acredito que o banco, ao oferecer um produto ao cliente, tenha tido intenção de induzi-lo a perder dinheiro. Parece-me contraproducente, do ponto de vista de relações comerciais. O banco ganha no **spread**, tem de ter bom relacionamento com a clientela.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Entendo a posição de constrangimento do Presidente do Banco Central, mas evidentemente não podemos ser ingênuos de acreditar que é uma coincidência, pois os contratos agrícolas foram assinados entre 1º de julho e 1º de outubro, e essa proposta foi formulada apenas em fevereiro, depois de intensas reclamações dos produtores.

Mesmo sendo coincidência, sinto-me no direito de pensar que o Ministro da Agricultura, portanto um Ministro do Governo, não acredita no Real, não acredita na moeda do seu País. E isso é tão grave quanto o problema da não coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Exª tem mais alguma pergunta para o Sr. Presidente do Banco Central?

O SR. OSMAR DIAS - Não. Só acrescento que estou encaminhando um requerimento pedindo investigação neste caso que considero muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Presidente do Banco Central.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Se V. Exª me permite, gostaria de fazer um comentário. Em primeiro lugar, para tornar muito clara a minha posição, pois é um constrangimento falar de um banco específico. Já dei minha opinião pessoal; repeti a opinião do Ministro que me parece adequada e, a mim, particularmente, na função de fiscalização, também correta e amplamente satisfatória. Mas vamos olhar com atenção, conforme as funções e a lei básica de criação do Banco Central nos exige.

Gostaria de dizer também que o ato de confiança ou não na moeda nacional não é expresso por operações desse tipo. Na verdade, observou-se - e foram os fortes motivos de queda na cotação do dólar - o fato de inúmeros agentes financeiros captarem maciçamente no exterior e aplicarem aqui no Brasil. A existência de linhas, ou seja, o fato de alguém tomar dinheiro lá fora e aplicar no Brasil, não é um ato de desconfiança em relação à moeda nacional. Um banco que tem linhas pode fazer duas coisas separadas: pode operar descasadamente, ou seja, tomar dinheiro em dólares, por exemplo, e aplicar em reais, caso em que ele ganhará o diferencial de juros a mais ou a menos, dependendo de qualquer eventual flutuação de taxa de câmbio, ou pode operar de forma casada: ele capta em dólar lá fora e empresta em dólar aqui dentro.

A quem interessa tomar recursos em dólares? A todos os agentes que, por um motivo ou por outro, têm o preço dos seus produtos atrelados ao dólar. Um exportador, para tomar um exemplo fora da área agrícola, tipicamente procura ter o seu passivo também denominado em dólar. Não é porque o exportador desconfia da moeda nacional, mas simplesmente porque o exportador não quer correr riscos. Ele quer ter o ativo e o passivo mais ou menos casados, para se concentrar em produtividade em grande escala, em difusão comercial dos seus produtos.

A existência de linhas em dólar aqui dentro, numa economia aberta, é natural e não deve ser vista como um ato de desconfiança.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Sr. Presidente, talvez fosse importante, como V. Exª tem todos os dados à mão, checar junto ao Banco Central e informar ao Senador Osmar Dias se outros bancos, de todos aqueles que existem no País, tiveram alguma oferta similar, alguma coisa nesse sentido, ou se foi única e exclusivamente a colocação do Banco Bamerindus. Penso que assim o Senador Osmar Dias teria mais condições, inclusive, para formular o requerimento, depois de receber as suas informações.

Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA - Sr. Presidente, eu tinha uma série de perguntas a fazer a V. Exª, mas as perguntas dos Senadores que me precederam foram de tal ordem pertinentes, e suas explicações de tal maneira esclarecedoras, que não tenho nada a

perguntar. Apenas, Sr. Presidente, eu gostaria de tecer considerações a respeito do aspecto econômico do futuro.

Falamos aqui do passado, dos incidentes desagradáveis que antecederam a sua vinda a esta Casa. Eu queria dizer a V. Ex^a, como homem de mercado, como homem que conhece profundamente esse sistema, que nós precisamos pensar um pouco no futuro.

Devemos pensar como é que o dólar vai-se desvalorizar daqui para a frente, porque senão certamente teremos outra operação traumática. Imaginamos que o dólar deva pelo menos acompanhar a inflação, porque do contrário teremos de novo esse problema. O País perderá completamente a sua competitividade se isso não acontecer. Não é só a exportação que se sente prejudicada; mas também a importação porque o nosso produto será mais oneroso em virtude do dólar defasado.

O déficit tem que ser evitado a qualquer custo, Sr. Presidente. V. Ex^a já tocou nesse assunto, mas eu queria reafirmar a minha posição de Senador. O País realmente não pode agüentar essa situação, e chegaremos a consequências funestas se esse déficit não for estancado.

A colocação dos papéis no Exterior é outro motivo de preocupação, porque o Brasil precisa de investimentos, de dinheiro externo para girar a sua economia e poder ter investimento, emprego, etc... Enfim, temos que dizer um não à recessão, porque se não é o caos.

Eu queria, ao terminar, dizer que V. Ex^a foi brilhante, como sempre, e manifesto minha confiança na sua condução hábil, segura e honesta no problema do câmbio no Brasil, e que chegaremos a um porto seguro sob sua direção.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Presidente do Banco Central.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Eu queria agradecer, antes de mais nada, as palavras do Senador Pedro Piva; concordo realmente com V. Ex^a em que não há a menor dúvida sobre a importância da manutenção do saldo positivo na balança comercial, mas gostaria de fazer uma pequena observação sobre a questão do câmbio acompanhando a inflação.

Evidentemente, preocupa-nos essa questão. O câmbio deva ser tal que a competitividade das exportações brasileiras deva ser preservada, sem a menor dúvida, e das importações também. A grande dificuldade, quando se fala em inflação, é que inflação não quer dizer exatamente um índice de preços adequado para medir competitividade. A nossa inflação, hoje, por exemplo, é muito sensível ao preço dos serviços, quando boa parte dos custos industriais não são sensíveis ao preço dos serviços.

Essa é a única observação que faria para não dar qualquer impressão de que a política do Governo é fazer com que o câmbio acompanhe *pari passu* o IPCR. Não é essa a política do Governo. A política do Governo é, na verdade, assegurar a competitividade que tem que ser medida de várias formas. Não gostaríamos de seguir um índice específico como, aliás, prevalecia no passado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Antes de passar a palavra ao Dr. Pêrsio Arida para as considerações finais, tenho em mãos um requerimento do Senador Eduardo Suplicy pedindo que fosse reservado cinco minutos para uma sessão secreta com o Presidente do Banco Central.

Eu queria dizer a V. Ex^a, Senador Suplicy, que, em primeiro lugar, não temos **quorum** para votar o requerimento. Temos apenas oito Senadores no plenário da Comissão, quando o número dos componentes é vinte e sete. Sabe V. Ex^a que precisaríamos de, pelo menos, quatorze Senadores. Isso permite que, na próxima reunião da Comissão, V. Ex^a submeta seu requerimento e, tão logo o Banco Central

tenha o relatório concluído, novamente convidaremos o Presidente do Banco Central para que S. Ex^a venha outra vez até ao Senado. E não criaremos suspense sobre uma reunião secreta aqui nesta Casa.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Não era a minha intenção que houvesse a necessidade de uma votação para que o Presidente Pêrsio Arida, que aqui anunciou de ter feito uma auditoria interna, pudesse informar os Srs. Senadores sobre o resultado dessa auditoria.

Aproveito a oportunidade para reiterar que, de minha parte, pelo conhecimento pessoal do Dr. Pêrsio Arida e do Dr. Fernão Bracher*, sei que ambos são amigos pessoais. Foi feita uma auditoria pelo Banco Central, aqui mencionada. Acredito que seja parte do depoimento.

Presidente Pêrsio Arida, V. Ex^a mencionou que se trata de um relatório que envolveria sigilo. Então, cada um dos Senadores presentes que - a continuar a reunião - pudessem ter conhecimento disso, teriam a obrigação, a responsabilidade de respeitar esse sigilo. O nosso trabalho, hoje, com mais uns poucos minutos mais, seria completado. Não vejo necessidade de um requerimento para essa finalidade. Aliás, é possível que o próprio Presidente Pêrsio Arida tenha disposição de mostrar essas informações aos Senadores Membros da Comissão interessados, sobretudo aqueles que permaneceram até o final da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Senador Supply, das suas palavras, pude perceber que V. Ex^a confia na seriedade, na integridade do Presidente do Banco Central Pêrsio Arida, assim como em Fernão Bracher. Por isso, acredito que V. Ex^a dormirá tranquilo por mais uma semana ou duas esperando o relatório final, tendo em vista que fica deselegante para o Presidente desta Comissão em relação aos demais Senadores que estiveram presentes, fazer uma reunião secreta porque, em nenhum momento, fizemos menção que haveria a possibilidade de termos essa reunião e simplesmente seis ou sete Senadores seriam privilegiados com as informações.

Peço a compreensão a V. Ex^a. Na próxima reunião desta Comissão, submeterei o requerimento de V. Ex^a ao plenário e teremos a oportunidade de convite, novamente, do Presidente do Banco Central.

O SR. EDUARDO SUPPLY - Foi feita a solicitação de auditoria pelo Senador José Eduardo Dutra, pelo Líder do PT na Câmara. Tendo sido feita a auditoria, como Líder do Partido dos Trabalhadores, peço a gentileza do Presidente do Banco Central de dar acesso aos Parlamentares que aqui permaneceram e têm interesse na matéria. De minha parte, não haveria objeção que os demais membros da Comissão estivessem presentes também. Eu gostaria de ter a oportunidade, ainda hoje, de conhecer a parte que já foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Como Presidente da Comissão, eu pediria ao Sr. Presidente do Banco Central que aquilo que fosse possível revelar do relatório, que não seja confidencial e que não necessite de uma sessão secreta, que V. Ex^a informasse à Comissão e mandaríamos cópias a todos os Srs. Senadores. O que for confidencial, proibido que se torne público, a não ser numa sessão secreta desta Casa, deixaríamos para a próxima reunião. Tenho certeza de que V. Ex^a, tão logo tenha o relatório, prestará todos os esclarecimentos aos nobres Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Supply.

Para tecer os comentários finais, passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Pêrsio Arida.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Antes de mais nada, declaro desde já minha disposição de comparecer a esta Casa numa sessão secreta. Os estudos e textos estatísticos foram feitos e envolvem uma questão de confidencialidade e sigilo. Trarei as informações, mas infelizmente não posso fazê-lo agora. Entendo que há uma demanda no sentido de que se amplie o prazo de observação. Isso, aliás, não estaria pronto, teríamos que fazê-lo. Não há nenhum problema em fazer isso, mas deveria ser realmente numa sessão fechada do Congresso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quando estiver pronto, Sr. Presidente, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Para concluir, eu gostaria de dizer a V. Ex^a, para tomar as palavras do eminente e competente Senador Pedro Simon, que foi secundado pelo Senador Eseperidião Amin. Creio que o Senador Pedro Simon fala pelo meu partido, o PMDB, e pela Casa. É uma voz que conhece a Casa. E quando temos uma palavra como a de S. Ex^a e também do Líder do PT, Senador Eduardo Suplicy, a confiança desta Casa na diretoria do Banco Central e na Presidência de V. Ex^a, como também no Governo do Presidente Fernando Henrique, não deixa dúvida nenhuma de que problemas de informações acontecem. Estamos em fase de aprendizado.

O Plano está indo bem e esperamos que V. Ex^a e a diretoria administrem-no cada vez melhor e que, cada vez menos, tenhamos necessidade de ler entrevistas nos jornais a respeito de diretoria ou de presidência. Isso será sinal de que a economia estará correndo cada vez mais tranqüila.

Passo a palavra ao Presidente do Banco Central.

O SR. PÉRSIO ARIDA - Eu gostaria, de público, de agradecer mais uma vez a oportunidade de ter vindo a esta Casa: agradecer as manifestações de confiança e carinho de vários senadores aqui presentes e reiterar os meus respeitos e a minha disposição de dar todas as informações solicitadas por esta Comissão.

Muito obrigado aos senhores.

(Levanta-se a reunião às 14h26min.)

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPR - MS

4º Secretário

Ernandes Amorim - PDT - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PP - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDOR

Romeu Tuma - PL - SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares

Vice-Líderes

Vilson Kleinübing

José Roberto Arruda

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes**LIDERANÇA DO PFL****Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT**Líder**

Júnia Marise

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PP****Líder**

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT**Líder**

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PL****Líder**

Romeu Tuma

Vice-Líderes**LIDERANÇA DO PPS****Líder**

Roberto Freire

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PSB****Líder**

Ademir Andrade

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Presidente: Senador Gilberto Miranda

Vice-Presidente: Senador Pedro Piva

(27 titulares e 27 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Gilvan Borges		Jáder Barbalho
Gilberto Miranda		Mauro Miranda
Ney Suassuna		Flaviano Melo
Onofre Quinan		Ronaldo Cunha Lima
Carlos Bezerra		Pedro Simon
Fernando Bezerra		Casildo Maldaner
Ramez Tebet		Gerson Camata
	PFL	
Francelino Pereira		Joel de Hollanda
Vilson Kleinübing		Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro		Waldeck Ornelas
Edison Lobão		Romero Jucá
Freitas Neto		José Bianco
João Rocha		Elcio Alvares
Carlos Patrocínio		Alexandre Costa
	PSDB	
Beni Veras		Carlos Wilson
Jefferson Peres		Lúdio Coelho
Pedro Piva		Sérgio Machado
Geraldo Melo		Lúcio Alcântara
	PPR	
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha
Epitácio Cafeteira		Lucídio Portella
	PT	
Lauro Campos		José Eduardo Dutra
Eduardo Suplicy		
	PP	
João França		Bernardo Cabral
Osmar Dias		José Roberto Arruda
	PTB	
Valmir Campelo		Marluce Pinto
Arlindo Porto		Luiz Alberto de Oliveira
	PDT	
Sebastião Rocha		Darcy Ribeiro

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente: Senador Beni Veras

Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson

(29 titulares e 29 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Carlos Bezerra		Nabor Júnior
Gilvan Borges		Onofre Quinan
Pedro Simon		Humberto Lucena
Casildo Maldaner		José Fogaça
Ronaldo Cunha Lima		Fernando Bezerra
Mauro Miranda		Coutinho Jorge
	PFL	
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Jonas Pinheiro		José Bianco
Antônio Carlos Magalhães		Hugo Napoleão
José Alves		Elcio Alvares
Alexandre Costa		Freitas Neto

Waldeck Ornelas

PSDB

Beni Veras
Lúcio Alcântara
Carlos Wilson

Joel de Hollanda
José Agripino

Artur da Távola
Geraldo Melo
Jefferson Peres
Lúdio Coelho

PPR

Leomar Quintanilha
Lucídio Portella

Esperidião Amin
Epitácio Cafeteira

PT

Marjina Silva
Benedita da Silva

José Eduardo Dutra

PP

Antônio Carlos Valadares
Osmar Dias

João França
José Roberto Arruda

PTB

Emília Fernandes
Valmir Campelo

Marluce Pinto
Luiz Alberto de Oliveira

PDT

Júnia Marise

Sebastião Rocha

PSB+PL+PPS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Presidente: Senador Iris Rezende

Vice-Presidente: Senador Lúcio Alcântara

(23 titulares e 23 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Iris Rezende		Jáder Barbalho
Ronaldo Cunha Lima		Pedro Simon
Roberto Requião		Gilvan Borges
José Fogaça		Carlos Bezerra
Ramez Tebet		Gilberto Miranda
Ney Suassuna		Casildo Maldaner
	PFL	
Guilherme Palmeira		Carlos Patrocínio
Edison Lobão		Antonio Carlos Magalhães
José Bianco		Hugo Napoleão
Elcio Alvares		José Agripino
Francelino Pereira		Freitas Neto
Josaphat Marinho		Romero Jucá
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Sérgio Machado
Lúcio Alcântara		Beni Veras
Jefferson Peres		Artur da Távola
	PPR	
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha
	PT	
Lauro Campos		Benedita da Silva
	PP	
Bernardo Cabral		Antônio Carlos Valadares
	PTB	
Luiz Alberto de Oliveira		Arlindo Porto
	PDT	
Júnia Marise		Sebastião Rocha

Ademir Andrade

PSB

Romeu Tuma

PL

Roberto Freire

PPS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Senadora Emília Fernandes

(27 titulares e 27 suplentes)

Titulares

José Fogaça
Coutinho Jorge
Iris Rezende
Roberto Requião
Gerson Camata
Jáder Barbalho

PMDB

Suplentes

Ramez Tebet
Onofre Quinan
Humberto Lucena
Flaviano Melo

PFL

Vago
Waldeck Ornelas
Hugo Napoleão
Joel de Hollanda
José Bianco
Élcio Alvares

José Agripino
Vilson Kleinübing
Edison Lobão
Antônio Carlos Magalhães
Alexandre Costa
Francelino Pereira

PSDB

Artur da Távola
Carlos Wilson
Sérgio Machado

Beni Veras
Jefferson Peres
Lúcio Alcântara

PPR

Vago
Leomar Quintanilha

Vago
Esperidião Amin

PT

Marina Silva
José Eduardo Dutra

Lauro Campos
Benedita da Silva

PP

José Roberto Arruda
João França

Osmar Dias
Bernardo Cabral

PTB

Emília Fernandes
Marluce Pinto

Arlindo Porto
Valmir Campelo

PDT

Darcy Ribeiro

Júnia Marise

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães

Vice-Presidente: Senador Bernardo Cabral

(19 titulares e 19 suplentes)

Titulares

Nabor Júnior
Flaviano Melo
Casildo Maldaner
Pedro Simon
Humberto Lucena

PMDB

Suplentes

Mauro Miranda
Fernando Bezerra
Ronaldo Cunha Lima
Gerson Camata
Iris Rezende

PFL

Guilherme Palmeira

Jonas Pinheiro

Antônio Carlos Magalhães
Hugo Napoleão
José Agripino

Edison Lobão
João Rocha
José Alves
Vilson Kleinübing

PSDB

Geraldo Melo
Artur da Távola
Lúdio Coelho

José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson
Pedro Piva

PPR

Epitácio Cafeteira

Lucídio Portella

PT

Benedita da Silva

Marina Silva

PP

Bernardo Cabral

Antônio Carlos Valadares

PTB

Marluce Pinto

Emília Fernandes

PDT

Sebastião Rocha

Darcy Ribeiro

PSB + PL + PPS

Romeu Tuma

Ademir Andrade

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA (23 titulares e 23 suplentes)

Titulares

Nabor Júnior
Mauro Miranda
Onofre Quinan
Gerson Camata
Fernando Bezerra

PMDB

Suplentes

Roberto Requião
Ney Suassuna
Coutinho Jorge
Gilberto Miranda
Carlos Bezerra

PFL

Freitas Neto
Joel de Hollanda
José Agripino
Romero Jucá
Vilson Kleinübing
João Rocha

Carlos Patrocínio
Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro
Guilherme Palmeira
Waldeck Ornelas
José Alves

PSDB

José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

Pedro Piva
Geraldo Melo

PPR

Lucídio Portella

Leomar Quintanilha

PT

José Eduardo Dutra

Marina Silva

PP

José Roberto Arruda

Osmar Dias

PTB

Arlindo Porto

Emília Fernandes

PDT

PSB

Ademir Andrade

PL

Romeu Tuma

PPS

Roberto Freire

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Presidente: Senador Alexandre Costa

Vice-Presidente: Antônio Carlos Valadares

(17 titulares e 9 suplentes)

Titulares**Suplentes**

PMDB

Coutinho Jorge
Gilberto Miranda
Flaviano Melo
Humberto Lucena
Jáder BarbalhoGilvan Borges
Nabor Júnior

PFL

Josaphat Marinho
Carlos Patrocínio
José Alves
Alexandre CostaJoão Rocha
Francelino Pereira

PSDB

Pedro Piva
Sérgio Machado

José Ignácio Ferreira

PPR

Leomar Quintanilha

Lucídio Portella

PT

Eduardo Suplicy

Lauro Campos

PP

Antônio Carlos Valadares

João França

PTB

Luiz Alberto de Oliveira

Valmir Campelo

PDT

Darcy Ribeiro

PSB + PL + PPS

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

n.º 118 — abril/junho 1993

Leia neste número:

O perfil constitucional do Estado contemporâneo: o Estado democrático de direito
Inocêncio Mártires Coelho

As limitações ao exercício da reforma constitucional e a dupla revisão
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Controle externo do Poder Judiciário
José Eduardo Sabo Paes

Loucura e prodigalidade à luz do direito e da psicanálise
Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Osmar Brina Corrêa Lima

Na mesma edição:

O Distrito Federal nas Constituições e na revisão constitucional de 1993. *Gilberto Tristão*

A Constituição de 1988 e os Municípios brasileiros. *Dieter Brühl*

A Justiça Militar estadual. *Álvaro Lazzarini*

A declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade da lei — *Unvereinbarkeitserklärung* — na jurisprudência da Corte Constitucional alemã. *Gilmar Ferreira Mendes*

Da responsabilidade do Estado por atos de juiz em face da Constituição de 1988. *A. B. Corrêa Neto*

Serviço público — função pública — tipicidade — critérios distintivos. *Hugo Gueiros Bernardes*

Considerações atuais sobre o controle da discricionariedade. *Lutz Antonio Soares Hentz*

Sistema brasileiro de controle da constitucionalidade. *Sara Maria Stroher Paes*

O controle interno de legalidade pelos Procuradores do Estado. *Cleia Cardoso*

Tutela jurídica sobre as reservas extrativistas. *Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe*

Legislação ambiental brasileira — evolução histórica do direito ambiental. *Aim Helen Walner*

Princípios gerais de direito ambiental internacional e a política ambiental brasileira. *Paulo Affonso Leme Machado*

Construção e desconstrução do discurso culturalista na política africana do Brasil. *José Flávio Sombra Saraiva*
História das idéias penais na Alemanha do pós-guerra. *Winfried Hassemer*

Aspectos do discurso jurídico-penal (material e formal) e sua ilegitimidade. *Sérgio Lutz Souza Araújo*

Processo, democracia y humanización. *Juan Marcos Rivero Sánchez*

O combate à corrupção e à criminalidade no Brasil: cruzadas e reformas. *Geraldo Brito de Azevedo*

Liderança parlamentar. *Rosineide Monteiro Soares*

Considerações acerca de um código de ética e decoro parlamentar. *Rubem Nogueira*

Entraves à adoção do parlamentarismo no Brasil. *Carlos Alberto Bittar Filho*

Usucapião urbano. *Rogério M. Lette Chaves*

O Código do Consumidor e o princípio da continuidade dos serviços públicos comerciais e industriais. *Adriano Perácio de Paula*

Dos contratos de seguro-saúde no Brasil. *Maria Leonor Baptista Jourdan*

A nova regulamentação das arbitragens. *Otto Eduardo Vizeu Gil*

Os bancos múltiplos e o direito de recesso. *Arnoldo Wald*

O dano moral e os direitos da criança e do adolescente. *Roberto Senise Lisboa*

A Aids perante o direito. *Licínio Barbosa*



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

Para solicitar catálogo de preços, escreva para
Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar
70165-900 Brasília, DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 • Telex: (061) 1357

Venda direta ao usuário no Senado Federal:

Via N-2, Unidade de Apoio I (fundo do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

Outros títulos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 Volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Comentários por João Barbalho U. C.

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar. Cep 70165-900, Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589. Fax.: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.



EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS